

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 41, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 356/2024****OF 409/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6616, de 05 de setembro de 2022, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Olindina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Olindina, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 356

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências o ato constante da Portaria nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Olindina, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Olindina, Estado da Bahia.

Brasília, 25 de junho de 2024.



Brasília, 5 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6616, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob nº 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/09/2022, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10375084** e o código CRC **913DA13B**.

Brasília, 5 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6616, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob nº 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/09/2022, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10375084** e o código CRC **913DA13B**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 409/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Olindina, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Olindina, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR  
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 26/06/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5848969** e o código CRC **F8F454EF** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

0150-042754/2018-95

**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA				
Nome Fantasia:	ARCOLI	CNPJ	26.541.237/0001-73		
Endereço de Sede	AVENIDA OTÁVIO MANGABEIRA Nº172				
Município	OLINDINA	UF	BAHIA	CEP	48.470.000
Nome do representante legal	: VÂNIA PINHEIRO DOS SANTOS				
Endereço eletrônico (email)	<a href="mailto:arcoliolindina@hotmail.com">arcoliolindina@hotmail.com</a>				

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço	AVENIDA OTÁVIO MANGABEIRA Nº172				
Município	OLINDINA	UF	BAHIA	CEP	48.470.000
Coordenadas do sistema irradiante (Padrão GPS-WGS 84)	Latitude:	°(N/S)	11°S	21'32"	
	Longitude	° W	38°W	19'36"	

Exelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_112 / 2018\_ publicado no Diário Oficial da União de 04 de Junho de 2018, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos à documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins que:

- I – a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II – a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indiretamente.
- III – a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da constituição;
- IV – a pessoa jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;
- V – a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI – a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII – a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
 Em 26 / 07 / 18 às 14 / 30 horas  
 Assinatura: Conceição



VIII – a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;

IX – a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

X – nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI – todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

XII – todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir antena transmissora; e

XIII – todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes abaixo-assinados, firma este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: VANIA PINHEIRO DOS SANTOS			
Cargo	DIRETORA GERAL (presidente)	Título de eleitor	852 568 505-40
RG	07410041-60	Órgão Emissor	ssp/Ba CPF 000.899.255-05
Endereço: Av. ACM Nº 88			
Município.	OLINDINA	UF	Ba CEP 48.470.000
Assinatura; <i>Vania Pinheiro dos Santos</i>			

Nome do dirigente: TEODOMIRO OLIVEIRA FONSECA			
Cargo	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Título de eleitor	531327705-74
RG	0274921502	Órgão Emissor	ssp/Ba CPF 488.582.185-15
Endereço: AVENIDA OTÁVIO MANGABEIRA Nº 27			
Município.	OLINDINA	UF	Ba CEP 48.470.000
Assinatura; <i>Teodomiro Oliveira Fonseca</i>			

Nome do dirigente: MÔNICA MIRANDA DANTAS BORGES			
Cargo	DIRETORA DE OPERAÇÕES	Título de eleitor	080.172.550.558
RG	05990984-65	Órgão Emissor	ssp/SP CPF 992.954.825-49
Endereço: RUA VIRGILIO NEVES DE ARAUJO S/N (Tok Gesso)			
Município.	OLINDINA	UF	Ba CEP 48.470.000
Assinatura; <i>Mônica Miranda Dantas Borges</i>			

AQUI SEGUE

II – ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE ATUALIZADO.

III – ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE.

IV – ATA DE ELEIÇÃO DOS ATUAIS DIRIGENTES.

OBS; A ata de fundação eleição e posse da diretoria e aprovação do estatuto tem um erro de denominação de um dos cargos da diretoria cujo erro foi corrigido em uma assembleia extraordinária convocada para esse fim, cuja segue anexo.



**“Ata de Fundação, Eleição e Posse da diretoria e aprovação do Estatuto da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba - ARCOLI”**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 2015, às 17 horas, reuniram-se em Assembléia Geral, no endereço Av. Otávio Mangabeira 172 ,Centro Nesta, as pessoas a seguir relacionadas: Vania Pinheiro dos Santos, Teodomiro Oliveira Fonseca, José Adilson de Jesus Santos, Givaldo de Jesus Santos, , Maria Elenilda Batista de Souza, Maurison Santos de Jesus, Mônica Miranda Dantas Borges e Doriédson de Carvalho Dorea. Os membros presentes escolheram, por aclamação, para presidir os trabalhos, Vania Pinheiro dos Santos, e para secretariar, Teodomiro Oliveira Fonseca. Em seguida, Vania Pinheiro dos Santos, designado presidente “ad hoc” declarou abertos os trabalhos e apresentou a pauta da reunião, contendo os seguintes assuntos: 1º- discussão e aprovação do Estatuto da associação; 2º- escolha dos associados ou sócios que integrarão os órgãos internos, a posse dos mesmos e o tempo de mandato; 3º- designação de sede provisória da associação. Em seguida, iniciou a discussão do estatuto que foi lido item a item e, após ter sido colocado em votação, foi aprovado por unanimidade, passou-se, em seguida, ao item “2” da pauta, em que foram escolhidos os membros para comporem os órgãos internos: DIRETORIA GERAL: Vania Pinheiro dos Santos DIRETORIA EXECUTIVA: Teodomiro Oliveira Fonseca, DIRETORIA DE OPERAÇÕES: Mônica Miranda Dantas, e os demais membros José Adilson de Jesus Santos, Givaldo de Jesus Santos, Doriédson de Carvalho Dorea, Maria Elenilda Batista de Souza, Maurison Santos de Jesus, compuseram o conselho comunitário. Após todos aceitarem, o presidente deu posse à Diretoria Executiva e Conselho Comunitário da Associação de Radio Comunitária de Olindina – Ba, (ARCOLI) com mandato, de 03 (três) anos, sendo permitida reeleição. Por fim, passou-se a discussão do item “3” da pauta e foi deliberado que a sede provisória da associação será no seguinte endereço: Av: Otávio Mangabeira 172, Centro, Nesta cidade de Olindina, Nada mais havendo, o presidente fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu pela participação de todos os presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Teodomiro Oliveira Fonseca, secretário “ad hoc” da reunião, lavrei e assinei a presente ata juntamente com o presidente eleito e os demais presentes, constando então 8 (oito) assinaturas, que foi lida e aprovada por todos os presentes, Vania Pinheiro dos Santos, CPF 000.899.255-05– Diretora Geral (presidente) Teodomiro Oliveira Fonseca CPF 488.582.185-15 – Diretora Executiva. Monica Miranda Dantas Borges– CPF. 992.954.825-49 Diretora de operações; José Adilson de Jesus Santos; Givaldo de Jesus Santos; Maria Elenilda Batista de Souza; Maurison Santos de Jesus; Doriédson de Carvalho Dorea+ **ESTATUTO SOCIAL - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS** Art.1º - A Associação de Radio Comunitária de Olindina, doravante denominada ARCOLI, é uma associação (Pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos) de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Olindina, Estado da Bahia, com sede, na Av: Otávio Mangabeira n 172 Parágrafo Único – A ARCOLI, reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional. Art.2º- A Associação de Radio Comunitária de OLINDINA, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como: I - beneficiar a comunidade com vistas a :Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;



- a) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. II – respeitar e atender aos seguintes princípios:
- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
  - a) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias; §1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados; §2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados; §3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária. Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções. Art. 4º - A receita da Associação de Rádio Comunitária de Olindina, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes. II - **DOS ASSOCIADOS** Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados. Art. 6º - A ARCOLI, será composta pelas seguintes categorias de associados: I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação; II – Contribuintes ou Efetivos; III – Honorários. Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral. Art. 8º - São direitos e deveres dos associados: o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12; manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral. Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em



questão. **III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO** Art. 10 - São órgãos da (o) ARCOLI: Assembleia Geral; Diretoria; Conselho Comunitário. Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da ARCOLI será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 05 do mês de Agosto para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada tres ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. § 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCOLI e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. § 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar. § 4º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior. Art. 12 - A Diretoria da ARCOLI, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de tres anos, permitida a reeleição.

§ 1º - A Diretoria da(o) ARCOLI poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no § 1º. § 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. Art. 13 - São atribuições: I) Da Diretoria: Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade. Convocar as reuniões e Assembleias Gerais; Representar a ARCOLI em atos públicos ou internos. Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ARCOLI. Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades; Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro. Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins. Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade; Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral; II) De cada dirigente: Ao Presidente compete: representar a ARCOLI, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;



- a) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ARCOLI, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade; Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado; Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

**IV - DAS ELEIÇÕES** Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar. §1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. §2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

**V - DA PROGRAMAÇÃO** Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO** Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ARCOLI, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural. Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO** Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.



Art. 19º - A dissolução da ARCOLI, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia. **VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS** Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado. Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 05 de agosto de 2015 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. E por fim assinamos abaixo todos os relacionados e citados acima, com suas devidas atribuições. Vania Pinheiro dos Santos CPF 000.899.255-05 Diretora Geral (presidente) Teodomiro Oliveira Fonseca CPF 488.582.185-15 - Diretora Executiva. Monica Miranda Dantas Borges CPF. 992.954.825-49 Diretora de operações, Maurison Santos de Jesus, José Adilson de Jesus Santos, Givaldo de Jesus Santos, Maria Elenilda Batista de souza, Doriédson de Carvalho Dorea.

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA  
Protocolo nº 3896 fls. 196 livro A-01  
Registro nº 400 fls. 53 à 54 livro A-04  
Averbação nº \_\_\_\_\_ fls. \_\_\_\_\_ livro \_\_\_\_\_  
Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Olindina - BA, 01 de OUTUBRO de 2015  
\_\_\_\_\_  
Oficial

Márcio Dantas Borges  
Of. de Reg. Públicos  
Cad. 800.807-B  
Comarca de Olindina - BA

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMOVEIS  
HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Fórum Des. Walter Brandão  
Praça 14 de Agosto, SN - Centro  
OLINDINA - BAHIA  
CEP 48470-000





Protocolo nº 000004 fls. 03 livro 01

Registro nº — fls. — livro —

Averbação nº AV140 fls. 11 livro 02

Observações: Ata de reunião de

# ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA

Olindina - BA, 16 de Junho de 2018

## ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA - BA (ARCOLI)

Oficial

Aos doze dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, na Av: Otávio Mangabeira 172, no centro desta cidade de Olindina, todos os membros da ARCOLI, sob o comando de sua diretora geral (presidente) Vania Pinheiro dos Santos, com a intenção de corrigir um erro de denominação ocorrido na ata de fundação, eleição e posse da diretoria e aprovação do estatuto dessa mesma associação. O fato ocorrido foi que, no lugar de colocar DIRETORIA ADMINISTRATIVA, foi colocado erroneamente DIRETORIA EXECUTIVA. Então observado esse erro fazemos a reparação de acordo com todos presentes, fica a correção exatamente como reza o Estatuto, a seguinte: A Diretoria da ARCOLI, órgão executivo e administrativo, será composta de: UMA DIRETORA GERAL (presidente) Vania Pinheiro dos Santos, UM DIRETOR ADMINISTRATIVO: Teodomiro Oliveira Fonsêca, UMA DIRETORA DE OPERAÇÕES, Mônica Miranda Dantas Borges. Os demais itens prosseguem de acordo com o Estatuto portanto, declarado efetuada a necessária correção, eu Teodomiro Oliveira Fonseca lavro e assino depois de lida para todos a presente ata, juntamente com nossa diretora e demais presentes, cujas alterações passam a valer assim que na sequência for esta registrada no cartório de registro civil de pessoas jurídicas.

*Vania Pinheiro dos Santos*  
VANIA PINHEIRO DOS SANTOS

*Teodomiro Oliveira Fonsêca*  
TEODOMIGO OLIVEIRA FONSECA

*Mônica Miranda Dantas Borges*  
MÔNICA MIRANDA DANTAS BORGES

*Jose Adilson de Jesus Santos*  
JOSÉ ADILSON DE JESUS SANTOS

*Givaldo de Jesus Santos*  
GIVALDO DE JESUS SANTOS

*Maria Elenilda Batista de Souza*  
MARIA ELENILDA BATISTA DE SOUZA

*Maurison Santos de Jesus*  
MAURISON SANTOS DE JESUS

*Doriedson de Carvalho Dorea*  
DORIEDSON DE CARVALHO DOREA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Autenticação  
2163.AB064279-2  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/selautenticidade](http://www.tjba.jus.br/selautenticidade)

TABELAÇÃO DE NOTAS E PROTOCOLOS Rua Luiz Viana Filho, 240 - Centro - Olindina - BA CEP 44070-000 - Fone (75) 99818-4200	<b>AUTENTICAÇÃO</b> Certifico que a presente fotocópia contém com o original que me foi exibido e devolvido à parte interessada. Do que dou fé.
	<b>15 JUN. 2018</b>
	Em Testemunho _____ da verdade.
	<input type="checkbox"/> Líbia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabelante <input type="checkbox"/> Nailton Queiroz de Melo Filho - Substituto <input checked="" type="checkbox"/> Allan do Nascimento Santos - Escrevente

TABELAÇÃO DE NOTAS E PROTOCOLOS  
Allan do Nascimento Santos - Escrevente

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2163.AB066196-7  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/selautenticidade](http://www.tjba.jus.br/selautenticidade)

TABELAÇÃO DE NOTAS E PROTOCOLOS Rua Luiz Viana Filho, 240 - Centro - Olindina - BA - (75) 9 99818-4200	<b>SELMANCA</b> Rascunho por SELMANCA - A (se) Armado de
	<b>15 JUN. 2018</b>
	Em Testemunho _____ da verdade.
	<input type="checkbox"/> Líbia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabelante <input type="checkbox"/> Nailton Queiroz de Melo Filho - Substituto <input checked="" type="checkbox"/> Allan do Nascimento Santos - Escrevente

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2163.AB066197-5  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/selautenticidade](http://www.tjba.jus.br/selautenticidade)

TABELAÇÃO DE NOTAS E PROTOCOLOS Rua Luiz Viana Filho, 240 - Centro - Olindina - BA - (75) 9 99818-4200	<b>SELMANCA</b> Rascunho por SELMANCA - A (se) Armado de
	<b>15 JUN. 2018</b>
	Em Testemunho _____ da verdade.
	<input type="checkbox"/> Líbia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabelante <input type="checkbox"/> Nailton Queiroz de Melo Filho - Substituto <input checked="" type="checkbox"/> Allan do Nascimento Santos - Escrevente

TABELAÇÃO DE NOTAS E PROTOCOLOS  
Allan do Nascimento Santos - Escrevente



AQUI SEGUE

V – PROVA DE QUE TODOS OS DIRETORES SÃO BRASILEIROS NATOS

VI – COMPROVAÇÃO DE MAIORIDADE DE TODOS OS DIRETORES



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07410041 60 07/01/2010

**VANIA PINHEIRO DOS SANTOS**

**JOSE ARNALDO PINHEIRO**  
**MARIA ANTONIA SANTOS**

OLINDINA BA 13/09/1979  
CER-NAS CM-OLINDINA BA  
DST-JUDICIARI L-011 F-31V R-009890

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura:  
*Vania Pinheiro dos Santos*  
VANIA PINHEIRO DOS SANTOS

S  
E  
R  
V  
I  
D  
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
Emitido em : 11/03/99

CARTEIRA DE IDENTIDADE

*Vania Pinheiro dos Santos*

G.56

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
VANIA PINHEIRO DOS SANTOS

Nº de Inscrição  
000899255-05

Data do Nascimento  
13/09/78



Certifico que a presente cópia fotostática está conforme o original. Dou fé.

Olindina - BA, 07 JUL 2015

Em Testemunha da verdade

  
Tabelião(a)

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Autenticação  
2163.48035688-9  
Cópia feita em nome do Sr. Tabelião(a)

José Arivalter Dantas Borges  
Tabelião de Notas  
Cad. 800.004-2



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.749.215 DATA DE EXPEDIÇÃO 01.02.1988

NOME TEODOMIRO OLIVEIRA FONSECA

Teodoro Pereira da Fonseca

FILIAÇÃO Maria Oliveira Fonseca

Olindina-BA 28.11.1968  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. Olindina-BA, Sêde, Nº 8949, Liv. 16, Fls. 102

CPF 488.582.185-15

SALVADOR BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

2.56

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - PEDRO MELLO

Teodomiro Oliveira Fonseca

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

CATEGORIA CONTADOR Nº DO REGISTRO BA-0244620-9

NOME TEODOMIRO OLIVEIRA FONSECA

FILIAÇÃO TEODORO PEREIRA DA FONSECA  
MARIA OLIVEIRA FONSECA

NASCIMENTO 28/11/1968 NACIONALIDADE BRASILEIRA NATURALIDADE OLINDINA-BA

EXPEDIÇÃO 04/09/2006

EDMARESIOMBEFO DEZERRA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CPF 488.582.185-15 RG 0274921502 - BA Diplomação 25/02/2005

Título BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS Título Expedido por (ou Decl. Provisionado) SEC. BAIANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do D.L. 9.295 de 27/05/46 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/75.

Teodomiro Oliveira Fonseca

ASSINATURA DO CONTABILISTA

POBREITO

03S: DEPOIS DE FORMADO CONTADOR PASSEI A UTILIZAR APENAS A CARTEIRA FUNCIONAL, POR ISSO NUNCA ME PREOCUPEI EM RENOVAR A RG.

Por isso estou enviando as duas para que seja dirimido qualquer duvida.



 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Receita Federal**  
**CPF**  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS



Número de Inscrição  
**992.954.825-49**

Nome  
**MONICA MIRANDA DANTAS BORGES**

Nascimento  
**14/11/1977**



*Monica Miranda Dantas Borges*



0590

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**05990984 65** **07/01/2010**

**MONICA MIRANDA DANTAS BORGES**


**JOSE CARLOS DANTAS**  
**MARIA JOSE MIRANDA DANTAS**

**GUARUJA, SP** **14/11/1977**  
**CER-CAS CM-OLINDINA BA**  
**DST-SEDE** **L-B11 F-397 R-001573**

LEI Nº 7 116 DE 29/08/83

VIII – COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DA TAXA DE  
CADASTRAMENTO.

Gerado a partir de [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gru\\_simples\\_parte2.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp)

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	16/07/2018 - BANCO DO BRASIL - 15:37:35 077515872 0388
	Número de Referência	COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA
	Competência	Convenio GRU-GUIA RECOLHIM, UNIAO
	Vencimento	Código de Barras 85880000001-6 00000254188-2 22042122265-1 41237000173-6
Nome do Contribuinte / Recolhedor <b>Associação de Radio Comunitária de Olindina</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	Data do pagamento 16/07/2018
Nome da Unidade Favorecida <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	Valor em Dinheiro 100,00 Valor em Cheque 0,00 Valor Total 100,00
Instruções As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	NR.AUTENTICACAO 2,6A8,4D7,A75,366,901
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN27EDBC33F85B79E10A1DEF6BF370E705]	(=) Valor Total	<b>100,00</b>

85880000001-6 00000254188-2 22042122265-1 41237000173-6





**VII – MANIFESTAÇÃO DE APOIO À INICIATIVA FIRMADAS  
POR PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS DOMICILIADAS NA  
ÁREA PRETENDIDA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.**

## APOIO DE PESSOA JURÍDICA A 2 ENTIDADES

### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.

Devido à cidade de Olindina ter um renda per capita das mais baixas do país, grande parte das associações, para diminuir os custos, registrou as contas de água e luz em nome dos presidentes das mesmas, para assim pagar uma taxa menor, pois que a empresa de eletricidade cobra uma taxa mais alta para empresas com CNPJ. Como é o caso por exemplo da Associação de desenvolvimento rural do Sibirino, cuja conta está no nome do presidente da gestão anterior e hoje vice presidente Domingos de Jesus.

Outra particularidade também se faz com os endereços. A companhia de eletricidade qualificou povoados com nomes errados, como é o caso dessa associação acima, onde o Sibirino é um povoado num extremo da cidade, e Umbuzeiro, é o extremo oposto, mas assim foi registrado pela COELBA, e nunca se preocuparam em corrigir, e o transtorno ficou com os moradores do povoado.

Essa situação se repete em muitas associações, das quais algumas estão nesses nossos apoios, e outras não trouxemos apoios por estarem inadimplentes com a documentação.



**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE OLINDINA - BA	
CNPJ: 16.130.155/0001-82	
Endereço: AV. BRASILIA S/N	
Bairro: CIDADE NOVA	Nº. S/N
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: RAILNA DANTAS OLIVEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 21 de maio de 2018

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

NOME EMPRESARIAL <b>SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE OLINDINA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>313-1 - Entidade Sindical</b>		
LOGRADOURO <b>AV BRASILIA</b>	NÚMERO <b>0</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CIDADE NOVA</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>pracont@hotmail.com</b>	TELEFONE <b>(75) 3436-1833 / (75) 3436-1555</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO C. <b>03/11/2005</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO E: *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

# Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos - Olindina

Oficial - Anderson Druck da Costa  
Rua Duque de Caxias CEP : 48470-000  
Tel : (79) 99420064

## CERTIDÃO DE ATO PRATICADO REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

DAJE N.: 2161-002.000685

CERTIFICO e dou fé que o presente título, foi **PROTOCOLADO** em 20/09/2017 sob o número 000050, no Livro de Protocolo nº 1 folha 10, **AVERBADO/MICROFILMADO**, nesta data sob o nº 000281 AV-6 no Livro A nº 7 folha 4, conforme segue:

Apresentante:	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE OLINDINA
Natureza do Título:	ATA DE POSSE

OLINDINA - BA, 26 de Setembro de 2017

Jaqueline Menezes Pertile  
Oficial Registrador Substituto  
Registro de Imóveis / Olindina - BA

Jaqueline Menezes Pertile - Suboficial

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado Da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2161.AB002487-8  
ZHMUC7817V  
Consulte:  
[www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

Emolumentos	Tx. Fiscalização	FECOM	Def. Pública	PGE	Valor Total
R\$ 155,89	R\$ 111,86	R\$ 47,94	R\$ 4,17	R\$ 6,26	R\$ 326,12

### CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA

Protocolo nº 000050 fls. 10 livro 1

Registro nº 281 fls. 121 livro A-2

Averbação nº 000281 fls. 04 livro A-7

Observações: Averbação de Ato

do registro

Olindina - BA, 26 de Setembro de 2017

Oficial



Olindina - BA, 26 SET 2017

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

Tabelião(a)

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS  
Alfândega do Nascimento Santo  
decretoTERMO DE POSSE DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS  
TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE  
OLINDINA - BA PARA O QUADRIÊNIO 2017 A 2021.

Às 14 horas do dia 03 do mês de setembro do ano de 2017, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olindina do estado da Bahia, CNPJ: 16.130.155/0001-82, localizado na rua Brasília, S/N, Centro, Olindina/BA, o Sr.(a) tendo sido aclamado para presidir os trabalhos da Solenidade de Posse da Chapa 01, eleita no pleito eleitoral realizado no dia 02 do mês de julho do ano de 2017, convidou o Sr. Claudio Souza da Silva, brasileiro, solteiro Administrador, CPF: 832385575-72 representando a FETAG - BA e para secretariá-lo, a Dra. Denise Ribeiro Santos, brasileira, solteira, Advogada OAB-BA: 40.683, RG: 06824594-70 e CPF: 80663788587, tendo em seguida convidou os dirigentes e autoridades presentes a tomarem assento a mesa. Composta a mesa, declarou - se que os eleitos de acordo com o estatuto social da entidade terão direito a quatro anos de mandato a contar desta data, a igual data do ano de 2021, como também ao assinarem o termo de posse, comprometem - se a respeitar a Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e os Estatutos sociais da Entidade, reunindo esforços no sentido da construção de um sindicalismo Progressista e Classista, buscando sempre a igualdade e a Justiça Social. Em seguida, convidou todos os eleitos a assinarem o Termo, como também os respectivos cargos conforme a hierarquia dos mesmos. Diretoria Executiva: Presidente - RAILDA DANTAS OLIVEIRA, CPF nº 716416105-49 e NIT: 1685814863-0; Sec. Geral - VALFREDO VIEIRA DE ANDRADE, CPF nº 193889265-87 NIT: 1041373768-0; Sec. de Finanças - RAIMUNDO ALVES DOS SANTOS, CPF nº 510829775-00, NIT: 1198026550-4; Sec. de Mulheres - JOSEFA BENTO DE ALMEIDA, CPF nº 881431125-00 NIT: 1686779678-9; Sec. de Jovens e Adolescentes - ANDREA SANTOS OLIVEIRA, CPF nº 056104695-62, NIT: 1194440859-7. Sec. de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente - MARIA ISABEL DE SANTANA SOUZA, CPF nº: 175468505-68 NIT: 1706884908-1 Sec. de Política Sociais, Formação e Org. Sindical - IVALDO ANGELO DE SANTANA CPF: 890160685-20, NIT: 1167693530-9; Sec. Terceira Idade EVANY RAMOS CORREIA DE OLIVEIRA, CPF nº 487221035-20 NIT: 2673677582-3; Sec. De Assalariados Rurais: JOSÉ MIRANDA DE JESUS, CPF: 214868165-68 RB: BA 29231000305084200000751 Suplentes da Diretoria: 1º SUPLENTE: EVERALDO BISPO DOS SANTOS, CPF: nº 64495663534 NIT: 1689801213-5; 2º SUPLENTE: ANTONIO CONCEIÇÃO DOS

Jaqueline Menezes Pe. Ule  
Oficial Registrador Substituto  
Registro de Imóveis / Olindina - BA



SANTOS, CPF nº: 004079075-48, NIT: 1681690759-1; 3º SUPLENTE JOSÉ ALVES DA ROCHA, CPF nº 280984635-91, NIT: 1043395544-6; 4º SUPLENTE: GISELIA JESUS DOS SANTOS, CPF nº 797125925-53, NIT: 1903220231-9; 5º SUPLENTE: SIDINEIA NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF nº 047131755-10, NIT: 1687541827-5 6º SUPLENTE: LICIO FERREIRA SANTOS, CPF nº 193723795-04, NIT: 1687388669-7; 7º SUPLENTE: JOSEFA PEREIRA DE JESUS, CPF nº 114458208-38, NIT: 1140305697-2; 8º SUPLENTE: VANUSIA DIAS DOS SANTOS, CPF nº 800561305-97, NIT: 1900521101-9; 9º SUPLENTE: BENTO BISPO DA SILVA, CPF: 387078965-49, NIT: 1043288831-1; Conselho Fiscal - Titulares: 1º: MARINALVA SILVA DE SANTANA CPF nº 387080945-00, NIT: 1167685647-6; 2º VALTER RAMOS DOS SANTOS, CPF nº 488521715-68, NIT: 1038189451-4; 3º JOSE DO CARMO FERREIRA, CPF: nº 933897798-68, NIT: 1194157683-9; Suplentes: 1º: JURANDIR MACHADO FARIAS, CPF nº 442719055-34, NIT: 1689065082-5; 2º: GILBERTO VALERIANO DOS SANTOS, CPF nº 016080495-74, NIT: 1688575437-5; 3º: AMADEU ARAÚJO DA SILVA CPF nº 014307735-02, NIT: 160668849-8. Nada mais havendo a constar, foi lavrado o presente termo de posse de depois de lido e aprovado vai assinado por todos os diretores empossados. Olindina/BA, 03 de Setembro de 2017.

*Raíssa Dantas Oliveira*  
*Valfredo Vieira de Andrade*  
*Remunda Alves dos Santos*

Jaqueline Menezes Partile  
 Oficial Registrador Substituto  
 Registro de Imóveis / Olindina - BA

Selo de Autenticidade  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Autenticação  
 2163.AB051873-0  
 Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Ata  
 tífico que a presente cópia fotostática,  
 ta conforme o original. Dou fé.

Olindina - BA, 20 SET 2017

Em Testemunho

**Selo de Autenticidade**  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 2163.AB053958-4  
 Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

**SEMELHANÇA**  
 Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de,  
 RAÍSSA DANTAS OLIVEIRA  
 20 SET. 2017  
 Em Testemunho da verdade.  
☐ Líbia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabeliã  
☒ Allan do Nascimento Santos - Escrevente

**TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS**  
 Rua Luiz Viana Filho, 240 - Centro  
 Olindina / BA - (75) 9 9819-8209

**Selo de Autenticidade**  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 2163.AB053965-7  
 Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

**SEMELHANÇA**  
 Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de,  
 VALFREDO VIEIRA DE ANDRADE  
 20 SET. 2017  
 Em Testemunho da verdade.  
☐ Líbia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabeliã  
☒ Allan do Nascimento Santos - Escrevente

**TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS**  
 Rua Luiz Viana Filho, 240 - Centro  
 Olindina / BA - (75) 9 9819-8209

**Selo de Autenticidade**  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 2163.AB053966-5  
 Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

**SEMELHANÇA**  
 Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de,  
 AMADEU ARAÚJO DA SILVA  
 20 SET. 2017  
 Em Testemunho da verdade.  
☐ Líbia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabeliã  
☒ Allan do Nascimento Santos - Escrevente

**TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS**  
 Rua Luiz Viana Filho, 240 - Centro  
 Olindina / BA - (75) 9 9819-8209

**CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS**  
 COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA

Protocolo nº 000000 fls. 00 livro 1  
 Registro nº 281 fls. 021 livro A-2  
 Averbação nº 000000 fls. 04 livro A-7

Observações: *transf. de posse*

Olindina - BA, 20 de setembro de 2017  
*Jaqueline Menezes Partile*  
 Oficial

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS  
 Allan do Nascimento Santos  
 Escrevente



Código Débito Automático

Matricula

063058448

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

04/2018 6 0048 5 02.2250.2.0002.0060.0

Vencimento

16/04/2018

Nome/Endereço para entrega

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS R  
AV BRASILIA, 60  
OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

CNPJ 16.130.155/0001-82

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo  
A01S230908 2168 2160 32 09/02 A 13/03  
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Fatura  
AV BRASILIA, 60 CIDADE NOVA 13/03 13/03/2018  
OLINDINA  
Especificação Valores em R\$  
CONS. AGUA 8M3 85,70

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011 Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0001	0007
Turbidez - 5,0 UT	0032	0007	0005
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0032	0031	0028
Escherichia Coli - (*)	0032	0031	0030
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0032	0031	0030

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias; a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 8

Consumo Médio Mensal / Ligação 8

**O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.**

Tarifa COM-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

85,70

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

ESGOTO(% água) VL. Total

COMERCIAL 1 UNIDADE  
ATE 6 MINIMO 6 79,60  
> 6 3,05 2 6,10

TOTAL AGUA 85,70 0,00 85,70  
TOTAL ESGOTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS	85,70	1,210	1,03
	COFINS		5,610	4,80

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO é OBRIGATÓRIO. COMPAREÇA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSE WWW.TRE-BA.JUS.BR

CASO NÃO CONCORDE COM O VALOR DA SUA FATURA, VOCE PODE SUSPENDER TEMPORARIAMENTE SEU DEBITO EM CONTA. LIGUE PARA 08000-555195 ATE LIMITE DE 3 DIAS UTEIS ANTES DO VENCIMENTO.

ESTA CONTA NÃO QUITA DEBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICÁ-LO.



## NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB. 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matricula

063058448

Mês/Ano dv

04/2018 6

Cidade dv Inscrição

0048 5 02.2250.2.0002.0060.0

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR EM R\$

16/04/2018

\*\*\*\*\*

0001232/0001907-0232 1

CONTA SERA QUITADA VIA DEBITO AUTOMATICO NO BANCO DO BRASIL

# embasa

NOTA FISCAL

## CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO



SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS  
R  
AV BRASILIA, 60  
OLINDINA

CIDADE NOVA

CEP 48.470-000

MATRÍCULA

INSCRIÇÃO

ROTEIRO LEITURA

ROTEIRO ENTREGA

HIDROMETRO

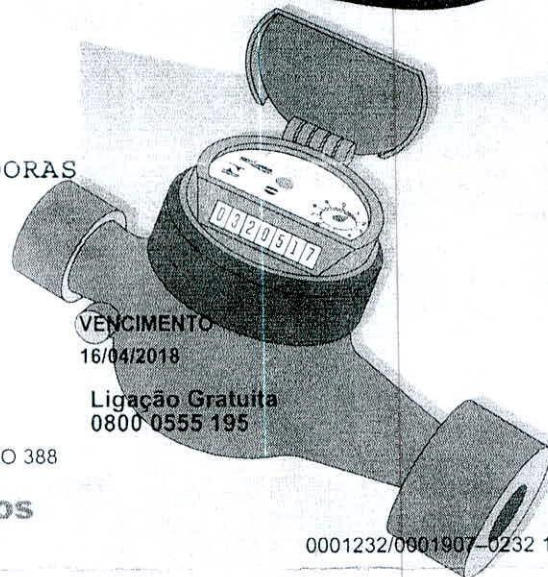
063058448 COM-0001

0048.02.2250.2.0002.0060.0

22502880

022502880

A01S230908



VENCIMENTO

16/04/2018

Ligação Gratuita  
0800 0555 195

LOJA: RU VIRGILIO N ARAUJO 388

[www.embasa.ba.gov.br/centralservicos](http://www.embasa.ba.gov.br/centralservicos)

**0800 0555 195**

0001232/0001907-0232 1

Se a sua solicitação não for atendida dentro do prazo estabelecido,  
ligue para a AGERSA e informe o número de protocolo de seu pedido.

**0800 075 3226**

### CONTRATO DE ADESÃO

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento  
ou através do site [www.embasa.ba.gov.br/centralservicos](http://www.embasa.ba.gov.br/centralservicos)



ACOMPANHE A MEDIÇÃO  
DO SEU HIDRÔMETRO E,  
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM  
CONTATO COM A EMBASA  
PARA UMA MELHOR ANÁLISE  
DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha  
os campos ao lado com a leitura  
do seu hidrômetro.  
(apenas números pretos):

--	--	--	--	--	--

\* Ilustrações extraídas de cartilha educativa produzida pela Embasa

## ATUALIZE SEU CADASTRO

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

### PARA USO DO ENTREGADOR

- ☐ Mudou-se  
☐ Endereço insuficiente  
☐ Número não confere

- ☐ Desconhecido  
☐ Recusado  
☐ Outra Ocorrência

### RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

MORADOR

PORTEIRO

SÍNDICO

VIZINHO

DATA

ASSINATURA



**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: <i>Casa Monsenhor José Justino de Almeida</i>	
CNPJ: <i>07.390.537/0001-78</i>	
Endereço: <i>AV. Antônio Carlos Magalhães</i>	
Bairro: <i>Centro</i>	Nº. <i>55</i>
Cidade: <i>Olindina</i>	UF: <i>Bahia</i>
Nome do representante legal: <i>Leônidas de Oliveira dos Santos</i>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 13 de julho de 2016

*Leônidas de Oliveira dos Santos*  
Assinatura


**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.390.537/0001-78 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 27/08/1996
NOME EMPRESARIAL <b>CASA MONSENHOR JOSE JUSTINO DE ALMEIDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CASA DO MENOR</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R ANTONIO CARLOS MAGALHAES</b>	NÚMERO <b>55</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>	
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/08/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **11/11/2014** às **19:21:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



**Ata de Assembleia Geral de Eleição e Posse da Diretoria da Casa Monsenhor Jose Justino de Almeida**

Protocolo nº 01/2015  
Data: 18/04/2015  
Assinatura: [assinatura]

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às (19:30) dezenove horas e trinta minutos, no salão da Instituição, reuniram-se a diretoria e associados para a realização da eleição dos novos membros diretórios para o pleito de quatro anos da Casa Monsenhor Jose Justino de Almeida. A reunião teve início com a diretora Leônidas de Oliveira Nery Santos dando as boas vindas a todos os presentes passando a palavra a secretaria que explicou como será realizada a votação e logo em seguida começa a eleição. As vinte e uma horas foi encerrada a eleição tendo a presença de (58) cinquenta e oito pessoas que são associados a essa instituição. A chapa "A" composta por Sr. Fernandes teve doze votos e a chapa "B" composta pela atual diretora Leônidas teve quarenta e seis votos, sendo a vencedora, que nesse momento irão tomar posse após eleitos. Após a contagem de votos a diretora Leônidas de Oliveira Nery agradeceu a presença de todos e disse que tudo que foi adquirido foi com ajuda dos sócios o qual foi agravante ao bom andamento da casa. A secretaria Eliana Matos também agradeceu a presença de todos. O Sr. Fernandes da Silva usou da palavra dizendo que com essa diretoria que estava conseguimos melhorar bastante a situação financeira da casa, melhoria no comportamento das crianças melhoria com reformas no prédio e espera que a nova diretoria continue com os mesmos trabalhos e agradeceu a presença de todos saindo logo em seguida. Eliane dos Reis Souza Vieira, também fez uso da palavra, esclarecendo as dificuldades que passamos nessa gestão que termina aqui e a importância da eleição para dar oportunidade às outras pessoas. Também pediu as pessoas ou seja aos sócios que de mais apoio a essa casa pois a mesma é uma instituição de fundamental importância para a nossa cidade, dando proteção às crianças da nossa cidade e de cidades vizinhas dentro do q pode. Nesse momento toma posse as pessoas da chapa "B" eleita, composta e preenchida pelos seguintes cargos: Diretora- Leônidas de Oliveira Nery Santos; vice diretora Maria Coraci Santos Simplicio, secretaria- Maria da Conceição B. França Borges; Segunda Secretária - Maria Iracilda Rabelo Lima; Tesoureira - Eliane dos Reis Souza Vieira; segundo tesoureiro- Edivaldo de Souza Gois Filho; Membros do Conselho Fiscal - Titulares: Nailma Suely Dantas de S. Rocha, Antonio Alves de Matos; Suplentes - Iraildo Dantas Borges e Josefa Pereira dos Santos. Saibam todos que o papel da Diretoria é importante pois são todos colaboradores no trabalho voluntário na instituição acima citada. Logo após, todos rezamos um pai-nosso e uma ave-maria para agradecer ao pai celestial. E para que se produza os efeitos legais, esta ata segue por mim Eliana Pinheiro de Matos, secretaria, nomeada para este ato, datada e assinada, bem como pelos demais presentes. Olinda, 18 de abril de 2015 Eliana Pinheiro de Matos, Leônidas de Oliveira Nery Santos diretora, Eliane dos Reis Souza Vieira Tesoureira, Nailma Suely Dantas de Souza Rocha, conselho fiscal. Adelmo do Nascimento Souza, Maria Helena Barreto Borges, Nayrone Cristina P. de Menezes, Maria do Carmo Fonseca Barreto, Maria Marlene Borges de Jesus, Edivalda Santos Basto, Antonio Alves de Matos, Antonio de Souza Gois, Carlos Alberto de Souza, Pedro Almeida de Souza, Josefa Pereira Santos Neildes Borges Andrade, Maria Coraci S. Simplicio, João Batista Borges, Maria Adriana Borges de Andrade, Carlos Barbosa de Andrade, Antonio José de Souza, Andreia Borges Andrade, Rita Santana Borges, Josefa Rosa dos Santos Borges, Edinalva Pinheira dos Santos, Andrey de Araujo Reis,



José Eduardo de Jesus Dantas ,Maria Iracilda Rabelo Lima ,Maria Virginia de Oliveira Silva Peixoto, Maria Cilene de Santana ,Aloizia Guimarães de Souza, Genilda do Nascimento Cruz, Emídia Batista dos Santos, Nelza de S. Felix,Terezinha Pereira de Souza,Tereza Cristina de Souza Oliveira, Maria da Penha Dorea Silva, Luana Pinheiro de Souza, Jose Ailton Dantas de Souza,Eliane dos Reis Souza Vieira, Edilzeth Alves dos Reis Souza, Nailma Suely D.de Souza Rocha,Maria da Conceição Batista de França Borges, Joselito Matos Vieira, Josefa Neide dos Santos Barreto, Vania Pinheiro dos Santos,Edivaldo de Souza Góis Filho, Maria Aparecida Moreira dos Santos, Maria da Solidade Silva, Ana Maria da Silva, Leônidas de Oliveira Nery Santos, Anderson Matos de Souza, Eliana Pinheiro de Matos, Luciana Silveira da Silva,Iraildo Dantas Borges, Marilene dos Reis Souza, Valdinalva de Menezes Farias Borges ,Telma Pereira de Souza dos Reis, Joziana da Silva Fonseca, Enio de Souza Gois, Florisvalda Pereira de Santana Silva, José Fernandes da Silva.

**CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS**  
**COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA**

Protocolo nº 3856 fls. 195 livro A-01

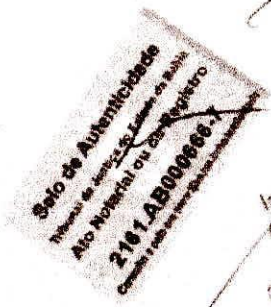
Registro nº \_\_\_\_\_ fls. \_\_\_\_\_ livro \_\_\_\_\_

Averbação nº 8/012 fls. 37V à 39 livro A-04

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ de 12 de MAIO de 2015

\_\_\_\_\_  
Oficial



Instituto de Registro  
Of. de Reg. Públicos  
Cid. 806 807-8  
Comarca de Olindina - BA

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS  
HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Forum Des. Walter Brandão  
Praça 14 de Agosto, SN - Centro  
OLINDINA - BAHIA  
CEP- 48470-000



063065177 0048.01 0140.1.0001.0055.001400210 001400210

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

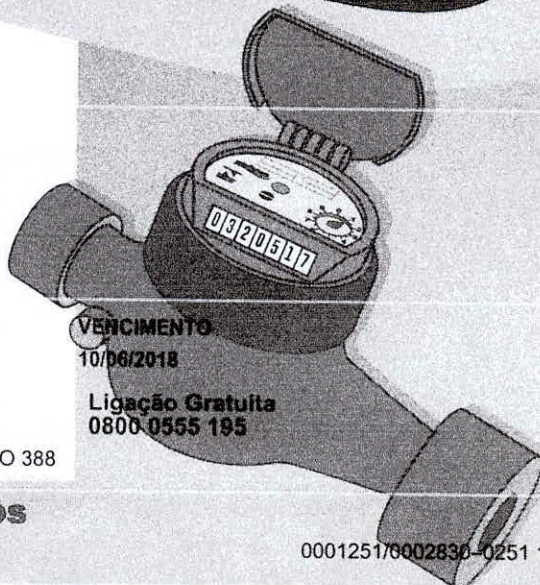
CASA MONSENHOR JOSE JUSTINO DE ALMEIDA  
AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 55  
OLINDINA CENTRO  
CEP - 48.470-000

MATRICULA 063065177 RES-0001  
INSCRICAO 0048.01.0140.1.0001.0055.0  
ROTEIRO LEITURA 01400210  
ROTEIRO ENTREGA 001400210  
HIDROMETRO Y17S333051

LOJA: RU VIRGILIO N ARAUJO 388

[www.embasa.ba.gov.br/centralservicos](http://www.embasa.ba.gov.br/centralservicos)  
**0800 0555 195**

**embasa**



VENCIMENTO  
10/06/2018

Ligação Gratuita  
0800 0555 195

0001251/0002830-0251 1

Se a sua solicitação não for atendida dentro do prazo estabelecido,  
ligue para a AGERSA e informe o número de protocolo de seu pedido.

**0800 075 3226**

**CONTRATO  
DE ADESÃO**

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento  
ou através do site [www.embasa.ba.gov.br/centralservicos](http://www.embasa.ba.gov.br/centralservicos)



ACOMPANHE A MEDIÇÃO  
DO SEU HIDRÔMETRO E,  
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM  
CONTATO COM A EMBASA  
PARA UMA MELHOR ANÁLISE  
DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha  
os campos ao lado com a leitura  
do seu hidrômetro.  
(apenas números pretos):

--	--	--	--	--	--

\* Ilustrações extraídas de cartilha educativa produzida pela Embasa.

**ATUALIZE SEU CADASTRO**

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

PARA USO DO ENTREGADOR

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se              | <input type="checkbox"/> Desconhecido     |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado         |
| <input type="checkbox"/> Número não confere    | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

MORADOR  
☐

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

PORTEIRO ☐ SÍNDICO ☐ VIZINHO ☐

DATA

ASSINATURA

**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: <u>Paróquia Nossa Senhora da Conceição</u>	
CNPJ: <u>13.646.252/0008-00</u>	
Endereço: <u>Praca Dr. Pedro Ribeiro</u>	
Bairro: <u>Centro</u>	Nº: <u>36</u>
Cidade: <u>Olindina</u>	UF: <u>Bahia</u>
Nome do representante legal: <u>Pe. Gilberto Ferreira dos Santos</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 23 de Maio de 2018

Pe. Gilberto Ferreira dos Santos

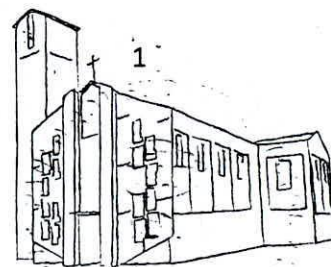
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

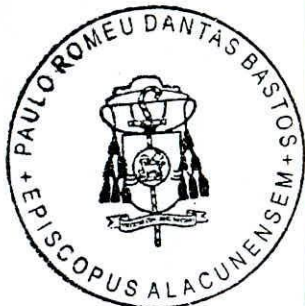


# DIOCESE DE ALAGOINHAS



## ATA DE POSSE

No dia doze de janeiro de dois mil e catorze, às 07:00 horas, durante a Celebração Eucarística da Comunidade, presidida pelo Bispo Diocesano, Dom Paulo Romeu Dantas Bastos, na presença de grande número de fiéis, tomou posse com PÁROCO da Paróquia N. Sr<sup>a</sup>. da Conceição, em Olindina, Bahia, o Padre GILBERTO FERREIRA DOS SANTOS, após a leitura do Decreto de Nomeação (Nº 01/2014). Ao mesmo tempo, foi feita a leitura do Decreto (Nº 02/2014) de Nomeação do Vigário Paroquial, Padre Alex Pedreira da Paixão. Para constar foi lavrada a presente Ata que, depois de lida, será assinada em duas vias: uma para o Arquivo da Cúria Diocesana e outra para o Arquivo da Paróquia.



+ Paulo Romeu Dantas Bastos

Dom Gilberto Ferreira dos Santos

Padre Alex Pedreira da Paixão

Dr. Shirley dos Reis Souza

Landiméia de Frazeres Farias

Fereza bustina de Souza Oliveira

Padre Alex B. C.

Virginia Lúcia Jaci Costa Silva

Baria Fuzsiana da Silva

Antonio Pereira de Jesus

João Landiméia de Frazeres

Libanice de N. Laine  
 Maria de Conceição de Souza Góes Salazar  
 Felipa Maria de Alcântara Souza  
 Paulo Roberto de Lencastre  
 Manuel José dos Reis  
 Adauto Augusto Romão  
 Diógenes Israel de Santana  
 Maria Oliveira Barreto Ferreira  
 Maria Clara Vieira de Andrade  
 Maria Ademil de de Souza Conceição





**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.646.252/0008-00 FILIAL	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 04/11/1975
NOME EMPRESARIAL <b>DIOCESE DE ALAGOINHAS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>PC DR PEDRO RIBEIRO</b>	NUMERO <b>36</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/08/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **09/07/2016** às **10:53:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA  
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 18/07/2019Companhia de Electricidade do Estado de Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI, Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.620/0001-84 | Inscrição: 00476866NODADOS DO CLIENTE  
IGREJAENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA LUIZ VIANA FILHO 121CENTRO OLINDINA/OLINDINA  
OLINDINA BA  
4470-000

## CLASSIFICAÇÃO

B3 COMERCIAL  
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE FÉRIAS  
Bifásico

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
280881430	UNICA	27/02/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
27/02/2018	1000147198	3519942

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0000435473	02/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
06/03/2018	28/03/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	265,00

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	346,0000000	0,65190041	225,56
Contribuição Iluminação Pública			22,96
Multa por atraso NF 268842147 - 28/12/17			9,29
Juros por atraso NF 268842147 - 28/12/17			3,40
Atualização IGPM NF 268842147 - 28/12/17			3,30
Doação PAS FORTAL DA CRIANÇA 0800-41 0084			0,50
TOTAL DA FATURA 265,00			

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
1011222411	CAT	29/01/2018	27 582,00	27/02/2018	27 928,00	29	1,00000		346,00

HISTÓRICO DE CONSUMO			INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/Ano kWh			BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	Descrição de Energia	R\$	26,25%
FEV 18 346			ICMS	235,55	27,00	Transmissão	R\$ 8,36	3,71%
JAN 18 354			PIS	225,56	0,91	Distribuição (Coelba)	R\$ 54,86	24,23%
DEZ 17 672			COFINS	235,55	4,21	Perdas de Energia	R\$ 12,62	5,68%
NOV 17 480					9,49	Encargos Setoriais	R\$ 17,96	7,97%
OUT 17 340						Tributos	R\$ 72,43	32,12%
SET 17 292						Total	R\$ 225,56	100%
AGO 17 236			TARIFAS APLICADAS			0,44251000		
JUL 17 286								
JUN 17 291								
MAI 17 417								
ABR 17 445								
MAR 17 454								
FEV 17 311								
RESERVAÇÃO FISCAL								
5835 F843 217B 777A B202 3251 4AC4 A843								

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

Na data da leitura e bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2% (Res 414/ANEEI), juros 1% a.m. (Lei 10.438/02) e atualização monetária no pró- mês. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ocorrer a suspensão de fornecimento em caso de ocorrência de suspensão. O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de energia elétrica a qualquer tempo - Art 7º REN 581/13. Contato o município de dengue, Zika e Chikungunya. Ministério da Saúde - Governo Federal.

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia elétrica(s)					
Vencido	De vencido	Valor	Vencido	De vencido	Valor
05/02/18	27/02/18	265,61			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia elétrica será suspenso.

Não existem débitos de 2016 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as declarações dos faturamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não abrangendo débitos de parcelamentos/condições de dívidas não ratificadas em discussão.

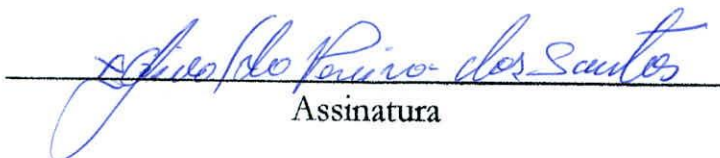
**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASS: DO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO POV. DE D. MARIA	
CNPJ: 16131823	
Endereço: DISTRITO DONA MARIA	
Bairro: —	Nº. —
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: GIVALDO PEREIRA DOS SANTOS	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 05 de Junho de 2018

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



**ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA  
E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
COMUNITÁRIO DA DONA MARIA, INSCRITA NO CNPJ: 16.131.823/0001-96**

Aos quinze dias do mês de Abril de dois mil e dezoito às 10:00 horas, na Sede da Associação na própria Comunidade no Município de Olindina estado da Bahia. Reuniram-se em assembleia os associados que assinaram a lista de presença, com o objetivo de constituir uma nova diretoria da Associação para o biênio 2018-2020 o atual presidente João Lindelson Pereira Damaceno conduziu os trabalhos juntamente com a secretária Marcileia Souza Silva. O Presidente fez a leitura da pauta da Assembleia, que o principal assunto era a eleição e posse da diretoria para o próximo mandato, sendo que houve uma antecipação da eleição que seria no mês de maio, por motivo de pendência em algumas certidões. E os associados presentes decidiram eleger um vice para cada cargo da diretoria executiva. Após a leitura da pauta, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria Executiva, e do Conselho Fiscal que terão mandato de 2 (dois) anos, com início em (15) dias de Abril de (2018) dois mil e dezoito e término em (15) quinze de Abril de (2020) dois mil e vinte e os indicados foram eleitos por unanimidade com chapa única que ficaram assim constituídos: Diretoria Executiva – Presidente: GIVALDO PEREIRA DOS SANTOS, portador do CPF-907.524.905-59, lavrador, residente e domiciliado na comunidade, Vice-presidente: JOÃO LINDELSON PEREIRA DAMACENO, portador do CPF 634.982.785-68 lavrador residente e domiciliado na Comunidade. Secretário- JOSE EVALDO DE ALMEIDA, portador do CPF-004.035.225-01, lavrador residente e domiciliado na Comunidade vice-secretária: MARCILEIA SOUZA SILVA, portadora do CPF-046.152.975-05 lavradora, residente e domiciliada na comunidade, Tesoureira MARILEUZA DOS SANTOS MACHADO portadora do CPF-831.726.105-00, lavradora, residente e domiciliada na comunidade. Vice-tesoureira- JOSEFA DOS REIS PINHEIRO portadora do CPF 405.046.545-00, lavradora residente e domiciliada na Comunidade. Composição do Conselho Fiscal: ELINELSO SANTOS REIS, MARIA NILDA ALVES DOS SANTOS FRANÇA EDMUNDO PEREIRA DOS SANTOS e como suplentes: JURACI ALVES DOS SANTOS, RENIVALDA DE OLIVEIRA ROCHA e VALDIR DE OLIVEIRA Após a eleição, os dirigentes eleitos tomaram posse em uma simples cerimônia. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos os presentes e deu por encerrados os trabalhos da assembleia, da qual eu José Evaldo de Almeida, secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida se aprovada, segue assinada por mim e todos presentes em conformidade firmada pelo Presidente dos trabalhos.

Dona Maria, Olindina-BA 15 de Abril de 2018

José Evaldo de Almeida  
JOSE EVALDO DE ALMEIDA  
Secretário

Givaldo Pereira dos Santos  
GIVALDO PEREIRA DOS SANTOS  
Presidente

Marileuza dos Santos Machado  
MARILEUZA DOS SANTOS MACHADO  
Tesoureira

PARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA  
Protocolo nº 00083 fls. 21 livro 01  
Registro nº 204 fls. 12v livro A-02  
Averbação nº Avb204 fls. 10 livro A-04  
Observações: Averbação de ata  
de eleição e posse.  
Olindina - BA, 01 de junho de 2018  
Joacilino Pereira



Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos - Olindina  
Oficial - Anderson Druck da Costa  
Rua Duque de Caxias CEP : 48470-000  
Tel : (79) 99420064

## CERTIDÃO DE ATO PRATICADO REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

DAJE N.: 2161-002.001561

CERTIFICO e dou fe que o presente título, foi **PROTOCOLADO** em 17/05/2018 sob o número 000083, no Livro de Protocolo nº 1 folha 21, **AVERBADO/MICROFILMADO**, nesta data sob o nº 000204 AV-6 no Livro A nº 7 folha 10, conforme segue:

Apresentante: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA DONA MARIA  
Natureza do Título: ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DE 2018.

OLINDINA - BA, 1 de Junho de 2018

*Jaqueline Menezes Pertile*  
Jaqueline Menezes Pertile - Substituído  
Oficial Registrador Substituto  
Registro de Imóveis Olindina - BA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2161AR003330-3  
1Q7PHB6CIB  
Consulte:  
[www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

Emolumentos	Tx. Fiscalização	FECOM	Def. Pública	PGE	Valor Total
R\$ 160,41	R\$ 115,10	R\$ 49,33	R\$ 4,30	R\$ 6,44	R\$ 335,58

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA  
Protocolo nº 000083 fls. 21 livro 01  
Registro nº 204 fls. 125 livro A-02  
Averbação nº 16/204 fls. 10 livro A-04  
Observações: Averbação de ato  
de eleição e posse.  
Olindina - BA, 01 de junho de 2018  
*Jaqueline Menezes Pertile*  
Oficial



[illegible]





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

# CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI, Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.138.629/0001-94 | Insc. Est. 00478996NO

## DADOS DO CLIENTE

GIVALDO PEREIRA DOS SANTOS

CPF: 907.524.905-59

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

PO DONA MARIA 80

RURAL DONA MARIA/DONA MARIA  
OLINDINA BA  
48470-000

## CLASSIFICAÇÃO

B2 RURAL  
AGROPECUARIA RURAL  
Monotásico

## CONTA CONTRATO

## MÊS/ANO

0215922308

03/2018

## DATA DE VENCIMENTO

## DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

14/03/2018

06/04/2018

## TOTAL A PAGAR (R\$)

10,36

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kVh)	31,00000000	0,32361053	10,03
Multa por atraso-NF 276309744 - 06/02/18			0,32
Juros por atraso-NF 276309744 - 06/02/18			0,01

TOTAL DA FATURA

10,36

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
386799 CAT	06/02/2018	1.660,00	07/03/2018	1.711,00	29	1,00000		31,00

## ORICO DE CONSUMO

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		
Geração de Energia	R\$	3,73	37,18	
Transmissão	R\$	0,52	5,18	
Distribuição (Coelba)	R\$	3,43	34,20	



**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO OLINDINENSE DE WUSHU-SANDA	
CNPJ: 2.834.976/0001-28	
Endereço: R. TRAVESSA LUISA DOMINGOS DE SANTANA	
Bairro: CENTRO	Nº: 39
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: RONEY DA CONCEIÇÃO SANTANA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 02 de AGOSTO de 2016

Roney da Conceição Santana  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>24.834.976/0001-28</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>08/04/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO OLINDINENSE DE WUSHU - SANDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO OLINDINENSE DE KUNG FU WUSHU</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>85.91-1-00 - Ensino de esportes</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>		
LOGRADOURO <b>R TRAVESSA LUIZA DOMINGOS DE SANTANA</b>	NÚMERO <b>39</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>
UF <b>BA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>HONNYPOP553@HOTMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(75) 9926-2791</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>08/04/2016</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **05/07/2016** às **15:09:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

---

**CNPJ:** 24.834.976/0001-28

**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO OLINDINENSE DE WUSHU - SANDA  
**CAPITAL SOCIAL:**

**O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:**

**Nome/Nome Empresarial:** RONEY DA CONCEICAO SANTANA

**Qualificação:** 16-Presidente

**Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.**

Emitido no dia **05/07/2016** às **15:11** (data e hora de Brasília).

# Ata da Assembleia Geral para Aprovação do Estatuto e Eleição a Passe da Diretoria da Associação Vindense de Ilheus - Santa

Aos seis dias do mês de Abril de dois mil e dezessis, às dezessis horas, na residência da Sra. Josefa da Conceição Santana, situada na rua Conselheiro Benigno de Brito, número 09, na cidade de Olivença-BA. Assumi a presidência o Sr. Roney da Conceição Santana que explicou aos presentes o objetivo da referida assembleia, que era a criação da associação e também da aprovação do seu estatuto e eleição da diretoria. Após a explanação do Sr. Presidente procedeu com a leitura do estatuto por que o mesmo fosse votado. Após a leitura do estatuto o mesmo foi aprovado por unanimidade. Determinou então o Presidente que o mesmo fosse transcrito após as assinaturas dessa assembleia de fundação. A associação ficou assim constituída:

X

Presidente - Roney da Conceição Santana

Vice Presidente - Aleff Sirlando Vasconcelos da Cunha

Diretor Financeiro - Douglas dos Reis Almeida

Diretor Jurídico - Ruan Gois de Oliveira Silva

Diretor Técnico - Rebenildo Pereira de Jesus

Secretária - Glória Conceição dos Santos

Diretor de Integrações Regionais - Wellington Conceição dos Santos

Procedeu-se em seguida a fixação do prazo do mandato, do Presidente sendo este vitalício. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a assembleia e o secretário lavrou a presente Ata, que vai por nós assinada para cumprir seus respectivos lugares. Olivença/BA 06.04.2016.

Roney da Conceição Santana

Aleff S. Vasconcelos da Cunha

Douglas dos Reis Almeida  
Ruan Gois de Oliveira Silva



Alfredo P. P. P.  
Associação de Santa  
Alfredo P. P. P.



O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento ou através do site [www.embasa.ba.gov.br/centralservicos](http://www.embasa.ba.gov.br/centralservicos)



**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: <u>ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS DA COM. FUNIL E BELDROEGA</u>	
CNPJ: <u>23.857.525/0001-43</u>	
Endereço: <u>POVOADO FUNIL</u>	
Bairro: <u>ZONA RURAL</u>	Nº. <u>— SP</u>
Cidade: <u>Olindina</u>	UF: <u>Bahia</u>
Nome do representante legal: <u>Jose Carlos Barbosa Mendes</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 18 de Junho de 2018

Jose Carlos Barbosa Mendes  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>23.857.525/0001-43</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>18/06/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE FUNIL E BELDROEGA - AGRIFAB</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>AGRIFAB</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>01.33-4-03 - Cultivo de caju</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>01.19-9-05 - Cultivo de feijão</b> <b>01.19-9-08 - Cultivo de melancia</b> <b>01.11-3-02 - Cultivo de milho</b> <b>01.16-4-03 - Cultivo de mamona</b> <b>10.63-5-00 - Fabricação de farinha de mandioca e derivados</b> <b>01.19-9-06 - Cultivo de mandioca</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>COM POVOADO FUNIL,</b>		NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FABIOCOELHO48@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(75) 9951-8327 / (75) 3436-1418</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/06/2015</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **24/02/2017** às **16:24:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 24/02/2017



**Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

**CNPJ:** 23.857.525/0001-43  
**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA  
**CAPITAL SOCIAL:** COMUNIDADE FUNIL E BELDROEGA - AGRIFAB

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	JOSE CARLOS BARBOSA MENDES
<b>Qualificação:</b>	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 24/02/2017 às 16:25 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 24/02/2017

# Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos - Olindina

Oficial - Anderson Druck da Costa  
Rua Duque de Caxias CEP : 48470-000  
Tel : (79) 99420064

## CERTIDÃO DE ATO PRATICADO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS

DAJE N.: 2161-002.000670

**CERTIFICO** e dou fé que o presente título, foi **PROTOCOLADO** em 20/09/2017 sob o número 000048, no Livro de Protocolo nº 1 folha 9, **AVERBADO/MICROFILMADO**, nesta data sob o nº 000396 AV-1 no Livro A nº 7 folha 4, conforme segue:

Apresentante:	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE FUNIL E BELDROEGA - AGRIFAB
Natureza do Título:	ATA DE ELEIÇÃO E POSSE

OLINDINA - BA, 20 de Setembro de 2017

*Jaqueline Menezes Pertile*  
Jaqueline Menezes Pertile - Suboficial

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2161.AB002471-1  
BX1VGQ1TO2  
Consulte:  
[www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

Emolumentos	Tx. Fiscalização	FECOM	Def. Pública	PGE	Valor Total
R\$ 155,89	R\$ 111,86	R\$ 47,94	R\$ 4,17	R\$ 6,26	R\$ 326,12

### CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA

Protocolo nº 00048 fls. 09 livro 01  
Registro nº 396 fls. 46v livro A-4  
Averbação nº 11176 fls. 04 livro A-7  
Observações: Averbação de 16



## Ata de Constituição

Registro de

As quatro e meia do mês de setembro de dois mil e setecentos e setenta na sede provisória do povoado Fumil município de Olinda - Ba. Presente as pessoas que subscreveram esta ata, usou da palavra o Sr. José Carlos Barbosa Mendes, que declarou haver convocado esta reunião para discutir sobre associação tendo fins lucrativos, por tempo indeterminado e com número ilimitado de sócios. Em seguida convidou a mim a Sr. Ana Paula da Conceição Santos para lavrar esta ata. Seguidamente se procedeu a leitura e discussão do Estatuto social, o que foi feito artigo por artigo. O Estatuto Social foi aprovado pelos votos de todos os membros presente. No seguimento dos trabalhos foi apresentado Chapa única para dirigir os trabalhos da associação pelo tempo indeterminado, cuja composição foi o seguinte presidente José Carlos Barbosa Mendes, Vice Presidente Sr. Josevaldo Araújo de Macedo Santos, Secretária Geral Ana Paula da Conceição Santos, Tesoureiro, José da Conceição Santos, conselho fiscal que ficou composto por Raimundo Pinheiro de Souza, José de Macedo Santos colocada em votação e eleito por unanimidade depois de eleito foram empossado por presidente agradeceu pela escolha de seu nome para cargo pediu a todos os diretores e associados que todos empenhasse nos trabalhos

Car

RE

CERTI  
no Livr  
no Livr

N



para o fim de dar sucesso com a rosa 19  
 associada. Lida mas havendo a tratar,  
 o presidente mandou lavrar a presente  
 ata que depois de mim lida e achada  
 conforme vai assinar por mim e de mais  
 presente, José Carlos Barbosa Mendes, Ana Paula  
 da Conceição Santos, João Conceição dos Santos,  
Marcelo Santos, Renata Silva, João dos Santos,  
Jose Antonio Moreira dos Santos,  
João Conceição dos Santos, João Alves dos Santos,  
Reinaldo Rocha Silva, João Carlos Santos, João,  
Adilson de Souza Mendes, Edson Souza dos Santos, Roberto dos  
Silva, João Mendes, João de Jesus Mendes, Renilda  
Ferreira, João, Maria da Conceição dos Santos, João  
Balena do Santos, Betânia Santos Alves  
Edilson de Jesus Ferreira

Selo de Autenticidade  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 2163.AB063862-9  
 Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
 Allan do Nascimento Santos  
 Selo de Autenticidade  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 2163.AB063867-0  
 Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

RECONHECIMENTO	
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)	de: <u>João Conceição dos Santos</u>
do(a) fe. <u>15 SET. 2017</u>	
Em testemunho <u>X</u> da verdade.	
<input type="checkbox"/> Libia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabeliã <input checked="" type="checkbox"/> Allan do Nascimento Santos - Escrivente	

RECONHECIMENTO	
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)	de: <u>João Conceição dos Santos</u>
do(a) fe. <u>15 SET. 2017</u>	
Em testemunho <u>X</u> da verdade.	
<input type="checkbox"/> Libia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabeliã <input checked="" type="checkbox"/> Allan do Nascimento Santos - Escrivente	

Selo de Autenticidade  
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 2163.AB063879-0  
 Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

RECONHECIMENTO	
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)	de: <u>João Conceição dos Santos</u>
do(a) fe. <u>18 SET. 2017</u>	
Em testemunho <u>X</u> da verdade.	
<input type="checkbox"/> Libia Cavalcanti Queiroz de Melo - Tabeliã <input checked="" type="checkbox"/> Allan do Nascimento Santos - Escrivente	

- José Carlos Barbosa Mendes  
Presidente

- Ana Paula da Conceição  
Secretaria

- João Conceição dos Santos  
Tesoureiro

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
 COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA

Protocolo nº	fls.	livro
Registro nº	fls.	livro
Averbação nº	fls.	livro

Observações: Averbação do Ato  
de eleição e posse.  
 Olindina - BA, 20 de setembro de 2017  
João Conceição dos Santos  
 Oficial

GRAFSET



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02



**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA**  
**NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019**

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI, Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

**DADOS DO CLIENTE**  
RENILDA PERREIRA LIMA

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**

CPF 009 880 415-45 NIS 16533901614

RURAL-UMBUZEIRO/UMBUZEIRO  
OLINDINA BA  
48474-000

**CLASSIFICAÇÃO**  
RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

**CONTA/CONTRATO** 0205622152 **MÊS/ANO** 06/2018

**DATA DE VENCIMENTO** 05/07/2018 **DATA DE VIGÊNCIA DA NOTA FISCAL** 27/07/2018

**Nº DA NOTA FISCAL** 304519629 **SÉRIE ÚNICA** **EMIÇÃO** 27/06/2018

**TOTAL A PAGAR (R\$)** 65,31

**APRESENTAÇÃO** 27/06/2018 **Nº DO CLIENTE** 1001924901 **Nº DA INSTALAÇÃO** 3526576

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,24899119	7,48
Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,42752776	29,92
Ativo superior a 100 até 220 kWh	27,0000000	0,64129165	17,31
Imposto de Renda AMARELA			0,17
Imposto de Renda VERMELHA			4,44
Contribuição Iluminação Pública			4,99
Multa por atraso-NF 298537116 - 25/05/18			0,59
Juros por atraso-NF 298537116 - 25/05/18			0,16
Atualização IGPM-NF 298537116 - 25/05/18			0,25

TOTAL DA FATURA

65,31

**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**

Nº DO	TIPO DA	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
CONSUMIDOR	FUNÇÃO	DATA	DATA	DIAS			
17	CAT	25/05/2018	27/06/2018	33	1,00000		127,00
		LEITURA	LEITURA				
		8.456,00	8.583,00				



**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO RÁDIO MINAS DO CEDRO	
CNPJ: 05.556.059/0001-84	
Endereço: MINAS DO CEDRO	
Bairro: ZONA RURAL	Nº. S/N
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: JOSE ADILSON DE OLIVEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 25 de MAIO de 2018

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**


- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.556.059/0001-84</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	
		DATA DE ABERTURA <b>27/01/2003</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO POVOADO MINACAO DO CEDRO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASS. DESENV. COMUNIT. POV. MINACAO DO CEDRO</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>MINACAO DO CEDRO</b>		NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(75) 4361-279</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/01/2003</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/07/2017** às **12:22:38** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

134

## ATA DA ASSOCIAÇÃO DO POVOADO MINAÇÃO DO CEDRO PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO

Ata da eleição dos membros Associação do Povoado Minação do Cedro. Aos vinte e seis dias (26) de fevereiro do ano de 2017, na sede da Associação para escolhas dos candidatos, sendo que, o edital foi afixado na sede da Associação e na Prefeitura Municipal de Olindina – Bahia, os associados foram convocados para a eleição a realizar – se aos (26) vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano em curso, com direito a voto, com início às 09:00 horas da manhã, onde foi discutido a mesma diretoria da referida Associação. Concluindo assim, a votação apresentada a chapa única votada por unanimidade. Então, a diretoria ficará composta da seguinte forma:

Presidente – José Adilson de Oliveira – Reeleição;

Vice-Presidente – Nivaldo Moreira Dos Santos – Reeleição;

1ª Tesoureira – Maria Helena Almeida Cruz Oliveira – Reeleição;

2º Tesoureiro – Livando de Oliveira Santos – Reeleição;

1º Secretario – Reginaldo da Conceição Oliveira – Reeleição;

2º Secretario – Rafael Fontes Andrade – Aprovado.

### CONSELHO FISCAL TITULAR

1º - José Brito de Souza – Aprovado;

2º - Arnaldo Correia Araujo – Aprovado;

3º - Maria Luzia Domingas de Souza – Reeleição.

### CONSELHO FISCAL SUPLENTE

1º - Flávio Santos de Oliveira – Aprovado;

2º - Manuel Pereira de Jesus – Aprovado;

3º - Vitorino Domingos da Exaltação – Aprovado.


Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, os membros da diretoria e os demais associados. Olindina – BA, 26 de fevereiro de 2017.

Reginaldo da Conceição Oliveira, José Adilson de Oliveira, Nivaldo Moreira dos Santos, Maria Helena Almeida Cruz Oliveira, Livando de Oliveira Santos, Rafael Fontes Andrade, Arnaldo Correia de Araújo, Maria Luzia Domingas de Souza, Flávio Santos de Oliveira, Manuel Pereira de Jesus, Arrogo por Vitorino Domingos da Exaltação, Fernando Souza de Oliveira, Domingos da Conceição Oliveira, José Francelino de Oliveira, Genilson Mendes de Souza, Josa Alves de Jesus, Josenilde Pinheiro Rocha Santos, João Batista de Oliveira, Maria Crispina de Oliveira e Arrogo por Josefa Francelina de Oliveira.

RECO

RECO

RECO

Reconheço como verdadeira(s) a(s) Firma  
assistida(s) com esta  dou

Olindina - BA

13 MAR 2017

Em Testemunho



José Arlvalter Dantas Borges  
Tabelião de Notas  
Cad. 800.004-2





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

**Cartório do Registro de Títulos e Documentos**

**1º Ofício**

**Iraildo Dantas Borges - Oficial**

**Comarca de Olindina - Bahia**

**CERTIDÃO DE ATO REGISTRADO**

CERTIFICO para os devidos fins, que foi efetuada a Averbação da Ata, datada de 28/02/2017, do referido Livro de Ata da Associação de D. Comunitário do Pov. Minação do Cedro, Município de Olindina/Bahia, neste Cartório, em 03/03/2017, protocolo Livro A-02, fls. 15, sob nº 4014, Averbada no Livro A-05, sob nº **AV2-135**. Olindina/Ba, 03/03/2017. Eu, Iraildo Dantas Borges - Oficial, que assino.

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2161.AB001859-2  
TCVNJM51TQ  
Consulte:  
[www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)



NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Canela V. Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Ins. Est. 00478696NO

## DADOS DO CLIENTE

JOSE ADILSON DE OLIVEIRA

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

PO CEDRO 20--B

CPF 939 313 105-82 NIS 16216367375

RURAL-OLINDINA/OLINDINA  
OLINDINA BA  
48470-000

## CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7020789586	05/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PRÓXIMA LEITURA
28/05/2018	04/06/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	
33,76	

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
293322813	ÚNICA	03/05/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
03/05/2018	1011536568	10036419

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,23378228	7,01
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	58,0000000	0,40073537	22,44
Acrescimo Bandeira AMARELA			0,05
Contribuição Iluminação Pública			2,43
Multa por atraso-NF 281156282 - 02/03/18			0,53
Multa por atraso-NF 275234863 - 02/02/18			0,48
Juros por atraso-NF 281156282 - 02/03/18			0,15
Juros por atraso-NF 275234863 - 02/02/18			0,38
Atualização IGPM-NF 281156282 - 02/03/18			0,09
Atualização IGPM-NF 275234863 - 02/02/18			0,22

## TOTAL DA FATURA

33,76

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
112324428	CAT	03/04/2018	6 226,00	03/05/2018	6 315,00	30	1,00000		89,00

## HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh
MAI 18 86
ABR 18 105
MAR 18 86
FEV 18 78
JAN 18 88
DEZ 17 92
NOV 17 94
OUT 17 82
SET 17 92
AGO 17 78
JUL 17 83
JUN 17 54
MAI 17 79

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	29,50	25,00
PIS	29,50	1,13
COFINS	29,50	5,17

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	8,19	27,76%
Geração de Energia			
Transmissão	R\$	1,41	4,76%
Distribuição (Coelba)	R\$	7,89	26,75%
Perdas de Energia	R\$	1,91	5,47%
Encargos Setoriais	R\$	0,88	2,88%
Tributos	R\$	9,22	31,28%
Total	R\$	28,48	100%

## TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh	0,16059470
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,27530520

FE1D 2128 541C 9BAF 5C02 8FDA 05B8 BF21

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A partir de 22/04, tarifa com reajuste médio de 17,27% para Baixa Tensão e 16,17% para Alta Tensão-REH 2 382/18. Na data de leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2% (Res 414/ANEEL), juros 1% a.m. (Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pelo Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 29,85. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os pontos de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

## ATENÇÃO! A COELBA INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento de(s) conta(s) de energia ciada(s):

Vencido	Debitado	Valor	Vencido	Debitado	Valor
26/04/18	03/05/18	37,47	26/01/18	02/02/18	33,34

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com ações judiciais nacionais. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Não existem débitos de 2017 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não abrange débitos de parcelamentos autorizados de dívidas nem faturas em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo judicial.

## DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
OLINDINA - CHESF	mar/2018			
DIC	0,83	11,94	23,89	47,79
FEV	1,00	7,74	15,48	30,96
DMIC	0,83	6,59	0,00	0,00

## ÍNDICE DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
	MÍNIMO MÁXIMO
220	202 231

Limite Diário: 15,80 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 10,53  
AIDF Nº: 17990001912017 - PAIDF Nº: 936.997 PARECER/GEOT - 367/98 - 928/00 E 987/04 | Impressão de Rótuas Inteligentes do Brasil Ltda.  
Av. Pompílio Gomes, 250 - Passaré - Fortaleza, CE | CEP 60.881-790 | CNPJ 07.758.970/0001-60 | Insc. Estadual 061897124

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
7020789586	05/2018	28/05/2018	33,76

83880000000-3 33760030007-0 02078958621-0 01085354713-8





**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: <u>Associação Comunitária dos Pequenos Prod. Rurais de Rio das Pedras</u>	
CNPJ: <u>02.186.804/0001-52</u>	
Endereço: <u>R. ESTRADAS DO RIO DAS PEDRAS</u>	
Bairro: <u>ZONA RURAL</u>	Nº. <u>—</u>
Cidade: <u>Olindina</u>	UF: <u>Bahia</u>
Nome do representante legal: <u>Antonio Nicevaldo de Oliveira</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 03 de Julho de 2018

Antonio Nicevaldo de Oliveira  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.186.804/0001-52 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 23/10/1997
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RIO DAS PEDRAS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R ESTRADAS DO RIO DAS PEDRAS</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/07/2018** às **10:20:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



**Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

\*CNPJ: 02.186.804/0001-52  
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS  
CAPITAL SOCIAL: PRODUTORES RURAIS DE RIO DAS PEDRAS

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANTONIO NICEVALDO DE OLIVEIRA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/07/2018 às 10:20 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RIO DAS PEDRAS REALIZADA EM TRINTA DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESETE ( 30-03-2017 ) ÀS DEZOITO HORA ( 18:00)

O Presidente Rodrigo deu abertura a reunião desejando uma boa noite a todos presente na Reunião, pedindo a todos os sócios a colaboração para eleger da nova diretoria para o ano de 2017 e 2018.

A eleição foi feita de forma aberta e democrático com a indicação de vários sócios após o consentimento das mesmos para a cada certeza o cargo para ser pronunciado assim iniciamos a eleição e foram eleitos para presidente da Assembleia foi Antônio Pereira dos Santos RG 9612411 C.P.F 35-696-378-91 Secretário da assembleia Evanildo Ribeiro dos Santos RG 113-455 77-10 CPF 031 233 305-61 Conselho Fiscal Jadilson Oliveira dos Reis CPF 010 625 625- 42 RG 90 60 40 -47 Joasse Pereira de Souza RG 023 864 788-9 CPF 169 079 655- 34, Maria do Socorro de Oliveira Santana RG 056 345 777 CPF 548 927 755-68.

Para Presidente da Associação foi eleito Antônio Nicevaldo de Oliveira RG 047 338 0242 CPF 978 548 325-87 Vice presidente José Pereira dos Santos RG 048 472 560 CPF 142 931 548-30 Secretaria Josefa Celia de Souza Santos RG 334 666-7 CPF 337 893 985-00, Vice Secretário Joselicio de Souza Gois RG 1172 959811 CPF 345 435 328-99 , Tesoureiro Rodrigo Santos Oliveira RG 098 301 8375 CPF 027- 967 255-10 , Vice Tesoureira Estélita Ferreira da Silva RG 093 270 658-4 CPF 961 308- 815-68. Assim eleitos todos os membros identificado neta Ata deverão tomar posse a partir da data citada anteriormente. O Presidente da Assembleia Sr. Antônio Pereira dos Santos declara que a partir desta data o Sr. Martiliano dos Santos Neto RG.09481516 09, CPF: 013.939.975-54 e Isaias Santos Oliveira RG: 20.190.883-20, CPF: 863.221.245-10, Edson Xavier de Matos RG:20.173.877-54, CPF: 070.653.915-07, estão associados e nada mais declarar o presidente da assembleia da por encerrados os trabalhos, e eu Jose Pereira dos Santos Secretário desta Associação . esta ata que será lida e assinada por todos presentes, nesta reunião na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Rio das Pedras que foi realizada nesta noite de trinta de março de dois mil e dezessete (30/03/2017) Olindina – Bahia.

Jose Pereira dos Santos

Rodrigo Santos Oliveira

Josefa Celia de Souza Santos

Josefa Célia de Souza Santos

Antônio Nicevaldo de Oliveira

Maria do Socorro de Oliveira Santana

Evanildo Ribeiro dos Santos

Isaias Santos Oliveira

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA

Protocolo nº 00023 fls. 05 livro 01  
Registro nº 277 fls. 115v livro A-02  
Averbação nº A-127 fls. 04 livro A-06

Observações: Registro de Ata  
de eleição e posse.

Olindina - BA 13 de julho de 2017

Jaqueline  
Oliveira





Tarifa Social de Energia Elétrica Criada pela Lei 10.438 de 25/07/2002

# CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA

## NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cidade VI, Salvador, BA | CEP 41.101-000  
CNPJ 15.139.524/0001-94 | Ins. Est. 05478592160

### DADOS DO CLIENTE

ANTÔNIO N. CEVALDO DE OLIVEIRA  
VIZACOS DE ZIL ROQUE

CPF: 978.548.325-87

### CLASSIFICAÇÃO

B3 COMERCIAL  
OUTROS SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES  
TERRAÇO

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
R. DAS FÉLHAS 35 MARIA DOS SANTOS  
MATOS

RURAL-DONA MARIA/DONA MARIA  
OLINDINA BA  
45470-000

### CONTA CONTRATO

0206359099

### MÊS/ANO

02/2018

### DATA DE VENCIMENTO

15/02/2018

### DATA PRÓXIMA PROXIMA FATURA

07/03/2018

### TOTAL A PAGAR (R\$)

70,50

Nº DA NOTA FISCAL  
276238986

SÉRIE  
UNICA

EMIÇÃO  
03/02/2018

APRESENTAÇÃO  
08/02/2018

Nº DO CLIENTE  
1000650255

Nº DA INSTALAÇÃO  
3520500

### DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

Consumo Ativo (KWh)  
Contribuição Iluminação Pública

#### QUANTIDADE

100.0000000

#### PREÇO (R\$)

0.85100041

#### VALOR (R\$)

85,10

5,31

TOTAL DA FATURA

70,50

### DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

ATUAL

MÉDIA | CONSTANTE

AJUSTE

CONSUMO ANTERIOR

**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SIBIRIANO	
CNPJ: 04.745.896/0001-99	
Endereço: COMUNIDADE DO SIBIRIANO	
Bairro: —	Nº. —
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: ADAILTON DE SOUZA OLIVEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 21 de maio de 2018

Adailton de Souza Oliveira  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.745.896/0001-99</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>05/11/2001</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SIBIRINO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ADERSI</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>302-6 - ASSOCIACAO</b>			
LOGRADOURO <b>COMUNIDADE RURAL DO SIBIRINO</b>		NÚMERO SN	COMPLEMENTO <b>ZONA RURAL</b>
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SIBIRINO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>05/11/2001</b>	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **16/01/2004** às **12:34:42** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

## CERTIDÃO DE ATO PRATICADO REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

DAJE N.: 2161-002.000687

**CERTIFICO** e dou fé que o presente título, foi **PROTOCOLADO** em 26/09/2017 sob o número 000051, no Livro de Protocolo nº 1 folha 10, **AVERBADO/MICROFILMADO**, nesta data sob o nº 000121 AV-2 no Livro A nº 7 folha 4, conforme segue:

Apresentante:	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SIBIRINO - ADERSI
Natureza do Título:	ATA DE ELEIÇÃO E POSSE

OLINDINA - BA, 26 de Setembro de 2017

*Jaqueline Menezes Pertile*  
Jaqueline Menezes Pertile - Suboficial

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado Da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2161.AB002488-6  
TAQB6JIZGI  
Consulte:  
[www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

Emolumentos	Tx. Fiscalização	FECOM	Def. Pública	PGE	Valor Total
R\$ 155,89	R\$ 111,86	R\$ 47,94	R\$ 4,17	R\$ 6,26	R\$ 326,12



CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE OLINDINA - ESTADO DA BAHIA  
Protocolo nº 000051 fls. 10 livro 1  
Registro nº 121 fls. 114 livro A-1  
Averbação nº A-2/121 fls. 4 livro A-7  
Observações: Averbação de Ato  
de eleição e posse.  
Olindina - BA, 26 de setembro de 2017  
*Jaqueline Menezes Pertile*  
Oficial



Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Geral do Siberino ADERSL realizada em quatorze de Setembro de dois mil e dezessete

Aos quatorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezessete reuniram-se na Sede da entidade na comunidade do Siberino, Município de Olindina Bahia. Os associados com o objetivo de elegeram a diretoria Executiva e o conselho Fiscal. Após o pleito foram empossados para o mandato de dois anos, quatorze de Setembro de dois mil e dezessete a quatorze de Setembro de dois mil e dezenove. A sessão foi aberta pelo Senhor Anaelson Pinheiro de Santana que presidiu a Assembleia Geral, a qual ao Constatar a presença da maioria dos Associados (as) deu início dos trabalhos. Foi apresentada a lista dos candidatos que foram aprovados por unanimidade pelos associados presentes, não havendo concorrente a eleição, foi realizada por aclamação ficando assim constituída a Diretoria Executiva eleita empossada para o mandato de dois anos: Presidente Adailton de Souza Oliveira CPF 328.343.145-00; Vice Presidente Domingos de Jesus CPF 175.507.185-04; Primeira Tesoureira Josefa Moreira Borges CPF 348.051.505-87; Segunda Tesoureira Marta Maria de Souza Santana CPF 006.783.195-88; Primeira Secretária Maria Isabel de Santana Souza CPF 175.468.505-68; Segunda Secretária Maria de Lurdes de Souza Menêzes CPF 397.988.365-53; Conselho Fiscal titulares: Valdir Batista de Souza CPF 356.578.205-68; Maria Dalva Santana Matos CPF 631.893.215-15; José Teles de Menezes Filho CPF 634.990.295-53; Conselho Fiscal suplente: Aurelito Santana de Jesus CPF 184.156.365-04; Ana Maria Correia de Andrade CPF 0098.879.965-76; Liliane Santana de Jesus CPF 017.368.495-57; O Presidente da Assembleia passou a palavra para o Presidente eleito da Associação que agradeceu a todos pelo voto de confiança para o mandato e que faria o possível e impossível para que possa desenvolver os movimentos sociais de nossa comunidade para o bem comum e para que possa alcançar os objetivos conta com o apoio de todos os associados. A Tesoureira agradeceu o voto de confiança nela depositada. O Presidente da Assembleia franqueou a palavra a todos os presentes, não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião. Eu, Maria Isabel de Santana Souza Lavreia presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada por todos associados presentes.

Comunidade do Siberino Olindina Bahia 14-09-2017

 Maria Isabel de Santana Souza  
 Adailton de Souza Oliveira  
Domingos de Jesus  
Valdir Batista de Souza  
Josefa Moreira Borges  
Marta Maria de Souza Santana  
Maria de Lurdes de Souza Menêzes  
Maria Dalva Santana Matos  
Liliane Santana de Jesus  
José Teles de Menezes Filho  
Aurelito Santana de Jesus  
Ana Maria Correia de Andrade

Certifico que a presente cópia fotostática,  
é conforme o original. Dou fé.

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Autenticação  
2163.AB047000-2  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

**TJBA**  
Em cartório

Olinda - BA, 20 SET 2017

de verdade

Tabellião(a)

REGISTRADO DE NOTAS E PROTOCOLOS  
Alição do Nascimento Santos  
Escritório

Jaqueline Menezes Pe. file  
Cilene Rego  
Registro de Notas - Olinda - BA



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02



**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA**  
**NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019**

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI. Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

**DADOS DO CLIENTE**

DOMINGOS DE JESUS

CPF 175.507.185-04

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**

FZ CARRAPICHO 440 MED VIZ  
840227954 LUZ PARA TODOS

RURAL-UMBUZEIRO/UMBUZEIRO  
OLINDINA BA  
48474-000

**CLASSIFICAÇÃO**

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

**CONTA CONTRATO**

0219501501

**MÊS/ANO**

01/2018

**DATA DE VENCIMENTO**

02/02/2018

**DATA PREVISTA PRÓXIMA L**

26/02/201

**TOTAL A PAGAR (R\$)**

19

**Nº DA NOTA FISCAL**

274527404

**SÉRIE**

UNICA

**EMIÇÃO**

26/01/2018

**APRESENTAÇÃO**

26/01/2018

**Nº DO CLIENTE**

1003904424

**Nº DA INSTALAÇÃO**

3526936

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

Consumo Ativo(kWh)  
Acréscimo Bandeira VERMELHA

**QUANTIDADE**

30,0000000

**PREÇO (R\$)**

0,63928055

**VALOR**



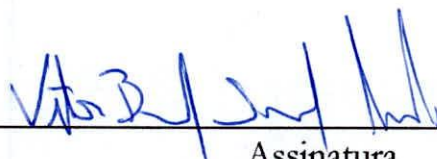
**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: CENTRO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES	
CNPJ: 13.341.805/0001-40	
Endereço: RUA RODOLFO DANTAS COELHO S/N	
Bairro: CIDADE NOVA	Nº: S/N
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: VITOR BRASIL SILVA NAPOLI	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 10 de AGOSTO de 2016

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>13.341.805/0001-40</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>03/12/1986</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>CENTRO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>					
LOGRADOURO <b>R RODOLFO DANTAS COELHO</b>		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO		
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CIDADE NOVA</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>		UF <b>BA</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **05/07/2016** às **10:51:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## **Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

---

**CNPJ:** 13.341.805/0001-40

**NOME EMPRESARIAL:** CENTRO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES

**CAPITAL SOCIAL:**

**O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:**

**Nome/Nome Empresarial:** VITOR BRASIL SILVA NAPOLI

**Qualificação:** 16-Presidente

**Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.**

Emitido no dia **05/07/2016** às **10:53** (data e hora de Brasília).



Ata de Reunião da Assembleia Geral do Centro Espírita  
Bezerra de Meneses, para a escolha dos novos membros  
da Diretoria Executiva para o biênio de 2013 a 2015.  
Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e treze  
às dezenove hora e trinta minutos na sua sede própria  
situada a rua Rodolfo Vantas Coelho, s/n nesta cidade de  
Ondina - Bahia, realizou-se esta reunião para fins espe-  
cíficos acima citados. Na presença de um grupo de  
socios e demais pessoas. Iniciou-se a reunião  
proferindo uma prece na palavra da vice-presidente  
A srª Jonara Pinheiro, a qual pediu permissão a  
espiritualidade para que obtivesse êxito nas atividades  
propostas. A eleição transcorreu num clima de paz e  
transparência com chapa única. Estaram presentes a  
profa Laura Almeida Presidente vigente, Jonara Maria  
Pinheiro de Meneses vice-presidente, 1ª secretária Edivalda  
Santos Barros, 2ª secretária Marco Costa, 1ª Tesoureira a  
Srª Soledade de Jesus Almeida, 2ª Tesoureira Sôzart Barreto  
de Alatos. Quando continuidade a presidente em vigor  
passou o cargo para o sr. Vitor Brasil, o qual foi  
aclamado pelos os presentes. Nesta mesma chapa conforme  
o Estatuto, elegeram-se os membros para fazerem parte  
do Departamento Social ficando distribuídos da seguinte  
forma: Profa Laura Almeida - Diretora Social, Maria  
Selma Alves de Oliveira vice-diretora e Alaizio Eugênio  
Secretário. Quando continuidade aos fatos a vice-presidente  
Jonara Pinheiro fez uma belíssima prece, ao término  
passou a palavra a profa Laura que emitiu palavras  
de agradecimento a Deus e a espiritualidade maior e  
feliz por ter passado a Presidência ao congado Vitor  
Brasil o novo presidente, o qual foi aplaudido mais  
uma vez por todos. Foi dada por encerrada a reunião  
com a lavratura da ata, que depois de lida e  
aprovada será assinada por mim e demais presentes.



Olinda, vinte e cinco de setembro de dois mil e  
treze. Edivalda Santos Bastos, Marco Antônio do S.C.  
Ferreira de Azevedo, Dora de Santana Reis,  
Maria da Sílvia de Jesus Almeida, Karina de Fátima e  
Mauro Cecília de Cavaleiro. Vm 3 f 5m pm  
Jonara Maria Pinheiro de Azevedo



CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4º Av. N° 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

063032007

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

06/2018 6 0048 5 01.0270.1.0001.0133.0

Vencimento

10/06/2018

Nome/Endereço para entrega

CENTRO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES

CNPJ 13.341.805/0001-40

RU RODOLFO DANTAS COELHO, 133

OLINDINA CENTRO CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

A02N040378

2133

2131

31

06/04 A 07/05

06/2018

Endereço da Ligação

Data da Leitura Data da Fatura

RU RODOLFO DANTAS COELHO, 133

CENTRO

07/05

07/05/2018

OLINDINA

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA

2M3

34,00

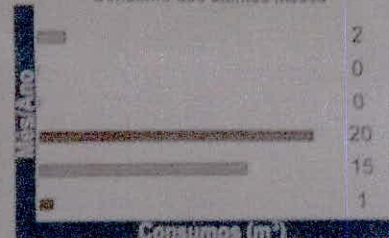
MULTA REFER. A(S) CONTRA(S) 04/2018

0,69

JUROS DE MORA - CONTRA(S) 04/2018

0,10

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5400/2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0025	0025
Turbidez - 5,0 UT	0032	0007	0007
Cloro - Min 0,2 mg/l	0032	0032	0032
Escherichia Coli - (*)	0032	0032	0032
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0032	0007	0007

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de Fluor (\*\*)

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor:	ocorre devido a partículas dissolvidas na água.
Turbidez:	ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva.
Cloro:	produto químico utilizado para eliminar bactérias.
Coliformes Totais:	indicador utilizado para medir contaminação por bactérias.
Escherichia Coli (*):	indicador utilizado para medir contaminação fecal.
Fluor (**):	produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTACAO DE SERVIÇOS. LEI FEDERAL 11.445/07. LEI ESTADUAL 11.172/08. DECRETO 7.765/00 E RESOLUCAO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/sala)

Consumo Médio por Unidade (m³)

Consumo Médio Mensal / Ligação

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CO IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07. DECRETO FEDERAL 7.217/10.

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANOS

Tarifa COM-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

34,79

ESGOTO(% água) VL. Total

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

COMERCIAL

1

UNIDADE

ATE 6 MINIMO

2

34,00

TOTAL AGUA

34,00

0,00

34,00

TOTAL ESGOTO

0

0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO

IMPOSTO	BASE DE CALCULO R\$	%	VALOR EM R\$
PIIS		1,220	0,42
COFINS	34,69	5,630	1,95

EXISTE(M) DEBITO(S):

2018 - MAI

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDINA  
GABINETE DA PREFEITA

### DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

O Município de Olindina, através de sua Representante Legal, vem, considerando a redação da Lei Municipal de Resolução n.º 66, de 29 de maio de 1984, bem como o Estatuto de constituição do Centro Espírita Bezerra de Menezes, documentos anexos, **DECLARAR**, nos termos da Lei acima referida, que a citada instituição, fundada em 04/09/1977, Sociedade Civil e Religiosa, de caráter doutrinário e assistencial, com sede nesta cidade, foi reconhecida por este Município como **INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**, tendo por finalidade a difusão, o estudo e a prática do Espiritismo, restando configurado através de tal reconhecimento que a entidade presta, desinteressadamente, relevante serviço à sociedade, visto que o Título de Utilidade Pública é concedido a entidades, fundações e associações civis como forma de reconhecê-las como instituições sem fins lucrativos - aquelas capazes de reverter em finalidades estatutárias ou em manutenção e expansão do próprio negócio todos os lucros obtidos em atividades desenvolvidas por ela - e prestadoras de serviços à sociedade.

Atenciosamente,

**BIANCA MENEZES DE JESUS SOUZA**  
**PREFEITA**

Recebido POR  
27/04/2016




**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

Qualificação da entidade apoiadora	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS PRODUTORES RURAIS RUV. FUNIL	
CNPJ: 05.507.445/0001-86	
Endereço: POVOADO FUNIL MUNICÍPIO DE OLINDINA	
Bairro: ZONA RURAL	Nº: S/N
Cidade: Olindina	UF: Bahia
Nome do representante legal: JOAQUIM MATIAS DE SOUZA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 02 de AGOSTO de 2016

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.







## ATA DE ELEIÇÃO

Ata de Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação Comunitária dos Produtores rurais do povoado Funil, do Município de Olindina Bahia. Aos 20 dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze as 14 h na sede no Prédio Escolar deu início a Eleição da Associação com a fala do senhor Presidente Joaquim Matias de Souza, para escolher a nova Diretoria e o Conselho Fiscal. Sendo assim foi eleito como Presidente o Senhor Joaquim Matias de Souza, Vice-Presidente a senhora Niraildes de Souza Ramos. 1º tesoureiro Moisés dos Santos Cruz, segundo Tesoureiro Avelange dos Santos Cruz Primeiro secretário(a) Marta Petronilo dos Santos, segundo secretário(a) Antônia Santos Ferreira. Constituindo o Conselho Fiscal. Primeiro 1º João de Macedo, 2º Gileno Brito de Souza, 3º Macivania de Souza Rosário 4º Iolanda dos Santos Cruz, 5º Conselheiro Simone do Santos Cruz. Sendo a chamada aceita, por todos os associados que até então abordaram a nova escolha tanto da Diretoria quanto do Conselho Fiscal para dar continuidade aos trabalhos que entretanto vem beneficiando a todos através da associação do Povoado Funil Município de Olindina Bahia. Não tendo mais nada a tratar Eu Marta Petronila dos Santos Lavrei a Presente Ata que depois de lida e achada foi assinada por mim e por todos que faziam-se presente. Marta Petronila dos Santos, Joaquim Matias de Souza, Moises dos Santos Cruz, Iolanda dos Santos Cruz, Simone dos Santos Cruz, Niraildes de Souza Ramos, Rosânia Ferreira das Virgens, João de Macedo Santos, Eliene da Silva Souza, Patrícia de Jesus Souza, Gileno Brito de Souza, Antônia dos Santos Ferreira, Leandro Mendes Silva, Macivania de Souza Rosário, Avelange dos Santos Cruz, Rafaela de Jesus Souza, Marcos Santos de Souza, Fabricia de Jesus Souza, Sirleide Santos Silva, Joilma Pimentel dos Anjos, Eugênia de Souza dos Santos, Maria Adonira Mendes, Genilca Maria de Jesus, Genilca Ferreira Lima, Marineide Santos Pimentel, José de Souza Rosário, Maria Bernadete Pimentel demora, José da Cruz Reis, Maria da Paz Ferreira dos Santos, Galdino Alves Ferreira, Clarice dos Santos Ferreira, Nailson Mendes de Santana, Cleidiane Pimentel dos Santos, Raimundo Pereira dos Santos, João Edinnaldo Nunes, José Naldo Nunes, Rosileide Alves de Santana, Marcos Correia dos Reis, Vaudirene de Marcos, Joseane Batista da Cruz, Gilmar de Macedo, Janiele Miranda Santos, Lourivaldo Rodrigues dos Santos, Rubens Matias de Souza, Maria Érlis Rocha da Costa, José Rubem de Jesus Souza, Flavio Pereiras de Souza, Tamiris de Souza Dantas, Raimundo Pinheiro de Souza, Ivanilda Ferreira Lima, Alaide de Souza Dantas

  
Iraildo Dantas Borges  
Of. de Reg. Públicos  
Cad. 800.807-8  
Comarca de Olindina - BA






Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal  
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.507.445/0001-86</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/02/2003</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS PRODUTORES RURAIS POV. FUNIL</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO DO FUNIL</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>91.99-5-00 - Outras atividades associativas, ne</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>302-6 - ASSOCIACAO</b>			
LOGRADOURO <b>POVOADO DO FUNIL MUNICIPIO DE OLINDINA</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>06/02/2003</b>	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **19/02/2003** às **10:25:19** (data e hora de Brasília).

**Voltar**



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

COMTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 16/01/2016



www.coelba.com.br

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI  
Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

Data de Vencimento

30/09/2014

Mês / Ano de Referência

JUL/2014

Total a Pagar (R\$)

25,74

Teleatendimento: 0800 071 0800 | Ouvidoria: 0800 071 7676  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Para informar falta de energia, envie SMS para 27308 com nº do contrato  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monolítico

Conta Contrato 0033425180

DADOS DO CLIENTE

ANTONIA DOS SANTOS FERREIRA

CPF: 009.048.445-28

NIS: 16096041796

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

PO CAATINGA GRANDE 35

RURAL-UMBUZEIRO/UMBUZEIRO  
48470-000 OLINDINA BA

ATENÇÃO!

A COELBA INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s):

Vencido	Dt reaviso	Valor	Vencido	Dt reaviso	Valor
30/06/14	28/08/14	28,53			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional.

Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Reservado ao Fisco

1318.142E.BDBC.166C.80CE.1AD3.9B88.5A07

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram a disposição para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.coelba.com.br.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Co	30,0000000	0,15772882	4,73
Co	67,0000000	0,27039226	18,10
Cor			2,01
Mut			0,48
Jurc			0,42

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
JUL 14	97
JUN 14	110
MAI 14	106
ABR 14	109
MAR 14	109
FEV 14	118
JAN 14	105
DEZ 13	105
NOV 13	107
OUT 13	105
SET 13	90
AGO 13	189
JUL 13	102

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh 0,11580450  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0,19832200



**ANEXO 3**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>Razão Social:</b> Associação de desenvolvimento Comunitário de Bananeira	
<b>CNPJ:</b> 03.501.562/0001-07	
<b>Endereço:</b> Av. Bananeira	
<b>Bairro:</b> Zona Rural	<b>Nº:</b> s/n
<b>Cidade:</b> Olindina	<b>UF:</b> Bahia
<b>Nome do representante legal:</b> Edson Pereira dos Santos	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radio comunitária de Olindina (ARCOLI), que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina 02 de Abril de 2018

Edson Pereira dos Santos  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.501.562/0001-07</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>17/11/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE BANANEIRA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>01.62-8-99 - Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>BANANEIRA</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>17/11/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **10/08/2016** às **09:41:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/08/2016



## Ata de Assembleia Geral de Eleição e Posse da Diretoria Executiva da Associação de Desenvolvimento Comunitária de Bananeira.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis às dezesseis horas na sede da Associação de Desenvolvimento Comunitária de Bananeira do estado da Bahia, reuniram-se os sócios da associação com o propósito de eleger e empossar a diretoria executiva para o biênio 2016 à 2018 para coordenar os trabalhos, a assembleia escolheu por aclamação o Sr. Antônio Filgueiras de Andrade que convidou Claudio Filgueiras de Santana para secretaria-lo. A seguir procedeu-se a eleição dos membros da diretoria que ficou assim constituída: Presidente: Edson Pereira dos Santos, Vice – Presidente: Antônio Filgueiras de Andrade, Primeiro Secretário: Anderson Filgueiras dos Santos, Segundo Secretario: Antônio Filgueiras de Santana, Primeiro Tesoureiro: Cláudio Filgueiras de Santana, Segundo Tesoureiro: José Francisco Filgueiras de Andrade. Para o conselho Fiscal foram eleitos como efetivos as seguintes pessoas: Aleques Sandro Nunes dos Santos, Antônio Andrade dos santos, José Jesuíno Dantas dos Santos, como suplente do conselho fiscal: Robson Filgueiras de Santana, Alice Nunes dos Santos Filha, Edvaldo Ramos de Andrade. Dando continuidade à sessão após a eleição e tomada a posse todos os membros, o presidente da mesa Antônio Filgueiras de Andrade declarou encerrado os trabalhos. E nada mais havendo a tratar eu, Claudio Filgueiras de Santana que servi de secretário lavrei a presente ata, que é lida e aprovada conforme vai assinada por todos os presentes.

Edson Pereira dos Santos  
Oleandio Pinheiro de Matos  
Antônio Filgueiras de Andrade  
Aleques Sandro Nunes dos santos  
Alice Nunes dos Santos filha  
Edvaldo Ramos de Andrade  
Jose Francisco Filgueiras de Andrade  
Claudio Filgueiras de Santana  
Augusto Filgueiras de Santana  
Anderson Filgueiras dos Santos  
Diriane Filgueiras dos santos  
Robson Filgueiras de Santana  
Jose Jessuino Dantas dos Santos  
Adalton Ramos de Andrade  
Aline Filgueiras dos Santos  
Antonio Filgueiras de Santana  
Antonio Andrade dos Santos

Iraildo Dantas Borges  
Of. de Reg. Públicos  
Cad. 800.807-8  
Comarca de Olinéia - BA



Coelba  
energia



Coelba  
Serviços

criado pela Lei 10.430, de 26/04/02

RICA - FATURA  
IA USO ATE 27/05/2018

BA | CEP 41.181-000  
98NO

#### DADOS DO CLIENTE

ASSOCIAÇÃO DE DES COMUNITARIO DE B. IRA

CNPJ: 03.501.562/0001-07

#### CLASSIFICAÇÃO

B3 COMERCIAL  
OUTROS SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADE  
Monofásico

#### ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

FZ ANGICO 300

RURAL-SAQUINHO/SAQUINHO  
OLINDINA BA  
48470-000

#### CONTA CONTRATO

0220494276

#### MÊS/ANO

05/2018

#### DATA DE VENCIMENTO

11/05/2018

#### DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

05/06/2018

#### TOTAL A PAGAR (R\$)

22,00

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
283843211	UNICA	04/05/2018

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
04/05/2018	1004108521	3530951

#### DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kVWh)	30,0000000	0,71336731	21,40
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,04
Contribuição Iluminação Pública			1,43
Multa por atraso-NF 287695795 - 04/04/18			0,38
Juros por atraso-NF 287695795 - 04/04/18			0,01
Atualização IGPM-NF 287695795 - 04/04/18			0,01
Compensação DMIC 03/18			-1,27

TOTAL DA FATURA



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome: <u>CLAUDELINA MARIA DA CONCEIÇÃO</u>			
RG: <u>12912441-90</u>	Órgão Emissor: <u>SSP/BA</u>	CPF:	
Endereço: <u>AV: BRASÍLIA</u>			Nº: <u>22</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>			CEP: <u>48470-000</u>

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 16 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Claudeline M. Conceição  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 12912441 90 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/02/2001

NOME

CLAUDELINA MARIA DA CONCEICAO

FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO

NATURALIDADE FORTALEZA CE DATA DE NASCIMENTO 15/02/1980

DOC ORIGEM CER-NAS CM-FORTALEZA CE

DST-S JEREISS L-101 F-027 R-119241

CPF

SALVADOR BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83





CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA  
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 04/08/2017

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI, Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Ins. Est. 00478996NO

DADOS DO CLIENTE  
FILOMENA DE JESUS DOS SANTOS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
AV. BRASÍLIA 22

CPF 376 897 705-97

CIDADE NOVA OLINDINA  
OLINDINA, BA  
48470-000

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

CONTA CONTRATO 0209458494  
MÊS/ANO 09/2015  
DATA DE VENCIMENTO 23/09/2015  
DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA 16/10/2015  
TOTAL A PAGAR (R\$) 94,61

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE ÚNICA	EMIÇÃO
108082900		18/09/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
18/09/2015	1003761582	3524812

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	133,0000000	0,54788015	72,84
Acrescimo Bandeira VERMELHA			9,30
Contribuição Iluminação Pública			8,98
Multiplicação NF 1002R1254 - 17/08/15			1,70
Juros por atraso NF 1002R1254 - 17/08/15			0,28
SEGURO PROTEÇÃO FAMILIAR-MAPFRE			3,50
TOTAL DA FATURA			94,61

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
920181048	LAT	17/08/2015	10 991,00	18/09/2015	11 124,00	30	1,00000		133,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Mês/Ano kWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	
SET 15 133		ICMS 82,14	25,00	20,53	
AGO 15 139		PIS 82,14	0,73	0,59	
JUL 15 121		COFINS 82,14	3,36	2,75	
JUN 15 126					
MAI 15 145					
ABR 15 129					
MAR 15 137					
FEV 15 132					
JAN 15 148					
DEZ 14 122					
NOV 14 137					
OUT 14 146					
SET 14 124					
		TAXAS APLICADAS		R\$ %	
Consumo Ativo(kWh)				31,67 38,55	
				2,19 2,67	
				18,65 22,71	
				5,76 7,01	
				23,87 29,06	
				82,14 100	
				0,36036000	

BZC 1 CD47 FDCC 1B04 AD72 363E 7BA4 2E7E

INFORMAÇÕES IMPORTANTES  
As datas de leitura e a bandeira em vigor e a forma de mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). Pagamento em atraso gera multa de 2% (Res. 414/ANEL-05/09/10) e juros de 1% (Lei 10.408-26/04/02), no prazo de 30 dias.  
O cliente é responsável pelo cumprimento do prazo definido para os pedidos de atendimento comercial. O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de terceiros na fatura e qualquer tempo - Art. 7º REN 581/13

Não existem requisitos de 2014 e 2015 para a cobrança desta taxa. Esta taxa é cobrada para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, de acordo com o Art. 4º da Lei 12.073/2009. Esta taxa não é cobrada para os consumidores que não tenham sido julgados em processo judicial que possa ser cobrada após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E EXPERIÊNCIA DAS INSCRIÇÕES				NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APURADO 09/2015	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
VALÉRIA - CHESF	0,00	5,67	13,74	27,48	220	202 231
DIC	0,00	3,55	7,10	14,20		
PIC	0,00	3,97	0,00	0,00		
DMSC						

EUSE - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 27,64



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome: MARGARIDA PRIMO DE MOURA			
RG: 06.814.042-80	Órgão Emissor: SSP/BA	CPF: 205.047.268-46	
Endereço: AV: BELO HORIZONTE			Nº: 19
Bairro: CIDADE NOVA			CEP: 48470000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 07 de maio de 2018  
(local/UF)

x Margarida Primo de Moura  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.




**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: <u>PEDRO DANTAS SANTANA</u>		
RG: <u>03889027.59</u>	Orgão Emissor:	CPF: <u>685239475-15</u>
Endereço: <u>AV. BRASÍLIA</u>		Nº: <u>309</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>	CEP: <u>48.470.000</u>	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 08 de maio de 2018  
(local/UF)

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03889027 52 14/09/2010

PEDRO DANTAS SANTANA

PEDRO CORREIA DE SANTANA  
JOSEFA PEREIRA DANTAS

ITAPICURU BA 05/10/1964  
CER-NAS CM-ITAPICURU BA  
DST-SEDE L-018 F-461 R-005377  
685239475 15

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAC



Pedro Dantas Santana

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 24/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA  
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 04/03/2017

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI, Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

DADOS DO CLIENTE  
TANIA CRISTINA RAMOS DE SANTANA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
AV BRASÍLIA 309

CPF 009 840 675-23 NIS 16549029237

CIDADE NOVA/OLINDINA  
OLINDINA BA  
48470-000

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

CONTA CONTRATO 0026052815 MÊS/ANO 11/2015

DATA DE VENCIMENTO 23/11/2015 DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA 17/12/2015

TOTAL A PAGAR (R\$) 77,67

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
117987489	ÚNICA	18/11/2015

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
18/11/2015	1003676558	3524634

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,19705437	5,91
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,33780749	23,64
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	61,0000000	0,50671124	30,90
Acréscimo Bandeira VERMELHA			7,09
Contribuição Iluminação Pública			5,51
Multa por atraso-NF 112165749 - 18/10/15			1,08
Juros por atraso-NF 112165749 - 18/10/15			0,31
SEGURO PROTEÇÃO FAMILIAR-MAPFRE			3,50
Pagamento Interrupção Energia			-0,28

TOTAL DA FATURA

77,67

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWh)
3134989	CAT	DATA 16/10/2015 LEITURA 17.292,00	DATA 16/11/2015 LEITURA 17.453,00	31	1,000000		

ESPOSO DE  
TANIA CRISTINA RAMOS  
DE SANTANA




**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome: JAIR HEBERT ANUNCIAÇÃO SANTOS			
RG: 06.644.697-01	Órgão Emissor:	CPF: 959.105.305-34	
Endereço: RUA PRESIDENTE TANCREDO NEVES			Nº: 10
Bairro: CENTRO			CEP: 48.470.000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

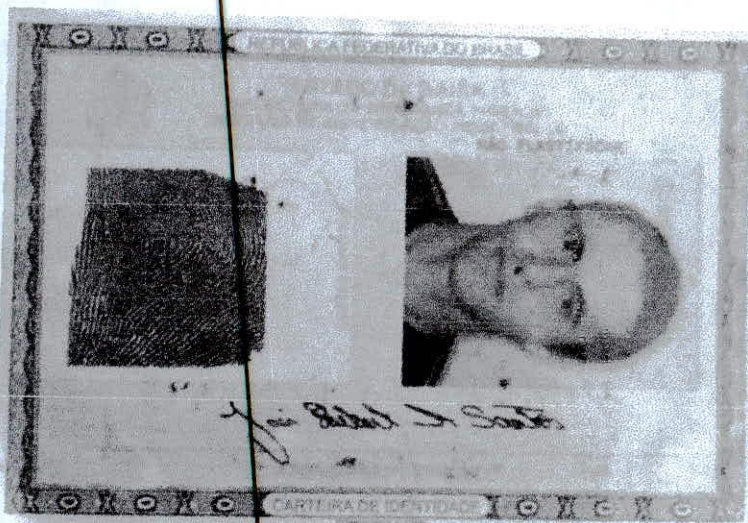
Olindina, 08 de maio de 2018  
(local/UF)

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

06.644.697-01 19-03-2010

JAIR HEBERT ANUNCIAÇÃO SANTOS

AFONSO ALVES DOS SANTOS

MARIA DAS NEVES ANUNCIAÇÃO SANTOS

NOVA SOURE BA 26-11-1977

C. CAS. CM OLINDINA BA DS  
SEDE LV B11 FL 412 RT 1588  
959.109.305-34

*Flavilda M. de Oliveira*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**embasa**

Código Deb. Matr. 0630

Nome/Endereço para entrega: JAIR HEBERT ANUNCIAÇÃO SANTOS, RU PRES TANCREDO NEVES, 10, OLINDINA, CENTRO, CEP - 48.470-000

11/2015 7 0048 5 01.0400.2 0002.0010.1

0065571  
Q - CEP 41 745-002

Vencimento: 10/11/2015

Nº Hidrômetro	Cod. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	período de Consumo
Y11N573482		288	280	30	07/09 A 07/10

Endereço da Ligação: RU PRES TANCREDO NEVES, 10, OLINDINA, CENTRO

Especificação: CONS. AGUA

Valores em R\$

23,09

Consumo dos últimos meses

Mês/Ano	Consumos (m³)
11/2015	8
10/2015	7
09/2015	6
08/2015	7
07/2015	8
06/2015	10

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UI	0005	0005	0004
Turbidez - 5.0 UT	0031	0007	0005
Conto - Mq. 0.2 mg/l	0031	0031	0020



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: VALDIRENE ALVES BATISTA		
RG: 12054832-17	Órgão Emissor: SSP/BA	CPF: 039.052.495-61
Endereço: RUA PORTO ALEGRE		Nº: 38
Bairro: CIDADE NOVA	CEP: 48.470.000	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 16 de maio de 2018  
(local/UF)

Valdirene Alves Batista  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome: <u>SIMONE DE JESUS BARBOSA</u>			
RG: <u>21.568.042-14</u>	Órgão Emissor: <u>SSP/BA</u>	CPF:	
Endereço: <u>RUA DR. ANTONIO F.N. FILHO</u>		Nº: <u>127</u>	
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>		CEP: <u>48470000</u>	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 08 de maio de 2018  
(local/UF)

Simone de Jesus Barbosa  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

NÃO PLASTIFICAR



**Simone de Jesus Barbosa**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.568.042-14 DATA DE EXPEDIÇÃO 30-09-2014

SIMONE DE JESUS BARBOSA

JURACI BARBOSA

TEOTONIA INGRACIA DE JESUS

NATURALIDADE OLINDINA BA DATA DE NASCIMENTO 18-06-1996

END. ORDEM C.NAS. CM OLINDINA BA DS SEDE LV A46 FL 129V RT 23624

*Av. da U. de Oliveira*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático Matrícula 063060132

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição  
11/2015 5 0048 5 02.2200.1.0001.0127.0

Nome/Endereço para entrega  
ELZA P. B. DE SOUZA

RU DR ANTONIO F. N. FILHO, 127  
OLINDINA CIDADE NOVA

CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior  
A05S359678 1086 1064

Endereço da Ligação

RU DR ANTONIO F. N. FILHO, 127  
OLINDINA CIDADE NOVA

Especificação

CONS. AGUA

22M3

Dias de Cons. Período de Consumo  
31 11/09 A 12/10  
Data da Leitura Data da Fatura  
12/10 03/11/2015

Valores em R\$

89,18

Vencimento  
16/11/2015

Consumo dos últimos meses

Mês/Ano	Consumos (m³)
11/2015	22
10/2015	19
09/2015	14
08/2015	11
07/2015	11
06/2015	12

Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.440/2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0005	0005	0014
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0006
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0031	0031	0030
Escherichia Coli - (*)	0031	0031	0029
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0031	0031	0030

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.  
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

89,18

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL	1	UNIDADE
ATE 10 MINIMO	10	20,20
11 A 15	5	26,05
16 A 20	5	28,15
> 20	2	14,78

ESGOTO(% água) VL. Total

TOTAL AGUA  
TOTAL ESGOTO

89,18 0,00 89,18  
0 0,00

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDICOES GERAIS DE PRESTACAO DE



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: <u>MARIA RITA DE MOURA</u>		
RG: <u>07276198-96</u>	Órgão Emissor:	CPF: <u>003404435-37</u>
Endereço: <u>AV: BELO HORIZONTE</u>		Nº: <u>19</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>	CEP: <u>48470-000</u>	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 15 de maio de 2018  
(local/UF)

Maria Rita de Moura  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 07276198 96 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/08/92

NOME MARIA RITA DE MOURA

FILIAÇÃO VITALINA MARIA DE JESUS

NATURALIDADE OLINDINA BA DATA DE NASCIMENTO 12/10/944

DOC. ORIGEM CER-CAS CM-OLINDINA BA

DST-SEDE L-004 F-126 R-0000000

CPF

SALVADOR, BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

0.55

POLEGAS DIREITO

1

Maria Rita de Moura



# NOTA FISCAL / CONTA DE AGUA E/OU ESGOTO

**embasa**

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

**063057646**

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição  
11/2015 2 0048 5 02.2140.1.0001.0019.0

Vencimento

**16/11/2015**

Nome/Endereço para entrega

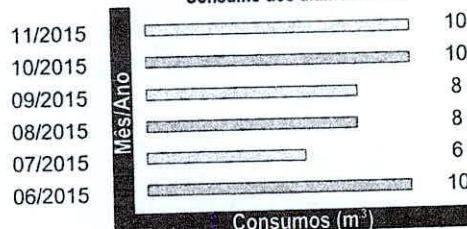
ELIENNE PRIMO DE MOURA

AV BELO HORIZONTE, 19

OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
A05S359675		981	971	31	11/09 A 12/10
Endereço da Ligação	Data da Leitura	Data da Fatura			
AV BELO HORIZONTE, 19 OLINDINA	12/10	03/11/2015			
Especificação				Valores em R\$	
CONS. AGUA	10M3			23,00	

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0005	0005	0014
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0006
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0031	0031	0030
Escherichia Coli (*)	0031	0031	0029
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0031	0031	0030

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor:	ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez:	ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro:	produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais:	indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*):	indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor (**):	produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDICOES GERAIS DE PRESTACAO DE SERVICOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUCAO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 10

Consumo Médio Mensal / Ligação 10

**O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.**

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**23,00**

ESGOTO(% água) VL. Total

Tarifa RES-0001

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

23,00

**coelba**

J I S SERVIÇOS ELETRÔNICOS  
PCA ANTONIO BORGES DE SANTANA, 30  
CEN REC/OLINDINA

15/11/2015  
PR: 146-042204

EMBASA

VAL PG. R\$ 23,00

825.9001/0000230.0004782

63057646111120000000000000000000

DOCUMENTO VALIDO COMO RECEITO EM PAGAMENTO

COELBA SERVIÇOS SOLUCOES DE PAGAMENTO

%	VALOR EM R\$
1,180	0,27
5,430	1,24

ELEITOR CONFIRA NO WWW.TRE-BAJUS.BR SE SUA CIDADE FARA O RECADASTRAMENTO BIOMETRICO.E OBRIGATORIO!

CANHOTO PROCESSADO EM ELEITOR



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome:	DEBORA TELES DE SOUZA ROCHA	
RG:	07.248.040-80	Órgão Emissor: SSP/BA CPF: 991-400-555-15
Endereço:	AV: BRASILIA 22	Nº: 22
Bairro:	BAIRRO: CIDADE NOVA	CEP: 48.470-000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 15 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Debora Teles de Souza Rocha  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO BELLO  
NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

*Debora Teles de Souza Rocha*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GRIED & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07.248.040-80 DATA DE EXPEDIÇÃO 07-01-2011

NOME DEBÓRA TELES DE SOUZA ROCHA

PRENOME JOSÉ WIRTON DANTAS DE SOUZA ROCHA

ODELITA TELES DOS SANTOS

NATURALIDADE OLINDINA BA

DATA DE NASCIMENTO 06-10-1981

C.NAS. CM ITAPICURU BA DS  
OLINDINA LV 9 FL 79V RT. 8970  
991.400.555-15

*Francisca U. de Almeida*

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

THOMAS GRIED & SONS





**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA**  
**NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 04/05/2017**  
 Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
 Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI. Salvador, BA | CEP 41.181-900  
 CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

**DADOS DO CLIENTE**  
 FILOMENA DE JESUS DOS SANTOS

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**  
 AV BRASÍLIA 22

CPF: 378 697 705-97

CIDADE NOVAOLINDINA  
 OLINDINA BA  
 48470-000

**CLASSIFICAÇÃO**  
 B1 RESIDENCIAL  
 RESIDENCIAL  
 Monofásico

**CONTA CONTRATO** 0209458494 **MÊS/ANO** 09/2015  
**DATA DE VENCIMENTO** 23/09/2015 **DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA** 16/10/2015  
**TOTAL A PAGAR (R\$)** 94,61

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
108082900	ÚNICA	16/09/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
16/09/2015	1003751582	3524812

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)			133,0000000	0,54768015	72,84
Acrescimo Bandeira VERMELHA					9,30
Contribuição Iluminação Pública					6,99
Multa por atraso-NF 100281254 - 17/08/15					1,70
Juros por atraso-NF 100281254 - 17/08/15					0,28
SEGURO PROTEÇÃO FAMILIAR-MAPFRE					3,50
<b>TOTAL DA FATURA</b>					<b>94,61</b>

**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
820781048	CAT	17/08/2015	10 991,00	16/09/2015	11 124,00	30	1,00000		133,00

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
Mês/Ano (kWh)		BASE DE CÁLCULO	VALOR DO IMPORTE
SET 15 133		ICMS 82,14 25,00	20,53
AGO 15 139		PIS 82,14 0,73	0,58
JUL 15 121		COFINS 82,14 3,36	2,75
JUN 15 126			
MAI 15 145			
ABR 15 129			
MAR 15 137			
FEV 15 132			
JAN 15 148			
DEZ 14 122			
NOV 14 137			
OUT 14 146			
SET 14 124			

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**  
 Na data de emissão desta fatura em vigor a Vermelha. Mais informações em [www.anel.gov.br](http://www.anel.gov.br). Pagamento em atraso gera multa de 2% (Res. 414/ANEL-09/09/10) e juros de 1% ao mês (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é responsável pelo pagamento do prazo de entrega da fatura individual ou do nível de tensão de funcionamento. O cliente é responsável pelo pagamento do prazo de entrega da fatura para os padrões de atendimento comercial. O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de terceiros na fatura a qualquer tempo - Art. 7º - REND 561/13.

Este é um documento de 2ª via e não possui validade jurídica. Este documento é emitido para o consumidor e não para a concessionária. O consumidor deve guardar este documento para apresentar em caso de reclamação ou para comprovar o pagamento. Este documento não pode ser usado para fins de garantia ou para fins de reclamação. O consumidor deve guardar este documento para apresentar em caso de reclamação ou para comprovar o pagamento.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS BVS (GRUPO C)					NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APURADO (R\$)	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
OLBESA - CHES	0,00	6,87	13,74	27,48	220	202	231
DIC	0,00	3,55	7,10	14,20			



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome: <b>ABNER FONSECA DE SOUZA PASSOS</b>			
RG: <b>07.530.013-30</b>	Órgão Emissor: <b>SSP/BA</b>	CPF: <b>002.405.745-24</b>	
Endereço: <b>AV. OTAVIO MANGABEIRA</b>			Nº: <b>132</b>
Bairro: <b>CENTRO</b>			CEP: <b>48470000</b>

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 16 de MAIO de 2018  
(local/UF)

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Contato direto  
ligação ao calor  
"Centenas"

USO EM ECF  
E/ICMS 007/201

38, de 26/04/02

8/2017

ENDEREÇO DO CLIENTE  
ABIGAIL FONSECA DE SOUZA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
AV OTAVIO MANGABEIRA 132

CPF: 833 867 415-20

CENTRO-OLINDINA/OLINDINA  
OLINDINA BA  
48470-000

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0000437832	11/2015
DATA DE VENCIMENTO	03/12/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)	72,41

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
115418887	ÚNICA	04/11/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
04/11/2015	1002811510	3519543

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (KWh)	108,000000	0,55440398	59,87
Acréscimo Bandeira VERMELHA			8,93
Contribuição Iluminação Pública			5,61
TOTAL DA FATURA			72,41

TOTAL DA FATURA

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL								
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	CONSUMO (KWh)
68522	CAT	05/10/2015	3768,00	04/11/2015	3876,00	30	1,00000	108,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
MÊS/ANO KWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		R\$	%
NOV 15 108					Geração de Energia	25,44	35,08
OUT 15 113		ICMS 66,80	26,00	16,70	Transmissão	1,78	2,63
SET 15 112		PIS 66,80	0,66	0,58	Distribuição (Combos)	14,98	22,43
AGO 15 111		COFINS 66,80	4,07	2,71	Encargos Setoriais	4,63	6,83
JUL 15 119					Tributos	19,98	29,33
JUN 15 102					Total	66,80	100
MAI 15 118							
ABR 15 123							
MAR 15 126							
FEV 15 149							
JAN 15 133							
DEZ 14 116							
NOV 14 110							

Consumo Ativo (KWh)

TARIFAS APLICADAS

0,38836000

RESERVAÇÃO FISCAL  
FC80 78E4 5362 5052 64B4 87E5 CD12 AAA5

#### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

No data de leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). Pagamento em atraso gera multa de 2% (Res. 414/ANEEL-08/09/10) e Juros de 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

Não acostem clientes de 2014 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos pagamentos mensais (Art. 14º, Lei 12.007/2009). Esta declaração não atinge débitos de parcelamentos e confissões de dívidas nem futuras em discussão judicial que poderão ser cobradas após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEL DE TENSÃO			
CONJUNTO		VALOR APLICADO set/2015	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
OLINDINA - CHESF						220	202	231
DIC		0,00	8,87	13,74	27,48			
FIC		0,00	3,55	7,10	14,20			
DMIC		0,00	3,97	0,00	0,00			



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: <u>MILENA DE SANTANA SANTOS</u>		
RG: <u>15034232-20</u>	Órgão Emissor:	CPF: <u>858 521.115-62</u>
Endereço: <u>AV: BRASÍLIA</u>		Nº: <u>50</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>	CEP: <u>48.470.000</u>	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 15 de maio de 2018  
(local/UF)

Milena de Santana Santos  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



NETA DO SR. PEDRO CORREIA DE SANTANA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

15034232 20 18/07/2006

MILENA DE SANTANA SANTOS

JOSE CARLOS ARAUJO DOS SANTOS

IRACILDA PEREIRA DANTAS DE SANTANA

OLINDINA BA 06/10/1993

CER-NAS CM-OLINDINA BA

DST-SEDE L-A45 F-117 R-022379

LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

C-56

Milena Santana Santos

CADEIRA DE IDENTIDADE

**Código D**

**063059432**

Nome/Endereço para entrega

PEDRO CORREIA DE SANTANA

AV BRASILIA, 50

OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

**Inscrição**

00665571

20 - CEP 41.745-002

02.2250.2.0002.0050.0

**Vencimento**

**16/10/2015**

**Consumo dos últimos meses**

Mês/Ano	Consumos (m³)
10/2015	18
09/2015	15
08/2015	9
07/2015	17
06/2015	4
05/2015	19

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
A01S230004		1753	1735	30	12/08 A 11/09
Endereço da Ligação					
AV BRASILIA, 50 CIDADE NOVA 11/09 01/10/2015					
OLINDINA					
Especificação					
Valores em R\$					
CONS. AGUA 18M3 75,71					
MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 08/2015 0,46					
JUROS DE MORA - CONTA(S) 08/2015 0,23					

**Tarifa RES-0001**

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**76,40**

ESGOTO(% água) VL. Total

**Consumo**

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

**ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.**

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0005	0001
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0006
Cloro - Min 0,2 mg/l	0031	0031	0030
Escherichia Coli - (*)	0031	0031	0028
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0031	0031	0030

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;

Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;

Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;

Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: CARLOS ALBERTO ROCHA FARIAS		
RG: 03322289-40	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 535.065.024-68
Endereço: AV. BRASILIA		Nº: 167
Bairro: CIDADE NOVA	CEP: 48470000	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 15 de maio de 2018  
(local/UF)

\*Carlos A.R. Farias  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 CARLOS ALBERTO ROCHA FARIAS

DOC IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF  
 332228940 SSP BA

CPF  
 535.065.024-68

DATA NASCIMENTO  
 22/05/1964

PLACAO  
 LUIZ GONZAGA FARIAS  
 MARIA ROCHA FARIAS

PERMISSÃO  
 ACC CAT HAB  
 D

REGISTRO  
 04321647321

VALIDADE  
 05/02/2018

HABILITAÇÃO  
 02/09/1982

VÁLIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIO NACIONAL  
 742640452

EXERCÍCIO ATIVO ENUMERADA:

*Carlos Alberto Rocha Farias*  
 ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL  
 ARACAJU, SE

DATA EMISSÃO  
 19/04/2013

34183062157  
 98013392247

DETRAN - SE (SERGIPE)

PROBANDO PLACAS  
 742640452



Código de Barras Automático

Número de inscrição

063070553

Mês/Ano de Criação da Inscrição

09/2015 4 0048 5 02.2250 1.0001.0167 0

Validade

16/09/2015

MARIA JOSE LIMA DE ANDRADE

AV BRASILIA, 167

OLINDINA

CIDADE NOVA

CEP - 48.470-000

Nº Medidor: Cód. Lâmina Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cont. Período de Consumo

Y10S351822 668 660 30 13/07 A 12/08

Endereço da Ligação

Data da Leitura

Data da Fatura

AV BRASILIA, 167

CIDADE NOVA

12/08

01/09/2015

Especificação

Valores em R\$

CÓD. ÁGUA 8M1

25,28

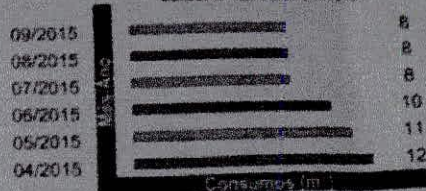
MÚLTIPLA REFER. A(1) CONTA(S) 01/2015

0,38

JORNAL DE MORA CONTA(S) 01/2015

0,21

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE ÁGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MÊS REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1389 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.442/2005

Má 25/04/2019		1º de Amostragem - Costa	
Parâmetros	Exigidos	Analisados	Em conformidade
Cor - 15 UI	0005	0005	0004
Turbidez - 5.0 UT	0031	0007	0005
Cloro - Mín. 0.2 mg/l	0031	0031	0027
Exatidão			
Cor (°)	0031	0031	0030
Coliformes			
Termotolerante - Aparente	0031	0031	0030

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1 mg/L de flúor (\*\*)

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor	corpo devido a partículas dissolvidas na água
Turbidez	corpo devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva
Cloro	produto químico utilizado para eliminar bactérias
Coliformes Totais	indicador utilizado para medir contaminação por bactérias

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

20,81

Fórmula de Consumo (m³) VL Unit (R\$) X Cons (m³) X UC = Valor (R\$)

ESGOTO(%) Água VL Total

RESIDENCIAL

1

UNIDADE



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome:	MARIA JOSÉ LIMA DE ANDRADE	
RG: 11347813-50	Órgão Emissor:	CPF: 029018155-02
Endereço: AV. BRASÍLIA	Nº: 167	
Bairro: CIDADE NOVA	CEP: 48470-000	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 15 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Maria José Lima de Andrade  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.







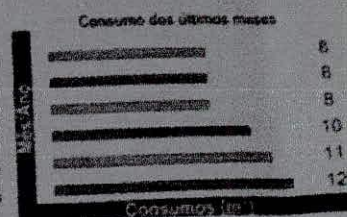
**Código de Barras Automático**  
**063070553**

Mês/Ano de Cidade de Inscrição  
 09/2015 4 0048 5 02 2250.1.0001 0167.0

**16/09/2015**

MARIA JOSE LIMA DE ANDRADE  
 AV BRASILIA, 167  
 OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro	Cód. Letra	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
Y10S351822		668	660	30	13/07 A 12/08
Endereço da ligação				Data da Leitura	Data da Fatura
AV BRASILIA, 167		CIDADE NOVA		12/08	01/09/2015
Especificação				Valores em R\$	
CONS. AGUA	RM1			20,28	
MULTA REPER. A(S) CONTA(S) 07/2015				0,38	
JUROS DE MORA	CONTA(S) 07/2015			0,23	



**ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1390 LITROS.**

DECRETO FEDERAL Nº 5.448/2005			
Padrão de Portaria MS 2014/2611	Nº de Análises		Resolução
Parâmetros	Exigidos	Analisados	Em conformidade
Cor - 15 UI	0005	0005	0004
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0005
Cloro - Mín. 0,2 mg/l	0031	0031	0027
Escherichia Coli - (*)	0031	0031	0030
Odores e Sabores	0031	0031	0030
Termotolerantes - Aeróbios	0031	0031	0030

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/l de flúor (\*\*)

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**  
 Cor: corne devido a partículas dissolvidas na água.  
 Turbidez: corne devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva.  
 Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias.  
 Escherichia Coli: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias.

Tarifa RES-0001

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**20,81**

Fórmula de Cálculo: VL Unit (R\$) X Cons (m³) X UC = Valor (R\$)

ERGOTO(% água) VL Total

RESIDENCIAL

1 UNIDADE



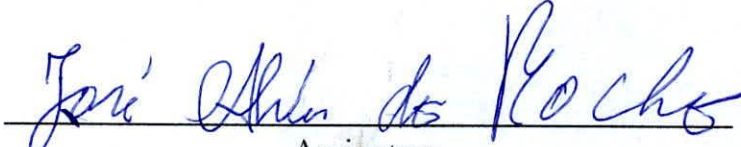
**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: JOSE ALVES DA ROCHA		
RG: 5726535 82	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 134807665-87
Endereço: AV: BAHIA		Nº: 24
Bairro: CIDADE NOVA	CEP: 48470000	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

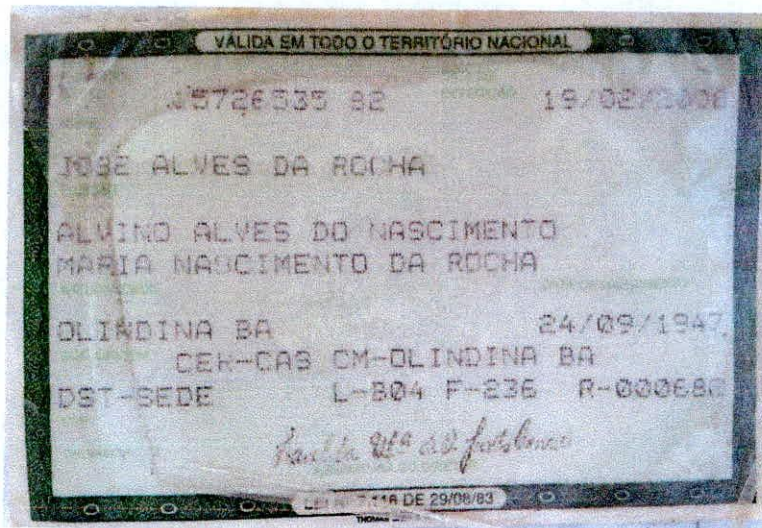
Olindina, 15 de MAIO de 2018  
(local/UF)

  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.







# NOTA FISCAL / CONTA DE AGUA E ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00865571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-000

Código Débito Automático

Matrícula

**063070359**

Nome/Endereço para entrega

JOSE ALVES DA ROCHA  
AV BAHIA, 24  
OLINDINA

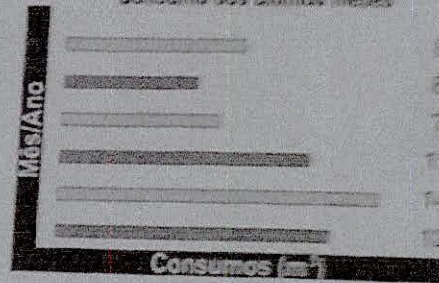
CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição  
07/2015 3 0048 5 02.2170.2.0002.0024.0

**16/07/2015**

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
Y10S351692		392	384	30	13/05 A 12/06
Endereço da Ligação				Data da Leitura	Data da Fatura
AV BAHIA, 24				12/06	02/07/2015
OLINDINA					
Especificação					
CONS. AGUA	8M3			Valores em R\$	
				21,39	

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1360 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.447/2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0005	0004
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0004
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0031	0031	0030
Escherichia Coli - (*)	0031	0031	0030
Coliformes Totais	0031	0031	0030
Termotolerantes - Ausente	0031	0031	0030

Agua fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de fluor  
**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor	ocorre devido a partículas dissolvidas na água
Turbidez	ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva
Cloro	produto químico utilizado para eliminar bactérias
Coliformes Totais	indicador utilizado para medir contaminação por bactérias
Escherichia Coli (*)	indicador utilizado para medir contaminação fecal
Fluor (**)	produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas  
(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo  
(\*\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados  
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/05, DECRETO 7.764/06

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**21,39**

ESGOTO(% água) VL. Total

%	VALOR EM R\$
0,00	0,00
0,200	4,28
0,550	1,18



FL. 3 - SERVIÇOS PRESTADOS  
PLA. ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA, 39  
Nº 100 - OLINDINA

Valor Total: 21,39  
Valor do Pagamento: 21,39  
Valor do Saldo em Pagamento: 0,00



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: ELZA BATISTA PINHEIRO DE SOUZA		
RG: 04733844-00	Órgão Emissor:	CPF: 056.152.205-70
Endereço: RUA DR ANTONIO F.N. FILHO		Nº: 127
Bairro: CIDADE NOVA	CEP: 48470000	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Rádio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 06 de maio de 2018  
(local/UF)



\_\_\_\_\_  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome:	GICARLOS DOS SANTOS SOUZA	
RG:	1518853463	Orgão Emissor: SSP/BA CPF: 047.305.305-51
Endereço:	BR 340	Nº: 21
Bairro:	CIDADE NOVA	CEP: 48470000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 06 de maio de 2018  
(local/UF)

Gicarlo dos Santos Souza  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: <u>SIARA ALVES DOS SANTOS</u>		
RG: <u>14586317-45</u>	Órgão Emissor: <u>SSP/B</u>	CPF: <u>034.952.715-62</u>
Endereço: <u>BR 110</u>		Nº: <u>21</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>		CEP: <u>48.470;000</u>

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 06 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Siara Alves dos Santos  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL 14586317 45 DATA DE  
EXPEDICÃO 07/07/2005

NOME  
SIARA ALVES DOS SANTOS

FRASE  
HILARIO ALVES DOS SANTOS  
MARIA JOSE DE JESUS

INTERMUNICIPAÇÃO DATA DE NASCIMENTO  
OLINDINA BA 25/03/1984

REGIÃO CER-NAS CM-OLINDINA BA

DST-SEDE L-013 F-031 R-011876

ASSINATURA *Siara Alves dos Santos*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA C-56

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Siara Alves dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: <u>LEDA MARIA MOREIRA DA ROCHA</u>		
RG: <u>1647955700</u>	Órgão Emissor:	CPF: <u>038541885-01</u>
Endereço: <u>RUA JOSE BARRETO DA SILVA</u>		Nº: <u>191</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>	CEP: <u>48.470.000</u>	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 06 de MAIO de 2018  
(local/UF)

x Leda Maria Moreira da Rocha  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome: <u>HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS</u>			
RG: <u>54147803</u>	Órgão Emissor: <u>SSP/SP</u>	CPF: <u>018.195.015-40</u>	
Endereço: <u>RUA JOSÉ BARRETO DA SILVA</u>			Nº: <u>191</u>
Bairro: <u>CIDADE NOVA</u>			CEP: <u>48.470.000</u>

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 06 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Henrique Pereira dos Santos  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome: PEDRO CORREIA DE SANTANA		
RG: 03.037.400-60	Órgão Emissor:	CPF: 193.856.335-20
Endereço: AV: BRASÍLIA		Nº: 50
Bairro: CIDADE NOVA		CEP: 48.470.000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 06 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Pedro Correia de Santana  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome:	JOSEFA PEREIRA DANTAS		
RG:	04345968-4	Órgão Emissor:	SSP/BA
CPF:	358.231.005-15		Nº: 50
Endereço:	AV: BRASILIA		
Bairro:	CIDADE NOVA		CEP: 48.470;000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 05 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Josefa Pereira Dantas  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome:	NEIDE ORIS DE SANTANA	
RG:	02-480.860-09	CPF: 329.086.364-68
Endereço:	RUA DR. ANTONIO FONSECA DE SO, 33	Nº: 33
Bairro:	CIDADE NOVA	CEP: 48 470 000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 15 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Neide Oris de Santana  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09.480.860-09 DATA DE EXPIRAÇÃO 31-07-2014

SOLTEIRO

NEIDE ORIS DE SANTANA

PROLAZADO

JOSE LUCAS DOS SANTOS

OTACILIA MARIA ORIS DOS SANTOS

NACIONALIDADE DATA DE REGISTRO

RECIFE PE 10-08-1945

C.CAS. CM RECIFE PE DS

2º ARQUIVO PUBLIC LV 00188 FL 234 RT 0072642

CPF 329.086.864-68

*Francisco M. de Oliveira Junior*

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

MAIOR DE 60 ANOS

NÃO PLASTIFICAR

*Nei de Oris de Santana*

SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

BAHIA DE 60 ANOS



Nome: NEIDE ORIS DE SANTANA

CNPJ 13.904.875/0001-10 INSC. EST. 09335671  
Centro Administrativo da Bahia - CAB - 4ª Av. N° 420 - Cax 41.745.300

Código Débito Automático  
Matrícula

063057611

Nome Endereço para entrega

NEIDE ORIS DE SANTANA

RUI DR. ANTONIO FONSECA DE SO, 33  
OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 46.470-000  
Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo  
A05S359560 1312 1301 29 11/02 A 12/03  
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Emissão  
12/03 01/04/2013

RUI DR. ANTONIO FONSECA DE SO, 33 CIDADE NOVA  
OLINDINA  
Especificação

Valores em R\$  
CONS. AGUA 11M3 22,59  
MULTA REFER. A(0) CONTAS(5) 03/2013 0,00  
JURCS DE MORA - CONTAS(5) 03/2013 0,24

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

04/2013 6 0048 5 02 2150 1 0001.0033 0 00000000 00000000

Rot. Leitura Rot. Entrega

Consumo dos últimos meses

Mês/Ano	Consumo (m³)
04/2013	11
03/2013	10
02/2013	13
01/2013	10
12/2012	10
11/2012	9

Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL N° 5440/2005

Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0007	0006
Turbidez - 5,0 UT	0005	0007	0007
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0029	0007	0007
Coliformes Totais - (*)	0029	0007	0007
Escherichia Coli - Ausente			

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água.  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva.  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias.  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias.  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal.  
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.  
(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras analisadas.  
(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.  
(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados.  
Devidas: (71) 3373-7787.  
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.  
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Tarifa RES-0001

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$

16/04/2013 23,19

Faixas de

ICMS ESGOTO(% água) VL Total

0,00 22,59

0 0,00

Condições gerais da prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007 ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

Consumo até 30 m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 11

Consumo Médio Mensal / Ligação 10

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO

ICMS Base de cálculo(s) Alíquota % VL Imposto (R\$)

0,00 0 0,00

PARA MELHOR LHE ATENDER PRECISAMOS LHE CONHECER. ATUALIZE SEU CADASTRO NOS PONTOS DE ATENDIMENTO



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador			
Nome:	MARIA DE JUSOS PIMENTE		
RG:	08.212.947.92	Órgão Emissor:	SSP/BA CPF: 042 746.965-10
Endereço:	RUA JOSE BARRETO DA SILVA		Nº: 200
Bairro:	CIDADE NOVA		CEP: 48470.000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 16 de MAIO de 2018  
(local/UF)

Maria de Jatos Pimentel  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

NÃO PLASTIFICAR



*Maria de Matos Pimentel*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

08.212.947-92 27-01-2011

MARIA DE MATOS PIMENTEL

ANTENOR DE MATOS PIMENTEL

MARIA PETRONILA PIMENTEL

OLINDINA BA 20-04-1978

C. NAS. CM OLINDINA BA DS  
SEDE LV 00041 FL 275 RT 0018233

*Francilda M. de Oliveira*

LETRA 2.11E DE 23.00

Emissor: CPF:

Código Debito Automatico Matricula: **063076071**

Mês/Ano - dv Cidade dv Inscrição: 09/2015 0 0048 5 02.2251.2.0002.0200.0

Nome/Endereço para entrega: MARIA JOSE MOREIRA DA ROCHA  
RU JOSE BARRETO DA SILVA, 200  
OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro: Y09N144540  
Endereço da Ligação: RU JOSE BARRETO DA SILVA, 200  
OLINDINA

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
Y09N144540		914	895	30	13/07 A 12/08
					Data da Leitura Data da Fatura
				12/08	01/09/2015

Especificação: CONS. AGUA 19M3 68,77  
MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 07/2015 1,42  
JUROS DE MORA - CONTA(S) 07/2015 0,88

Consumo dos últimos meses

Mês/Ano	Consumo (m³)
09/2015	
08/2015	
07/2015	
06/2015	
05/2015	
04/2015	

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURA UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITRO

DECRETO FEDERAL Nº 3.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Anos - Rede		
	Engloba	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0005	0004
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0005
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0031	0031	0027
Exonerchia Coli - (*)	0031	0031	0030
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0031	0031	0030

TOTAL A PAGAR EM R\$

Obs: Mora de Aluguel



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador	
Nome:	GENIVALDO ANUNCIACÃO FERNANDES
RG:	07.728.838-66
Órgão Emissor:	SSP/BA
CPF:	924.052.825-34
Endereço:	RUA DR. ANTONIO F.N. FILHO
Nº:	98
Bairro:	CIDADE NOVA
CEP:	48.470-000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 17 de maio de 2018  
(local/UF)

Genivaldo Anunciação Fernandes  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07.728.838-66

28-11-2011

GENIVALDO ANUNCIAÇÃO FERNANDES

MANOEL ESTANDISLAU FERNANDES

MARIA ANUNCIAÇÃO FERNANDES

OLINDINA BA

12-06-1976

C.NAS. CM OLINDINA BA DS

SEDE LV 4 FL 8V RT 3128

924.052.825-34

*Francilda M. de Oliveira fante*

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

Requisitos para a emissão

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571

Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. N° 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

063070910

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

11/2015 1 0048 5 02.2200.2.0002 0098 0

Vencimento

16/11/2015

Nome/Endereço para entrega

FERNANDA DA ROCHA ARAUJO

RU DR ANTONIO F. N. FILHO, 98

OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
Y14N57778		43	30	31	11/09 A 12/10

Endereço da Ligação

RU DR ANTONIO F. N. FILHO, 98

OLINDINA

CIDADE NOVA

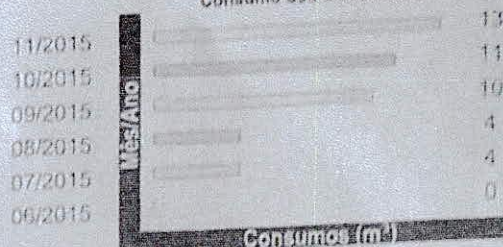
Data da Leitura Data da Fatura  
12/10 03/11/2015

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA	13M3	35,83
MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 10/2015		0,50
JUROS DE MORA - CONTA(S) 10/2015		0,12

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL N° 5.440/2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0005	0005	0014
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0006
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0031	0031	0030
Escherichia Coli - (*)	0031	0031	0029
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0031	0031	0030

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/l de flúor (\*\*)

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico, utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;

MORA EM  
CASA ALUGADA

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

36,45

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

ESGOTO(% água) VL. Total

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

ATE 10 MINIMO 10 20,20

15 35,83



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

Qualificação do apoiador		
Nome:	JOSE MATEUS DA SILVA	
RG:	13668814-09	Órgão Emissor: SSP/BA CPF: 043.704.045-33
Endereço:	RUA DR. ANTONIO F.N. RILHO	Nº: 98
Bairro:	CIDADE NOVA	CEP: 48.470;000

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radio Comunitária de Olindina - Ba, ARCOLI, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a pessoa apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Olindina, 17 de maio de 2018  
(local/UF)

Jose Mateus da Silva  
Assinatura

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC

Foto

Foto

*Jose Mateus da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de inscrição

043.794.945-13

Nome  
JOSE MATEUS DA SILVA

Nascimento  
21/09/1981

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13668811 09 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/02/2003

NOME  
JOSE MATEUS DA SILVA

RELACÃO  
PEDRO DA SILVA NETO  
MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
OLINDINA BA 21/09/1981

DOCUMENTO CER-NAS CM-OLINDINA BA  
DET-SEDE L-A17 F-85V R-015145

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83



CNPJ 13.504.875/0001-10 INSC. EST. 00065571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código de Débito Automático  
Matrícula  
**063070910**

Mês/Ano de Cidade de Inscrição  
11/2015 1 0048 5 02.2200 2.0002.0098.0

Vencimento  
**16/11/2015**

Nome/Endereço para entrega

FERNANDA DA ROCHA ARAUJO  
RUIR ANTONIO F. N. FILHO, 98  
OLINDINA CIDADE NOVA CEP - 48.470-000

Nº Hidrômetro: Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo  
Y14NS77778 43 30 31 11/09 A 12/10

Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Fatura  
RUIR ANTONIO F. N. FILHO, 98 CIDADE NOVA 12/10 03/11/2015

Especificação Valores em R\$  
CONS. AGUA 13M3 15,53  
MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 10/2015 0,50  
JURAS DE MORA - CONTA(S) 10/2015 0,12

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

**36,45**

Formas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

ESGOTO(% Água) VL. Total

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

AZE 10 MINIMO 10 20,20  
3 10 5,21 3 15,63

TOTAL AGUA 35,83 0,00 35,83

TOTAL ESGOTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	DARE DE CÁLCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS	36,43	1,180	0,43
	COFINS		5,430	1,97

ELEITOR CONFIRA NO WWW.TRE-BAJUS.BR SE SUA CIDADE  
FAZ O RECADASTRAMENTO BIOMETRICO E OBRIGATORIO

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

**embasa**

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.875/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código de Débito Automático

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE ÁGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE  
UM MÊS REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.548/2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0005	0014
Turbidez - 5,0 UT	0031	0007	0006
Cloro - Mín. 0,2 mg/l	0031	0031	0030
Escherichia Coli - (*)	0031	0031	0029
Coliformes Termotolerantes - Ausência	0031	0031	0030

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5 mg/L de flúor (\*\*).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: coroa devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: coroa devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Oxi (\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias;  
Fluor (\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07  
LEI ESTADUAL 11.172/08 DECRETO  
7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB

Unidade de Consumo - UC  
(Apartamentos/cabos/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 13

Consumo Médio Mensal / Ligação 0

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA  
IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS  
CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07  
DECRETO FEDERAL 7.217/10.

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICAR



( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
DORIEDSON DE CARV. DOREA		25) 90945247	
ENDEREÇO / Address			
AV: OTAVIO MANGABEIRA 172			
CENTRO			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
48470000	OLINDINA	BA	BRASIL



DEVOLUÇÃO / Return		(CN15)
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)	
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)	
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number)	
<input type="checkbox"/> Não procurado (Uncollected)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)	
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)		
Tentativas de entrega (delivery attempts)		
1° ___ às ___ 2° ___ às ___ 3° ___ às ___		
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico Information provided for doorman or condo manager		
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em ___/___/___ Reinstated to service post		



 **Correios**



À Secretaria de Radiodifusão do Ministério da  
Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS  
Bloco R, Anexo B, sala 300,  
CEP 70.044-900, Brasília/DF;





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO / CGGM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	COCCT	SEPED	DAD	CGRL
AGME	CONCEA	SEPOD	DGE	DIMAP
ASCOM	CTNBio	<b>SERAD</b>	DGV	
ASPAR	OUVID	SETEC	DPO	
ASSIN	CONJUR	SETEL	DTI	
CERIM	SEXEC	SEPRG	CGGP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e elaborar minuta de decisão/resposta	Tomar ciência e arquivar
Emitir manifestação	<b>Examinar e adotar providências de praxe</b>	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Parecer	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	

OBSERVAÇÃO:
(ProtGab nº 3901/2018).



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 27/07/2018, às 14:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3204883** e o código CRC **ADD39482**.



DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.042754/2018-95

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 30/07/2018, às 10:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3208109** e o código CRC **68EC1553**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 01250.042754/2018-95**

**Referência: Apresentação de doc. ref.ao requerimeto de outorga. (3203664)**

**Interessado: Associacao de Radiofusao Comunitaria de Olindina-ba (arco)**

**Assunto: Requerimento de outorga - Radiodifusão Comunitária**

De ordem da Sra. Diretora, encaminhe-se o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para exame e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 30/07/2018, às 11:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3208548** e o código CRC **351F30E3**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.042754/2018-95

SEI nº 3208548





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

9/20/18 4:25 PM

Página 1 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	OLINDINA	01250.042754/2018	112	11S2132	38W1936	EMA	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA
0.04	BA	OLINDINA	53000.000207/2007	28	11S2133	38W1937	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA
0.29	BA	OLINDINA	53000.051641/2013	0	11S2123	38W1933	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL DE OLINDINA
0.44	BA	OLINDINA	53000.017227/2005	28	11S2128	38W1922	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E COMUNITARIA AJUDA FRATERNA
0.73	BA	OLINDINA	53900.055244/2016	0	11S2155	38W1930	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA UNIDOS PARA VENCER
0.76	BA	OLINDINA	01250.045242/2018	112	11S2156	38W1930	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA UNIDOS PARA VENCER
0.87	BA	OLINDINA	53000.034817/2009	28	11S2154	38W1954	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA OLINDINA LIVRE - ARCOL
1.19	BA	OLINDINA	53000.020590/2004	19	11S2205	38W1916	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIOFUSAO COMUNITARIA DE OLINDINA-BA
1.23	BA	OLINDINA	53640.000982/1998	4	11S2100	38W2000	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIOFUSAO COMUNITARIA DE OLINDINA-BA
11.21	BA	ITAPICURU	53000.000865/2012	42	11S1900	38W1400	ARQDE F	Associação Comunitária da Região de Várzea dos Potes
13.68	BA	ITAPICURU	01250.005964/2016	0	11S1806	38W1256	CDI	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MISSAO FM
20.91	BA	ITAPICURU	53000.014729/2003	19	11S3207	38W2333	ARQDE F	Associação Comunitária da Região de Várzea dos Potes
21.33	BA	NOVA SOURE	53000.029977/2009	28	11S1432	38W2854	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITARIA DO MUNICIPIO DE NOVA SOURE





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

9/20/18 4:25 PM

Página 2 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
21.42	BA	NOVA SOURE	53640.001304/1998	4	11S1426	38W2853	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO NOVA SOURE
21.43	BA	NOVA SOURE	53000.026687/2008	28	11S1434	38W2900	ARQDE F	ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS DA LAGOA GRANDE
21.67	BA	NOVA SOURE	53000.036923/2009	28	11S1420	38W2859	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DAURBIS
21.67	BA	NOVA SOURE	53000.028204/2012	0	11S1420	38W2859	RAQ	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NOVA SOURE
22.06	BA	NOVA SOURE	53640.001673/1998	28	11S1400	38W2859	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DA FAZENDA SANTO ANTONIO DOIS
23.16	BA	NOVA SOURE	53640.001250/1998	4	11S1347	38W2935	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITARIA DO MUNICIPIO DE NOVA SOURE
23.16	BA	NOVA SOURE	53000.016259/2003	28	11S1347	38W2935	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA AMIGOS DA RADIO NATUBA FM
25.53	BA	CRISÓPOLIS	53640.000776/1999	20	11S3112	38W0936	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CRISOPOLIS FM
25.81	BA	CRISÓPOLIS	53000.005614/2006	20	11S3034	38W0848	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE E COMUNITARIA O BOM SAMARITANO
27.61	BA	CRISÓPOLIS	53000.041748/2007	0	11S1000	38W1000	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO DE VILA RICA
34.27	BA	CIPÓ	53640.001160/1998	0	11S0641	38W3049	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL RUMO AO NOVO MILENIO
34.30	BA	CIPÓ	53640.000961/1998	4	11S0640	38W3049	DECRE N	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
34.30	BA	CIPÓ	53900.028302/2015	4	11S0640	38W3049	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

9/20/18 4:25 PM

Página 3 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.30	BA	CIPÓ	53900.074802/2015	4	11S0640	38W3049	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
34.30	BA	CIPÓ	53000.028473/2013	4	11S0640	38W3049	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
37.40	BA	RIBEIRA DO AMPARO	53100.000207/2004	19	11S0219	38W2551	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOSSA SENHORA DO AMPARO
37.40	BA	RIBEIRA DO AMPARO	53640.000049/2000	0	11S0219	38W2551	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOSSA SENHORA DO AMPARO
38.93	BA	RIO REAL	53000.044768/2007	0	11S3000	37W6000	ARQCD I	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO ASSENTAMENTO NOVA ESPERANCA
40.09	BA	SÁTIRO DIAS	53640.000970/1998	4	11S3600	38W3600	LDE	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO DOS AMIGOS DE SATIRO DIAS
40.09	BA	SÁTIRO DIAS	53000.051421/2012	4	11S3600	38W3600	INDRE N	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO DOS AMIGOS DE SATIRO DIAS
40.19	SE	TOBIAS BARRETO	53000.028125/2009	28	11S1114	38W0009	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE TOBIAS BARRETO
40.30	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000733/1998	3	11S1125	37W5959	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA GABRIEL ARCANJO DE OLIVEIRA
40.31	SE	TOBIAS BARRETO	53900.038869/2016	28	11S1115	38W0004	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
40.61	SE	TOBIAS BARRETO	53000.030335/2009	28	11S1057	38W0003	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA TOBIAS BARRETO
40.77	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000600/1998	3	11S1102	37W5954	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DES. COMUNITARIO DO BAIRRO STOS DUMONT
40.77	SE	TOBIAS BARRETO	93840.000668/1998	3	11S1102	37W5954	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL "FRANCISCO SALES DE MENEZES"





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

9/20/18 4:25 PM

Página 4 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
40.85	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000668/1998	4	11S1046	38W0000	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL "FRANCISCO SALES DE MENEZES"
40.85	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000056/1999	4	11S1046	38W0000	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COM.CJ.W.DO PRADO FRANCO
40.96	BA	APORÁ	53640.000963/1998	4	11S4253	38W1348	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE APORÁ
41.28	SE	TOBIAS BARRETO	53000.028998/2009	28	11S1053	37W5940	LPE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
41.28	SE	TOBIAS BARRETO	53900.036870/2016	28	11S1053	37W5940	ARQPO T	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
41.86	BA	APORÁ	53640.001514/1998	0	11S3900	38W0500	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIOFUSAO COMUNITARIA DE ITAMIRA
42.88	BA	APORÁ	53000.035301/2010	0	11S3937	38W0453	ARQCD I	FUNDACAO MAGNO ALVES
42.88	BA	APORÁ	53000.045199/2011	0	11S3937	38W0453	CDI	ASSOCIACAO FILANTROPICA DE APORA - APA
42.88	BA	APORÁ	01250.004312/2018	0	11S3937	38W0453	ARQCD I	ASSOCIACAO FILANTROPICA DE APORA - APA
43.00	BA	APORÁ	01250.017734/2018	0	11S3934	38W0443	CDI	ASSOCIACAO FILANTROPICA DE APORA - APA
44.23	BA	RIO REAL	53640.001783/1998	10	11S2920	37W5636	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL RIO REAL
44.23	BA	RIO REAL	53000.037611/2011	34	11S2920	37W5636	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA REALENSE FM
44.75	BA	RIO REAL	53640.000969/1998	0	11S2844	37W5606	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CAIXA DAGUA





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

9/20/18 4:25 PM

Página 5 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
44.79	BA	RIO REAL	53640.000227/2001	10	11S2957	37W5630	ARQDE F	FUNDAÇÃO MARLUCE SOUZA
45.50	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029329/2009	28	10S5856	38W0951	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MONTE COELHOS - ARCOMC
45.78	BA	RIO REAL	53000.032166/2011	34	11S2926	37W5544	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE FACA UMA CRIANCA SORRIR DO BAIRRO NOVA BRASILIA
46.16	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029330/2009	28	11S0445	38W0051	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO BARRIGA - ARCOMPOB
46.17	BA	RIO REAL	53640.000965/1998	4	11S3020	37W5550	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COM.DA R.C.CATÓLICA DE RIO REAL
47.30	BA	ACAJUTIBA	53640.000620/1999	0	11S3934	38W0111	RAQ	ASSOCIACAO CLUBE DAS MAES DE ACAJUTIBA
47.43	BA	INHAMBUPE	53640.001305/1998	4	11S4704	38W2111	DECRE N	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE INHAMB
47.43	BA	INHAMBUPE	53000.057294/2012	4	11S4704	38W2111	RAUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE INHAMB
47.80	BA	ACAJUTIBA	01250.028415/2017	20	11S3943	38W0057	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	01250.080771/2017	20	11S3943	38W0057	EXIPOS	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	53000.048118/2012	20	11S3943	38W0057	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	53000.043580/2003	20	11S3943	38W0057	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.89	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000064/1999	28	11S0406	38W0010	ARQDE F	CENTRO COMUNITARIO JOSE DE GOIS



Nº de Linhas: 0



DESPACHO

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Olindina - ARCO, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Olindina / BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 20/09/2018, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3386134** e o código CRC **FD9C7DB9**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.042754/2018-95

SEI nº 3386134

Município/UF: Olindina BA

Processo nº: 01250.042754/ 2018-95

CNPJ: 26.541.237/0001-73

Número de concorrentes: 1

- 01250.045242/2018 – Associação Comunitária Unidos para Vencer

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 23/06/2018 fl. 133 (3203664)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: 01/03 (3203664)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: Ausente**

4. Estatuto Social: fl. 04/09 (3203664)

Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl. 04/09 (3203664) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 04/09 (3203664) para o período de 05/08/2015 a 05/08/2018  
**(VENCIDA)**

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 11/13 (3203664)

7.1. Diretoria:

<b>MEMBRO - Cargo/Nome</b>	<b>PARTID O</b>	<b>TÍTULO/ NASCIMENT O</b>	<b>CPF</b>	<b>VÍNCUL OS</b>
<b>Diretora: Vania Pinheiro dos Santos</b>	-	Título: 8525.6850.540  Nascimento: 13/09/1979	000.899.255- 05	-
<b>Diretor adm.: Teodomiro Oliveira Fonseca</b>	-	Título: 5313.2770.574  Nascimento: 28/11/1968	488.582.185- 15	-
<b>Diretor de Op.: Monica</b>	-	Título:	992.954.825-	-



<b>Miranda Dantas Borges</b>		0801.7255.055 8	49	
		Nascimento: 14/11/1977		

8. Manifestações em apoio: fl. 20 e ss. (3203664)

9. Vínculo: ☐ SIM ☒ NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 15 (3203664)

11. Pesquisa Anatel e Radar: (ok)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (ok)

12.1 CNPJ, Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (não são habilitantes):

**OBSERVAÇÕES:**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.541.237/0001-73</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>01/10/2015</b>
---	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARCOLI</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>AV OTAVIO MANGABEIRA,</b>	NÚMERO <b>172</b>	COMPLEMENTO
--	----------------------	-------------

CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
--------------------------	----------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRACONT@HOTMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(75) 9947-5171 / (75) 9945-2478</b>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/10/2015</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **17/12/2018** às **11:02:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 26.541.237/0001-73

Certidão nº: 164612091/2018

Expedição: 17/12/2018, às 10:59:40

Validade: 14/06/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.541.237/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta


As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 26.541.237/0001-73 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).


[Nova Consulta](#)



**CAIXA**  
Para você  
para todos  
os brasileiros

ACESSE SUA CONTA 

[A CAIXA](#) | [REDE DE ATENDIMENTO](#) | [OUVIDORIA](#) | [DOWNLOAD](#) | [MAPA DO SITE](#) | [SEGURANÇA](#) | [IMPrensa](#) | 



Navegue pela CAIXA 

 [Ajuda](#)[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | Situação de Regularidade do Empregador

## :: Situação de Regularidade do Empregador

**Inscrição (CNPJ ou CEI):** 26541237/0001-73

Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das **Agências da CAIXA** munido dos documentos de constituição da empresa.

**VOLTAR**

 [Dúvidas mais Frequentes](#)

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	º (N/S)	'	"	
	Longitude:	º W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 27824/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Olindina/BA**.

**ANÁLISE**

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
		-	-	-
	Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 22 Inciso IV	Ata de eleição dos atuais dirigentes	<p>O mandato da diretoria venceu em 05/08/2018. A Entidade deve enviar uma nova Ata de Eleição com a eleição de uma nova diretoria.</p> <p><b>Observação 1:</b> a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.</p> <p><b>Observação 2:</b> os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.</p>

3. A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3700560)** contendo **todas as declarações** nele elencadas, uma vez que há alteração no item XIII, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

4. Conforme demonstram certidões juntadas ao processo (3700385, 3700520), não foi possível emitir certidão negativa na Receita Federal e de Regularidade do Empregador.

**CONCLUSÃO**

5. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

54654654



7. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 18/12/2018, às 14:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/12/2018, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3700528** e o código CRC **8FE2B823**.

#### Minutas e Anexos

(3700560) (3700385) (3700520)



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 49991/2018/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

**VANIA PINHEIRO DOS SANTOS**

Representante Legal da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina**, (CNPJ nº 26.541.237/0001-73)

Avenida Otávio Mangabeira, nº 172

CEP 48.470-000 - Olindina/BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042754/2018-95.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 27824/2018/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/12/2018, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3702364** e o código CRC **FB7BE409**.



AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 49991/2018/SEI-MCTIC, 20/12/2018

01250.042754/2018-95

VANIA PINHEIRO DOS SANTOS

Associação de Rádio Comunitária de Olindina

Avenida Otávio Mangabeira, nº 172

48.470-000 Olindina / BA

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

10/01/19

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JOÃO CARLOS ROSEN

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

RG: 226049523-SSP/BA

80831077

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AVIS CN07**

**AR**

( CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO )

**JU 08422307 5 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

02 JAN 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

03/01/19

16 : 08 h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Espetro dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
70.044-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.541.237/0001-73</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>01/10/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARCOLI</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV OTAVIO MANGABEIRA,</b>	NÚMERO <b>172</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>
UF <b>BA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRACONT@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(75) 9947-5171/ (75) 9945-2478</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>11/02/2019</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/05/2020** às **21:20:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CNPJ:** **26.541.237/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 21:10:42 do dia 05/05/2020 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Imprimir

Voltar



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 26.541.237/0001-73 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.541.237/0001-73

Certidão nº: 10347654/2020

Expedição: 05/05/2020, às 21:16:21

Validade: 31/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.541.237/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.541.237/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA

**Endereço:** AV OTAVIO MANGEBEIRA 172 / CENTRO / OLINDINA / BA / 48470-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/03/2020 a 29/06/2020

**Certificação Número:** 2020030203370245750127

Informação obtida em 05/05/2020 21:18:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **Associação de Radiofusão Comunitária de Olindina**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 05/05/2020, às 22:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5461493** e o código CRC **4C5E8D05**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042754/2018-95

SEI nº 5461493

Município/UF: OLINDINA/BA **RESULTADO PRÉVIO/HABILITAÇÃO**

Processo nº: 01250.042754/2018-95 CNPJ: 26.541.237/0001-73

Número de concorrentes: 1. Associação Comunitária Unidos para Vencer (01250.05242/2018-81)

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 23/06/2018 f. 133 (3203664)

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: f. 1/2 (3203664) **pedir novo**

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: f. 4/5 (3925898) ok**

4. Estatuto Social: (3203664) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

5. Ata de constituição: (3203664) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: (3203664) para o período de 05/08/2015 a 05/08/2018

**05/08/2018 a 05/08/2021 – todos reeleitos – f.2/3 (3925898)**

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: f. 11/ (3203664)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Dir. Gera: Vânia Pinheiro dos Santos - f. 11	não	85256850540 13/09/1979	000.899.255-05	Não
Dir. Administrativo: Teodomiro Oliveira Fonseca – f. 12	não	53132770574 28/11/1968	488.582.185-15	não
Dir. Operações: Mônica Miranda Dantas Borges – f. 13	Não	080172550558 14/11/1977	992.954.825-49	não

8. Manifestações em apoio: f. 18/131 (3203664)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: f. 15 (3203664)

11. Pesquisa Anatel (5461490) e Radar (5461491)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5461493)

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5461490), Certidão FGTS (5461490), Certidão PGFN (5461490), Certidão CNDT (5461490):



**OBSERVAÇÕES:** NT 27824/2018 recebida em 10/01/2019, resposta em 28/02/2019. Exigências cumpridas.

05/05/2020: Entidade habilitada. Resultado prévio com concorrente inabilitada. Após recurso, para instrução.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: ( )
- 2.2 Certidão FGTS: ( )
- 2.3 Certidão PGFN : ( )
- 2.4 Certidão CNDT: ( )
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ( )

**3. Pesquisa Anatel ( ) e Radar ( )**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ( )

**OBSERVAÇÕES:**





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 1.915, DE 28 DE ABRIL DE 2020

Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e, em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Sem prejuízo do disposto no art. 6º-C da Lei nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020, ficam suspensos, de 20 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, os prazos nos processos administrativos em trâmite no âmbito da Secretaria de Radiodifusão (SERAD) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para apresentação de defesa, recurso, resposta a exigências, cumprimento de diligências, aprovação de local (APL) e licenciamento de estações.

Parágrafo único. Após a data a que se refere o caput, os prazos fluirão pelo tempo remanescente.

Art. 2º Fica suspenso, até 31 de maio de 2020, o atendimento presencial de partes, advogados e interessados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária  
**NOTA TÉCNICA Nº 9436/2020/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Por meio do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Olindina/BA**.

**ANÁLISE**

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público o **resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
01250.042754/2018-95	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA	Habilitada
01250.045242/2018-81	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS PARA VENCER	Inabilitada

**CONCLUSÃO**

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária comunica às interessadas o **resultado prévio da fase de habilitação**.

4. Caso haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que o prazo para interposição de recurso administrativo é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, será publicado o resultado definitivo da habilitação e terá início a fase de seleção.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 05/05/2020, às 22:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/05/2020, às 08:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5461501** e o código CRC **39CD4BD9**.

---

#### **Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.042754/2018-95

SEI nº 5461501



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

OFÍCIO Nº 17114/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de maio de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

**VÂNIA PINHEIRO DOS SANTOS**

Representante Legal da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina**, (CNPJ nº 26.541.237/0001-73)

Avenida Otávio Mangabeira, nº 172

48.470-000 - OLINDINA - BA

**Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042754/2018-95.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9436/2020/SEI-MCTIC**, de resultado prévio da fase de habilitação.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Nos termos da Portaria MCTIC nº 1.915, publicada no Diário Oficial da União em 30/04/2020 (461519), os prazos para cumprimento de exigências estão suspensos de 20/03/2020 até 30/05/2020, quando serão contados, pelo remanescente.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
5. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:  
[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
6. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/05/2020, às 08:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5461510** e o código CRC **BF0B61CA**.

**Data de Envio:**

18/05/2020 16:31:56

**De:**

MCTIC/SEARC (SE-MC) <serco.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

PRACONT@HOTMAIL.COM  
bandachicanana@hotmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 01250.042754/2018-95

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_5461510.html  
Nota\_Tecnica\_5461501.html





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.541.237/0001-73</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>01/10/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARCOLI</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV OTAVIO MANGABEIRA,</b>	NÚMERO <b>172</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>
UF <b>BA</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRACONT@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(75) 9947-5171/ (75) 9945-2478</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>11/02/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/12/2020** às **14:28:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 26.541.237/0001-73 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)





**CNPJ:** **26.541.237/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 17:53:30 do dia 03/12/2020 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.541.237/0001-73

Certidão nº: 31965135/2020

Expedição: 03/12/2020, às 14:35:01

Validade: 31/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.541.237/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.541.237/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA

**Endereço:** AV OTAVIO MANGEBEIRA 172 / CENTRO / OLINDINA / BA / 48470-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/11/2020 a 22/12/2020

**Certificação Número:** 2020112303394623871655

Informação obtida em 03/12/2020 14:36:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.042754/2018-95, de interesse da Associação de Rádio Comunitária de Olindina na localidade de Olindina/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 03 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/12/2020, às 18:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6208734** e o código CRC **83DD0F5B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 03 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/05/2023, às 15:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6208743** e o código CRC **B13497C8**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**ANEXO 6**  
**FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

**1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:**

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

## 2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

[illegible]

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

[illegible]

### 3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

## LOGRADOURO

[illegible]

BAIRRO

CIDADE

CEP

[illegible]

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

					-			-	,								o			'			"						o			'			"	W
--	--	--	--	--	---	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	--	--	--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	---

#### 4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

Age Group	Percentage
18-24	15%
25-34	20%
35-44	25%
45-54	30%
55-64	35%
65-74	40%
75-84	45%
85+	50%

BAIRRO

CIDADE

CEP

[illegible]

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

[illegible]

## 5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

\_\_\_\_\_

BAIRRO

CIDADE

CEP

[illegible]

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

## FABRICANTE

[illegible]

№

[illegible]

## FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ		VALORI	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

\_\_\_\_\_

ALTURA DA TORRE

| | | | dBd | | , | m | | , | m

## 8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

[illegible]

## MODELO

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,		dB			,				
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	--	--

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

## 9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log ( \quad \times \quad \times \quad ) = \quad \text{dBk}$$

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

## 10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



$d(\text{km})$  = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

\*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

## 11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, <b>conforme estudo específico encaminhado em anexo</b> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

## 12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

### 13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

<p>15. <b>Comments and Changes by Reviewer</b></p>	
<p> </p>	

#### 14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

\_\_\_\_\_

REG.CREA

ENDERECO

[illegible]

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

[illegible]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

					-			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

[illegible][illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

		/			/			
--	--	---	--	--	---	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



Município/UF: OLINDINA/BA **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.042754/2018-95 CNPJ: 26.541.237/0001-73

Número de concorrentes: 1. Associação Comunitária Unidos para Vencer (01250.05242/2018-81) **INAB**

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 23/06/2018 f. 133 (3203664)

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: f. 1/2 (3203664) **pedir novo**

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: f. 4/5 (3925898) ok**

4. Estatuto Social: F.4/8 (320366 4) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

5. Ata de constituição: F.4/8 (3203664) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: F.4/8 (3203664) para o período de 05/08/2015 a 05/08/2018

**05/08/2018 a 05/08/2021 – todos reeleitos – f.2/3 (3925898)**

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: f. 11/ (3203664)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Dir. Gera: Vânia Pinheiro dos Santos - f. 11	não	85256850540 13/09/1979	000.899.255-05	Não
Dir. Administrativo: Teodomiro Oliveira Fonseca – f. 12	não	53132770574 28/11/1968	488.582.185-15	não
Dir. Operações: Mônica Miranda Dantas Borges – f. 13	Não	080172550558 14/11/1977	992.954.825-49	não

8. Manifestações em apoio: f. 18/131 (3203664)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: f. 15 (3203664)

11. Pesquisa Anatel (5461490) e Radar (5461491)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5461493)

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5461490), Certidão FGTS (5461490), Certidão PGFN (5461490), Certidão CNDT (5461490):

**OBSERVAÇÕES:** NT 27824/2018 recebida em 10/01/2019, resposta em 28/02/2019. Exigências cumpridas.

05/05/2020: Entidade habilitada. Resultado prévio com concorrente inabilitada. Após recurso, para instrução.

03/12/2020: Decorrido o prazo para recurso, arquivamento definitivo da concorrente. Para instrução.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 5º **ausente**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **ausente**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8º
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 13
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **12- mandato de 3 anos sem restrição de reeleição**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 14

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 9º **demissão ausente**
- c) Direitos e deveres dos associados: 8º
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 17
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: 11
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 11, 18
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 11
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: 9º
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: 11
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 19

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: (6208672) **CORRIGIR**
- 2.2 Certidão FGTS: (6208731)
- 2.3 Certidão PGFN : (6208676) **pendência**
- 2.4 Certidão CNDT: (6208728)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (6208743)

**3. Pesquisa Anatel (6208723) e Radar (6208734)**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

**OBSERVAÇÕES:** 03/12/2020: Anexo 6. Estatuto. CNPJ e PGFN. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF1 e TJBA ok.







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10227/2020/MCOM

Brasília, 28 de dezembro de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

**VÂNIA PINHEIRO DOS SANTOS**

Representante Legal da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina**, (CNPJ nº 26.541.237/0001-73)

Avenida Otávio Mangabeira, nº 172

48.470-000 - OLINDINA - BA

**Assunto: PROCESSO nº 01250.042754/2018-95. PROCESSO DE CONCORRENTE(S) ARQUIVADO(S). CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Olindina/BA em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.
2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que foi informado por meio da Nota Técnica nº 9436/2020/SEI-MCTIC (5461501).
3. Assim, considerando que não há mais concorrência, tendo em vista o arquivamento definitivo do processo nº 01250.045242/2018-81, em razão do decurso de prazo para apresentação de recurso administrativo, aquele resultado tornou-se **definitivo** da fase de habilitação, dando ensejo à convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.
4. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:
  - 4.1. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (6208834).

**Observação 1:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

**Observação 2:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).
  - 4.2. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:
    - 4.2.1. **Portaria nº 4334/2015 e alterações:**
      - a. O art. 5º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que não está expressamente previsto o



ingresso **gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.

b. Não estão expressamente previstos os **direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas**, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria.

c. Não está expressamente previsto que a o mandato da diretoria será de no máximo quatro (04) anos, sendo admitida uma recondução, **após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos, conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.**

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

**Observação 1:** a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

#### 4.2.2. Código Civil:

**Art. 54:** Deve estar expressamente previsto:

- os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **não consta demissão**

Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.

**Observação 1:** a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

4.3. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

4.3.1. CNPJ válido e atual: em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil (6208672), verificou-se que a Entidade possui como atividade principal "atividades de rádio", o que está incorreto, uma vez que tal código é exclusivo para as emissoras de caráter comercial. A entidade deve promover a alteração, fazendo constar os códigos 94.30-8-00 - atividades de associações de defesa de direitos sociais e/ou 94.93-6-00 - atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte e 94.99-5-00 - atividades associativas não especificadas anteriormente.

4.3.2. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (6208676). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

**Observação:** A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

5. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável:

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Formulário Dados Técnicos (SEI nº 6208834);

Anexos: CNPJ (SEI nº 6208672);

PGFN (SEI nº 6208676).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 28/12/2020, às 13:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6208846** e o código CRC **CD73EC8A**.



**Data de Envio:**

07/01/2021 12:12:05

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mtic.gov.br>

**Para:**

PRACONT@HOTMAIL.COM  
bandachicanana@hotmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.042754/2018-95

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_6208846.html  
Anexo\_6208834\_Anexo\_6.pdf  
Anexo\_6208672\_042754\_2018\_CNPJ\_alterar.pdf  
Anexo\_6208676\_042754\_2018\_PGFN\_pendencia.pdf



**CNPJ:**

**26.541.237/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 08:50:08 do dia 22/11/2021 (hora e data de Brasília).**

**[Retornar a Consulta.](#)**



Imprimir

Voltar

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 26.541.237/0001-73  
**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** VANIA PINHEIRO DOS SANTOS  
**Qualificação:** 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **07/01/2022** às **16:00** (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 01250.042754/2018 Localidade / UF: OLINDINA/BA  
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA  
Aviso: 112 Canal: 0  
Endereço Sistema Irradiante: Av. Otávio Mangabeiras Nº 172 - B. Centro OLINDINA - BA  
Endereço Estúdio: Av. Otávio Mangabeiras Nº 172 - B. Centro OLINDINA - BA  
Endereço Sede: OTAVIO MANGABEIRA, Nº 172 - B. CENTRO OLINDINA - BA

Processo		
1. Entregou documentação tempestivamente?		Sim
2. Subitem 12.1, alínea "a", da NC 1/2011: Formulário de Informações Técnicas (Anexo 9), devidamente preenchido.	Não	
3. Subitem 12.1, alínea "b", da NC 1/2011: declaração assinada pelo representante legal da entidade de que, na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas as transmissões imediatamente.	Não	
4. Subitem 12.1, alínea "c", da NC 1/2011: planta de arruamento indicando escala compatível com a área de execução do serviço, nomes das ruas, o local de instalação do sistema irradiante com as coordenadas na forma GGº MM' SS", o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, o local da sede da entidade com as coordenadas na forma GGº MM' SS" e a localização das residências dos dirigentes da entidade.	Não	
5. Subitem 12.1, alínea "d", da NC 1/2011: diagrama de irradiação horizontal e vertical da antena transmissora.	Não	
6. Subitem 12.1, alínea "e", da NC 1/2011: declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no subitem 19.2.5.1 ou no subitem 19.2.5.1.2, juntamente com o respectivo estudo.	Não	
7. Subitem 12.1, alínea "f", da NC 1/2011: declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos.	Não	
8. Subitem 12.1, alínea "g", da NC 1/2011: parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	Não	
9. Subitem 12.1, alínea "h", da NC 1/2011: Anotação de Responsabilidade Técnica ? ART referente à instalação proposta, apresentada com as assinaturas do profissional habilitado e do representante legal da entidade juntamente com seu comprovante de pagamento.	Não	
10. Subitem 12.1, alínea "i", da NC 1/2011: declaração, assinada pelo representante legal, informando o horário de funcionamento da estação pretendido pela entidade.	Não	
11. Subitem 12.1, alínea "j", da NC 1/2011: folha de informações técnicas da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante.	Não	
12. Subitem 12.1, alínea "k", da NC 1/2011: declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que a entidade atende ao disposto em regulamentação da Anatel sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e	Não	



eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz.					
13. Subitem 15.3, alínea "a", da NC 1/2011: solicitação assinada pelo representante legal da entidade indicando os motivos da mudança.			Não		
14. Subitem 15.3, alínea "b", da NC 1/2011: formulário para alteração de informações técnicas (Anexo 11), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ? ART, conforme item 12.1.1;			Não		
15. Subitem 15.3, alínea "c", da NC 1/2011: planta de arruamento em conformidade com a alínea "c" do subitem 12.1, caso haja mudança de coordenadas geográficas do sistema irradiante e/ou do estúdio.			Não		
16. Subitem 15.3, alínea "d", da NC 1/2011: diagrama de irradiação horizontal e vertical da antena transmissora em conformidade com a alínea "d" do subitem 12.1, caso haja mudança nas características técnicas da antena.			Não		
17. Subitem 15.3, alínea "e", da NC 1/2011: declarações da cota do terreno, adequação ao gabarito de proteção de aeródromos e parecer conclusivo acerca contorno de 91dBu em conformidade com as alínea "e", "f" e "g" do subitem 12.1, caso haja mudança de coordenadas do sistema irradiante.			Não		
18. Subitem 15.3.2 da NC 1/2011: O novo local proposto para instalação do sistema irradiante está circunscrito no raio de até 01 (um) quilômetro das coordenadas geográficas constantes da portaria de autorização?			Não		
19. Subitem 15.3.3 da NC 1/2011: A sede da entidade encontra-se localizada dentro do raio de 1 (um) quilômetro do novo local proposto para instalação do sistema irradiante?			Não		
<b>20. Dados do Transmissor</b>					
a. Fabricante :		Montel Sistemas de Comunicação Ltda.		b. Modelo : MTFM98	
c. Categoria :		2H		d. Certificado: 4018-15-0312 e. Potência (W) : 25	
<b>21. Dados do Transmissor Reserva</b>					
a. Fabricante :				b. Modelo :	
c. Categoria :				d. Certificado: e. Potência (W) :	
<b>22. Dados da Antena</b>					
a. Fabricante:		Montel Sistemas de Comunicação Ltda.		b. Modelo : MTDIP 100/1	
c. Altura:		28,0		d. Ganho Máximo: 0 23. Intensidade de campo(dBu) : 89.49	
<b>24. Conclusão Geral (Parecer Técnico)</b>					
Análise técnica fase instrução viável.					

CARLOS ALBERTO AMARAL DO AMARAL



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

1/7/22 5:30 PM

Página 1 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	OLINDINA	01250.042754/2018	112	11S2132	38W1936	EXINST	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA
0.04	BA	OLINDINA	53000.000207/2007	28	11S2133	38W1937	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA
0.29	BA	OLINDINA	53000.051641/2013	0	11S2123	38W1933	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL DE OLINDINA
0.44	BA	OLINDINA	53000.017227/2005	28	11S2128	38W1922	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E COMUNITARIA AJUDA FRATERNA
0.73	BA	OLINDINA	53900.055244/2016	0	11S2155	38W1930	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA UNIDOS PARA VENCER
0.76	BA	OLINDINA	01250.045242/2018	112	11S2156	38W1930	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA UNIDOS PARA VENCER
0.87	BA	OLINDINA	53000.034817/2009	28	11S2154	38W1954	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA OLINDINA LIVRE - ARCOL
1.19	BA	OLINDINA	53000.020590/2004	19	11S2205	38W1916	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIOFUSAO COMUNITARIA DE OLINDINA-BA
1.23	BA	OLINDINA	53640.000982/1998	4	11S2100	38W2000	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIOFUSAO COMUNITARIA DE OLINDINA-BA
11.21	BA	ITAPICURU	53000.000865/2012	42	11S1900	38W1400	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA REGIAO DE VARZEA DOS POTES
13.68	BA	ITAPICURU	01250.005964/2016	0	11S1806	38W1256	CDI	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MISSAO FM
20.91	BA	ITAPICURU	53000.014729/2003	19	11S3207	38W2333	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA REGIAO DE VARZEA DOS POTES
21.33	BA	NOVA SOURE	53000.029977/2009	28	11S1432	38W2854	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITARIA DO MUNICIPIO DE NOVA SOURE





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

1/7/22 5:30 PM

Página 2 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
21.42	BA	NOVA SOURE	53640.001304/1998	4	11S1426	38W2853	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO NOVA SOURE
21.43	BA	NOVA SOURE	53000.026687/2008	28	11S1434	38W2900	ARQDE F	ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS DA LAGOA GRANDE
21.67	BA	NOVA SOURE	53000.036923/2009	28	11S1420	38W2859	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DA URBIS
21.67	BA	NOVA SOURE	53000.028204/2012	0	11S1420	38W2859	RAQ	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NOVA SOURE
21.67	BA	NOVA SOURE	01250.071002/2018	241	11S1420	38W2859	EXINST	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NOVA SOURE
21.68	BA	NOVA SOURE	01250.071543/2018	241	11S1426	38W2904	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA SOURE FM
22.06	BA	NOVA SOURE	53640.001673/1998	28	11S1400	38W2859	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO II
23.16	BA	NOVA SOURE	53640.001250/1998	4	11S1347	38W2935	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITARIA DO MUNICIPIO DE NOVA SOURE
23.16	BA	NOVA SOURE	53000.016259/2003	28	11S1347	38W2935	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA AMIGOS DA RADIO NATUBA FM
25.53	BA	CRISÓPOLIS	53640.000776/1999	20	11S3112	38W0936	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CRISOPOLIS FM
25.81	BA	CRISÓPOLIS	53000.005614/2006	20	11S3034	38W0848	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE E COMUNITARIA O BOM SAMARITANO
25.81	BA	CRISÓPOLIS	01250.020821/2020	20	11S3034	38W0848	REN	ASSOCIACAO BENEFICENTE E COMUNITARIA O BOM SAMARITANO
27.61	BA	CRISÓPOLIS	53000.041748/2007	0	11S1000	38W1000	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO DE VILA RICA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

1/7/22 5:30 PM

Página 3 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.27	BA	CIPÓ	53640.001160/1998	0	11S0641	38W3049	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL RUMO AO NOVO MILENIO
34.30	BA	CIPÓ	53640.000961/1998	4	11S0640	38W3049	DECRE N	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
34.30	BA	CIPÓ	53900.028302/2015	4	11S0640	38W3049	ARQPOS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
34.30	BA	CIPÓ	53900.074802/2015	4	11S0640	38W3049	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
34.30	BA	CIPÓ	53000.028473/2013	4	11S0640	38W3049	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
34.30	BA	CIPÓ	01250.033828/2019	4	11S0640	38W3049	POS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOVA ESPERANCA
37.40	BA	RIBEIRA DO AMPARO	01250.019969/2019	19	11S0219	38W2551	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOSSA SENHORA DO AMPARO
37.40	BA	RIBEIRA DO AMPARO	53100.000207/2004	19	11S0219	38W2551	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOSSA SENHORA DO AMPARO
37.40	BA	RIBEIRA DO AMPARO	53640.000049/2000	0	11S0219	38W2551	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA NOSSA SENHORA DO AMPARO
38.93	BA	RIO REAL	53000.044768/2007	0	11S3000	37W6000	ARQCD I	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO ASSENTAMENTO NOVA ESPERANCA
39.21	BA	ITAPICURU	53115.003039/2021	0	11S1147	38W0028	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA E MORADORES DE VARZEA DOS POTES, CAATINGA DE CIMA E REGIAO
40.09	BA	SÁTIRO DIAS	53640.000970/1998	4	11S3600	38W3600	LDE	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO DOS AMIGOS DE SATIRO DIAS
40.09	BA	SÁTIRO DIAS	53000.051421/2012	4	11S3600	38W3600	EXIREN	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO DOS AMIGOS DE SATIRO DIAS





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

1/7/22 5:30 PM

Página 4 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
40.19	SE	TOBIAS BARRETO	53000.028125/2009	28	11S1114	38W0009	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE TOBIAS BARRETO
40.30	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000733/1998	3	11S1125	37W5959	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA GABRIEL ARCANJO DE OLIVEIRA
40.31	SE	TOBIAS BARRETO	53900.038869/2016	28	11S1115	38W0004	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
40.61	SE	TOBIAS BARRETO	53000.030335/2009	28	11S1057	38W0003	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA TOBIAS BARRETO
40.77	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000600/1998	3	11S1102	37W5954	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DES. COMUNITARIO DO BAIRRO STOS DUMONT
40.77	SE	TOBIAS BARRETO	93840.000668/1998	3	11S1102	37W5954	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL "FRANCISCO SALES DE MENEZES"
40.85	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000668/1998	4	11S1046	38W0000	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL "FRANCISCO SALES DE MENEZES"
40.85	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000056/1999	4	11S1046	38W0000	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COM.CJ.W.DO PRADO FRANCO
40.96	BA	APORÁ	53640.000963/1998	4	11S4253	38W1348	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEF ESPORTIVA RECREAT E CULTURAL DE APORA
41.28	SE	TOBIAS BARRETO	53000.028998/2009	28	11S1053	37W5940	LPE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
41.28	SE	TOBIAS BARRETO	53900.036870/2016	28	11S1053	37W5940	ARQPO T	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
41.28	SE	TOBIAS BARRETO	01250.074037/2018	28	11S1053	37W5940	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE TOBIAS BARRETO - ARACOTOB
41.86	BA	APORÁ	53640.001514/1998	0	11S3900	38W0500	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIOFUSAO COMUNITARIA DE ITAMIRA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

1/7/22 5:30 PM

Página 5 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
42.88	BA	APORÁ	53000.035301/2010	0	11S3937	38W0453	ARQCD I	FUNDACAO MAGNO ALVES
42.88	BA	APORÁ	01250.004312/2018	0	11S3937	38W0453	ARQCD I	ASSOCIACAO FILANTROPICA DE APORA - APA
42.88	BA	APORÁ	53000.045199/2011	0	11S3937	38W0453	RAQ	ASSOCIACAO FILANTROPICA DE APORA - APA
43.00	BA	APORÁ	01250.017734/2018	0	11S3934	38W0443	CDI	ASSOCIACAO FILANTROPICA DE APORA - APA
44.23	BA	RIO REAL	53640.001783/1998	10	11S2920	37W5636	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE RIO REAL
44.23	BA	RIO REAL	53000.037611/2011	34	11S2920	37W5636	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA REALENSE FM
44.72	SE	RIACHÃO DO DANTAS	01250.071187/2018	241	11S0659	37W5959	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
44.75	BA	RIO REAL	53640.000969/1998	0	11S2844	37W5606	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CAIXA D'ÁGUA
44.79	BA	RIO REAL	53640.000227/2001	10	11S2957	37W5630	ARQDE F	FUNDAÇÃO MARLUCE SOUZA
45.50	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029329/2009	28	10S5856	38W0951	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MONTE COELHOS
45.78	BA	RIO REAL	53000.032166/2011	34	11S2926	37W5544	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE FAÇA UMA CRIANÇA SORRIR DO BAIRRO NOVA BRASÍLIA
46.16	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029330/2009	28	11S0445	38W0051	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DO POVOADO BARRIGA
46.17	BA	RIO REAL	53640.000965/1998	4	11S3020	37W5550	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO COMUNITARIO FRUTOS DO ESPÍRITO.-





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500427542018

1/7/22 5:30 PM

Página 6 de 6

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
47.30	BA	ACAJUTIBA	53640.000620/1999	0	11S3934	38W0111	RAQ	ASSOCIACAO CLUBE DAS MAES DE ACAJUTIBA
47.43	BA	INHAMBUPE	53640.001305/1998	4	11S4704	38W2111	DECRE N	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE INHAMB
47.43	BA	INHAMBUPE	53000.057294/2012	4	11S4704	38W2111	RAUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE INHAMB
47.80	BA	ACAJUTIBA	01250.028415/2017	20	11S3943	38W0057	ARQPOS	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	01250.080771/2017	20	11S3943	38W0057	EXIPOS	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	01250.010280/2019	20	11S3943	38W0057	REN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	53000.048118/2012	20	11S3943	38W0057	ARQPOS	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.80	BA	ACAJUTIBA	53000.043580/2003	20	11S3943	38W0057	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ACAJUTIBA
47.89	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000064/1999	28	11S0406	38W0010	ARQDEF	CENTRO COMUNITARIO JOSE DE GOIS
Nº de Linhas: 0								

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

**DESPACHO****Processo nº: 01250.042754/2018-95.****Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA.****Assunto: OFÍCIO N° 10227/2020/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 6208846)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**, na localidade de **OLINDINA/BA**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i><b>OBS.:</b> O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	6476549	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i><b>OBS.:</b> Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a conta do terreno no mesmo processo.</i>	6476549 pág. 03	X		
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	6476549 pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	6476549 pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	6476549 pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	6476549 pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	6476549 pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	6476549 pág. 03	X		



4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, <b>juntamente com o comprovante de pagamento</b> da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	6476549 pág. 05	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação</b> , em anexo.	9077745 e 9077750	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos</b> .	9077745 e 9077750	X		

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 07 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 07/02/2022, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 07/02/2022, às 14:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9077757** e o código CRC **C9A7EBF5**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.541.237/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>01/10/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARCOLI</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV OTAVIO MANGABEIRA,</b>	NÚMERO <b>172</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>
UF <b>BA</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRACONT@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(75) 9947-5171/ (75) 9945-2478</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>11/02/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/03/2022** às **11:04:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**CNPJ: 26.541.237/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 11:08:46 do dia 21/03/2022 (hora e data de Brasília).**

**[Retornar a Consulta.](#)**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.541.237/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA

**Endereço:** AV OTAVIO MANGEBEIRA 172 / CENTRO / OLINDINA / BA / 48470-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/03/2022 a 15/04/2022

**Certificação Número:** 2022031702513461180027

Informação obtida em 21/03/2022 11:12:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA**  
**CNPJ: 26.541.237/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:14:03 do dia 21/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2022.

Código de controle da certidão: **2CA0.89F1.4495.691E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.541.237/0001-73

Certidão nº: 9069024/2022

Expedição: 21/03/2022, às 11:14:50

Validade: 17/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.541.237/0001-73**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa  
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento  
Gerência de Licitação

Impresso por: **RONALDO TONIOLI IGLEZIAS**

Data/Hora: **21/03/2022 11:11:22**

### Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: BA		Município: Olindina	
Município		Canal	Frequência
Olindina		285	104,9
Usuário: <b>ronaldo.mc - RONALDO TONIOLI IGLEZIAS</b>		Data: <b>21/03/2022</b>	Hora: <b>11:11:22</b>

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **Associação de Rádio Comunitária de Olindina**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

**1.** Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 21 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 21/03/2022, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9586657** e o código CRC **0C88ED41**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



## CHECKLIST

Município/UF: OLINDINA/BA

Processo nº: 01250.042754/2018-95 CNPJ: 26.541.237/0001-73

Número de concorrentes: 1. Associação Comunitária Unidos para Vencer (01250.05242/2018-81) - Inabilitada

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: de 05/06/2018 a 03/08/2018****Canal e Frequência: 285 - 104,9 (9586609)**

1. Data de postagem/SEI: 23/06/2018 - pg. 133 (3203664)

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: pgs. 1/2 (3203664)

3.1. Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: pgs. 4/5 (3925898)

4. Estatuto Social: pgs. 4/8 (3203664) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

**4.1. Novo Estatuto Social de 20/01/2021: (6476601) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO**

5. Ata de constituição: pgs. 4/8 (3203664) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: pgs. 4/8 (3203664) para o período de 05/08/2015 a 05/08/2018

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6.1. Nova Ata de eleição: pgs. 2/3 (3925898) para o período de 05/08/2018 a 05/08/2021

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

**6.2. Nova Ata de eleição: (8570994) para o período de 05/09/2021 a 05/09/2024****Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO**

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (8570997)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: <b>OSMAR PEREIRA DE SANTANA</b>		080164570590 27/07/1977	Ismael Pereira de Santana [ilegível] Primo da Rocha	932.978.585-91	Não
Diretora Administrativa: <b>JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO</b>		044609640574 04/10/1958	Celestina Maria da Conceição	010.143.705-66	Não
Diretora de Operações: <b>RAIMUNDA MATOS MACIEL</b>	Não filiada	017883560531 17/04/1948	Joaquim Matos Maciel Alice Mendes	034.006.648-20	Não

8. Manifestações em apoio: pgs. 18/131 (3203664)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: pg. 15 (3203664)

11. Pesquisa Anatel (6208723) e Radar (6208734) - **Atualização na sessão a seguir "PARA INSTRUÇÃO"**12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5461493) - **Atualização na sessão a seguir "PARA INSTRUÇÃO"**12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5461490), Certidão FGTS (5461490), Certidão PGFN (5461490), Certidão CNDT (5461490) - **Atualização na sessão a seguir "PARA INSTRUÇÃO"**

**OBSERVAÇÕES do Checklist 6208845:** NT 27824/2018 recebida em 10/01/2019, resposta em 28/02/2019. Exigências cumpridas. 05/05/2020: Entidade habilitada. Resultado prévio com concorrente inabilitada. Após recurso, para instrução. 03/12/2020: Decorrido o prazo para recurso, arquivamento definitivo da concorrente. Para instrução.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 5º, IV**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 5º, IV**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 14**

## **1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **arts. 7º e 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **arts. 11 e 17**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto), assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19**

## **2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: pg. 1 (9586534)
- 2.2 Certidão FGTS: pg. 3 (9586534)
- 2.3 Certidão PGFN: pg. 4 (9586534)
- 2.4 Certidão CNDT: pg. 5 (9586534)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9586657)

## **3. Pesquisa Anatel (pg. 3 - 9586534) e Radar (6208734 - Não atualizado: sistema inoperante.)**

## **4. Anexo 6/ART: (6476549)**

**OBSERVAÇÕES do Checklist 6208845:** 03/12/2020: Anexo 6. Estatuto. CNPJ e PGFN. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF1 e TJBA ok.

**21/03/2022:** Necessário solicitar à Entidade cópia legível do documento de identidade do Diretor OSMAR PEREIRA DE SANTANA, bem como reapresentação do Requerimento de Outorga (Modelo do Anexo 2) contendo todas as declarações do modelo e as informações e assinaturas dos novos diretores.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 21/03/2022, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9586674** e o código CRC **C6FF9CC4**.





**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	‘	“
		Longitude:	º W	‘	“

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

#### **ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 6474/2022/MCOM

Brasília, 29 de março de 2022.

Ao Senhor

**OSMAR PEREIRA DE SANTANA**

Representante Legal da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** (CNPJ nº 26.541.237/0001-73)

Avenida Otávio Mangabeira, nº 172

48.470-000 - OLINDINA - BA

**Assunto: PROCESSO nº 01250.042754/2018-95. PROCESSO DE CONCORRENTE(S) ARQUIVADO(S) - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Olindina/BA em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme Ofício nº 10227/2020/MCOM (6208846), recebido em 07/01/2021, por correspondência eletrônica (6348437), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta a partir de 04/02/2021, por meio dos protocolos nºs 53115.003263/2021-82, 53115.003262/2021-38, 53115.003387/2021-68, 53115.006231/2021-39, 53115.011815/2021-26 e 53115.037865/2021-33.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

**3.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com TODAS as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):**

A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo** (9587963) contendo **TODAS as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado, de próprio punho, por todos os atuais dirigentes**.

**Observação:** no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os atuais dirigentes.

**3.2. Reapresentação do documento de identidade do Diretor OSMAR PEREIRA DE SANTANA** uma vez que a cópia encaminhada contém campos ilegíveis.

4. Reforça-se que a entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

**CNPJ:** CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

**CNDA:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

**CNDT:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

**FGTS:** FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

**PGFN:** PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

5. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal substituta**, em 29/03/2022, às 11:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9587906** e o código CRC **A1E4BA1F**.

#### Anexos:

- (9587963) Modelo de Requerimento de Outorga - Anexo 2 da Portaria.



**Data de Envio:**

29/03/2022 14:27:36

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mctic.gov.br>

**Para:**

PRACONT@HOTMAIL.COM  
bandachicanana@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.042754/2018-95

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_9587906.html  
Anexo\_9587963\_ANEXO\_2\_outorga.pdf



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.541.237/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>01/10/2015</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARCOLI</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>AV OTAVIO MANGABEIRA,</b>	NÚMERO <b>172</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
--	----------------------	-----------------------------

CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>	UF <b>BA</b>
--------------------------	----------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRACONT@HOTMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(75) 9947-5171/ (75) 9945-2478</b>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>11/02/2019</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/05/2022** às **13:36:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**CNPJ: 26.541.237/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 13:40:29 do dia 16/05/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.541.237/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA

**Endereço:** AV OTAVIO MANGEBEIRA 172 / CENTRO / OLINDINA / BA / 48470-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/05/2022 a 11/06/2022

**Certificação Número:** 2022051304010075377665

Informação obtida em 16/05/2022 13:42:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA**  
**CNPJ: 26.541.237/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:14:03 do dia 21/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2022.

Código de controle da certidão: **2CA0.89F1.4495.691E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.541.237/0001-73

Certidão nº: 15616783/2022

Expedição: 16/05/2022, às 13:45:03

Validade: 12/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.541.237/0001-73**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.042754/2018-95.**Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA.**Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (9878709).

Brasília, 16 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/05/2022, às 16:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9878717** e o código CRC **C4BA574C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

## Tarefas

### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁ

Adicionar filtro 

Campo

 Todos

### Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

OSMAR PEREIRA DE SANTANA

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral
Atividade
**Tarefas**
Wiki
Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

RAIMUNDA MATOS MACIEL

Adicionar filtro

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

26541237000173

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

93297858591

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

## Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ CNPJ/CPF da Entidade

Adicionar filtro  [Todos](#)

► Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

03400664820

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 112132 Lon: 381936 Raio: Raio (km)

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

Após análise do processo nº 01250.042754/2018-95, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA D OLINDINA**, na localidade de Olindina/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 16 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/05/2022, às 16:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9878849** e o código CRC **69466D65**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

## CHECKLIST

Município/UF: OLINDINA/BA

Processo nº: 01250.042754/2018-95 CNPJ: 26.541.237/0001-73

Número de concorrentes: 1. Associação Comunitária Unidos para Vencer (01250.045242/2018-81) - Inabilitada

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA

Nº do edital/ano: 112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018

Prazo de inscrição: de 05/06/2018 a 03/08/2018

Canal e Frequência: 285 - 104,9 (9586609)

1. Data de postagem/SEI: 23/06/2018 - pg. 133 (3203664)

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: pgs. 1/2 (3203664)

3.1. Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: pgs. 4/5 (3925898)

3.2. Reapresentação do Requerimento: pgs. 2/3 (9640173)

4. Estatuto Social: pgs. 4/8 (3203664) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

**4.1. Novo Estatuto Social de 20/01/2021: (6476601) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO**

5. Ata de constituição: pgs. 4/8 (3203664) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: pgs. 4/8 (3203664) para o período de 05/08/2015 a 05/08/2018

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6.1. Nova Ata de eleição: pgs. 2/3 (3925898) para o período de 05/08/2018 a 05/08/2021

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

**6.2. Nova Ata de eleição: (8570994) para o período de 05/09/2021 a 05/09/2024****Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO**

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: pg. 4 (9640173)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: <b>OSMAR PEREIRA DE SANTANA</b>	Não filiado	080164570590 27/07/1977	Ismael Pereira de Santana Eretildes Primo da Rocha	932.978.585-91	Não
Diretora Administrativa: <b>JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO</b>	---	044609640574 04/10/1958	Celestina Maria da Conceição	010.143.705-66	Não
Diretora de Operações: <b>RAIMUNDA MATOS MACIEL</b>	Não filiada	017883560531 17/04/1948	Joaquim Matos Maciel Alice Mendes	034.006.648-20	Não

8. Manifestações em apoio: pgs. 18/131 (3203664)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: pg. 15 (3203664)

11. Pesquisa Anatel (6208723) e Radar (6208734) - **Atualização na sessão a seguir "PARA INSTRUÇÃO"**12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5461493) - **Atualização na sessão a seguir "PARA INSTRUÇÃO"**12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5461490), Certidão FGTS (5461490), Certidão PGFN (5461490), Certidão CNDT (5461490) - **Atualização na sessão a seguir "PARA INSTRUÇÃO"**

**OBSERVAÇÕES do Checklist 6208845:** NT 27824/2018 recebida em 10/01/2019, resposta em 28/02/2019. Exigências cumpridas. 05/05/2020: Entidade habilitada. Resultado prévio com concorrente inabilitada. Após recurso, para instrução. 03/12/2020: Decorrido o prazo para recurso, arquivamento definitivo da concorrente. Para instrução.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 5º, IV**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 5º, IV**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 14**

## **1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **arts. 7º e 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **arts. 11 e 17**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto), assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19**

## **2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: pg. 1 (9878709)
- 2.2 Certidão FGTS: pg. 3 (9878709)
- 2.3 Certidão PGFN: pg. 4 (9878709)
- 2.4 Certidão CNDT: pg. 5 (9878709)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9878717)

## **3. Pesquisa Anatel (pg. 2 - 9878709) e FISCALIZA (9878849)**

- 4. Anexo 6/ART: (6476549)

**OBSERVAÇÕES do Checklist 6208845:** 03/12/2020: Anexo 6. Estatuto. CNPJ e PGFN. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF1 e TJBA ok.

**21/03/2022:** Necessário solicitar à Entidade cópia legível do documento de identidade do Diretor OSMAR PEREIRA DE SANTANA, bem como reapresentação do Requerimento de Outorga (Modelo do Anexo 2) contendo todas as declarações do modelo e as informações e assinaturas dos novos diretores.

**16/05/2022:** Encaminhamento para Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/05/2022, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9878878** e o código CRC **985599BE**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM**Processo nº: **01250.042754/2018-95.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Olindina/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

**ANÁLISE**

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 23/06/2018, pg. 133 (3203664), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral: Osmar Pereira de Santana
Diretora Administrativa: Josefa Maria da Conceição
Diretora de Operações: Raimunda Matos Maciel
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro
Coordenadas geográficas: 11°21'32"S de latitude e 38°19'36"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Endereço: Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	Pg. / NÚMERO DO DOCUMENTO

1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 (9640173)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(6476601)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 4/8 (3203664)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(8570994)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pg. 4 (9640173)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	pgs. 18/131 (3203664)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 15 (3203664)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(6476549) - Despacho COESA_MCOM_ENG. (9077757)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 (9878709)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 (9878709)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 (9878709)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 (9878709)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 (9878709)



14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9878849) (9878840)
-----	---	---------------------

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da Associação Comunitária Unidos Para Vencer, constante no processo nº 01250.045242/2018-81, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que se constatou vínculo político-partidário, conforme detalhado na Nota Técnica nº 9430/2020/SEI-MCTIC 5461448), encaminhada à Entidade pelo Ofício nº 17110/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC 5461464), de 05/05/2020, e recebido em 24/07/2020 (5776103), e novamente em 09/10/2020 (5995520). A Entidade não apresentou, no prazo legal estabelecido, recurso administrativo contra a decisão, conforme relata o Despacho 6194668.

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.045242/2018-81	<b>Associação Comunitária Unidos Para Vencer</b>	Vínculo Político-Partidário	Art. 25, inciso III

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG9077757), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (9077745)

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 9878717.

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 17/05/2022, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 17/05/2022, às 11:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 17/05/2022, às 18:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 18/05/2022, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9880339** e o código CRC **3B871B5D**.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CI sob nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 01250.042754/2018-95

SEI nº 9880339



Ofício Interno nº 20034/2022/MCOM

Brasília, 18 de maio de 2022

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM (9817775)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM (9817775), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 19/05/2022, às 18:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9893490** e o código CRC **D0FFAA8C**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS  
MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.042754/2018-95**

**INTERESSADO: Associação de Rádio Comunitária de Olindina**

**EMENTA:** I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Olindina, no Estado da Bahia.

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA N° 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)** na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

III. Viabilidade jurídica do pedido, desde que atendidas as recomendações diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República.

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, com recomendações.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1.A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Olindina/BA** com base no Edital n° 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, nos termos da **NOTA TÉCNICA N° 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**.

2.Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que existiu outra entidade interessada na presente seleção: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS PARA VENCER**, que foi inabilitada pela existência de vínculo político-partidário, conforme vedado pelo art. 25, inc. III, da Portaria n° 4.334/2015.

3.O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA N° 9436/2020/SEI-MCTIC (SEI 5461501)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO N° 10227/2020/MCOM (SEI 6208846)**.

4.Através do **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 9077757**, a área técnica afirmou que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor".

5.Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA N° 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para exame desta Consultoria.

6.É o relatório.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

7.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

### II.2. Legislação aplicável

11.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

12.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

13.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".

14.Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

15.Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".

16.Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

#### DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998



**ANEXO****REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

17. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

**PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015**

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

*Parágrafo único.* Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

**Da Habilitação**

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

### **Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

#### **Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

#### **Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### **II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária**

19. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "*Checklist*" (doc. SEI nº 9878878) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**.

20. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 10227/2020/MCOM (SEI 6208846)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

21. Dito isso, proceda-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido recebido nesta Pasta em 23/06/2018:

*"3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018."*

22. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em



especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

23. Impende destacar que, por meio do **Despacho** COESA\_MCOM\_ENG ([9077757](#)), a área técnica atestou que "as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos ([9077745](#))", conforme disposto na **NOTA TÉCNICA** Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339).

24. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA** Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339):

"4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	Pg. / NÚMERO DO DOCUMENT	
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 ( <a href="#">9640173</a> )
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	( <a href="#">6476601</a> )
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 4/8 ( <a href="#">3203664</a> )
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	( <a href="#">8570994</a> )
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pg. 4 ( <a href="#">9640173</a> )
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	pgs. 18/131 ( <a href="#">3203664</a> )

7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 15 ( <a href="#">3203664</a> )
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	( <a href="#">6476549</a> ) - Despacho COESA_MCOM_ENG. ( <a href="#">9077757</a> )
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 ( <a href="#">9878709</a> )
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 ( <a href="#">9878709</a> )
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 ( <a href="#">9878709</a> )
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 ( <a href="#">9878709</a> )
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 ( <a href="#">9878709</a> )
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9878849</a> ) ( <a href="#">9878840</a> )

25.Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 7º, §1º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 39), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 6476601). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

26.Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist* roteiro RadCom (SEI 9878878), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O Despacho COREC\_MCOM 9878717 também assegura a inexistência dos vínculos:

*“1.Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.*  
*2.Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.*  
*3.Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (9878709).”*

27.As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998. Algumas manifestações de apoio vem acompanhadas de comprovante de endereço em nome de terceiro diverso do apoiante. Todavia, tal detalhe perde relevância, visto que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA é a única habilitada.

28.A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outra entidade interessada, no entanto, apontou que estas foi inabilitada pela existência de vínculo político-partidário:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.045242/2018-81	Associação Comunitária Unidos Para Vencer	Vínculo Político-Partidário	Art. 25, inciso III

"5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da Associação Comunitária Unidos Para Vencer, constante no processo nº 01250.045242/2018-81, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que se constatou vínculo político-partidário, conforme detalhado na Nota Técnica nº 9430/2020/SEI-MCTIC (5461448), encaminhada à Entidade pelo Ofício nº 17110/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5461464), de 05/05/2020, e recebido em 24/07/2020 (5776103), e novamente em 09/10/2020 (5995520). A Entidade não apresentou, no prazo legal estabelecido, recurso administrativo contra a decisão, conforme relata o Despacho 6194668."



29.Em consulta ao processo 01250.045242/2018-81, observa-se que a Associação Comunitária Unidos para vencer foi inabilitada, nos termos da Nota Técnica nº 9430/2020/SEI-MCTIC (5461448).Após, foi-lhe comunicada a inabilitação, oportunizando-lhe a via recursal, por meio do OFÍCIO Nº 17110/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5461464).

30.A entidade não apresentou recurso ( **Despacho COREC\_MCOM 6194668**).

31.Constata-se, assim, na presente seleção, a observância ao devido processo legal e aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

32.Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 9077757**, por meio do qual a área técnica atesta que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"

33.Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, orientava a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

34.Com isso, era determinado que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "*idoneidade moral*", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitava-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

35.No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9878849 e 9878840**, constatou-se que "*até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada*".

36.Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -, ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:*

37.A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 38

(...)

**j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990".**  
(g.n.)

38.No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa" (SEI 9640173).

39. A situação fiscal da entidade foi regularizada, conforme indica a certidão da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional mais recente (SEI 9586534).

40.Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

### **III - CONCLUSÃO**

41. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25, 26 e 40, bem como às demais orientações deste parecer.**

42. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

43. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

44. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de maio de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
ADVOGADA DA UNIÃO  
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042754201895 e da chave de acesso b983a6a3

---

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 897982908 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 27-05-2022 15:54. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA  
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01172/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.042754/2018-95

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Rádio Comunitária de Olindina, na localidade de Olindina/BA.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 20, 25, 26 e 40 do PARECER n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Rádio Comunitária de Olindina, na localidade de Olindina/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042754201895 e da chave de acesso b983a6a3



---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 898056307 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-05-2022 08:09. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01181/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.042754/2018-95**

**INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042754201895 e da chave de acesso b983a6a3

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 898924672 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-05-2022 10:34. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9931622), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/05/2022, às 12:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9932552** e o código CRC **141E12FC**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**DESPACHO**

**Processo nº:** 01250.042754/2018-95

**Referência:** Parecer Jurídico nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9931622)

**Interessado:** Associação de Rádio Comunitária de Olindina

**Assunto:** Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

**À CGOU**

De ordem do Diretor substituto, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9931622) e providências cabíveis.

Brasília, 30 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 30/05/2022, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9933199** e o código CRC **96F51216**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 584 / 2022

O **SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO** no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, inciso XVIII do Anexo VII da Portaria nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2021, atendendo a sugestão proferida pelo Parecer n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, convalida o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação divulgado por meio do Ofício nº 10227/2020/MCOM, constante do processo nº 01250.042754/2018-95, bem como ratifica todos os atos do processo, culminando com o deferimento da pretendida Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2018, na localidade de **Olindina/BA**.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, **Secretário de Radiodifusão**, em 27/07/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10169103** e o código CRC **EB0B3B17**.

# Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

## Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 26.541.237/0001-73 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 18786/2022/MCOM

Brasília, 02 de agosto de 2022.

Ao Senhor

**OSMAR PEREIRA DE SANTANA**

Representante Legal da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** (CNPJ nº 26.541.237/0001-73)

Avenida Otávio Mangabeira, nº 172

48.470-000 - Olindina/BA

**Assunto: PROCESSO nº 01250.042754/2018-95. SANEAMENTO.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Rádio Comunitária de Olindina** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Olindina/BA, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme art. 42 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018: *"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária"*.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e o que consta no item 40 do Parecer Jurídico nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9931622) solicita-se:

40. Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

**3.1** Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

**3.1.1.** Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (0262227). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

**Observação:** A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

**CNPJ:** CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

**CNDA:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

**CNDT:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

**FGTS:** FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

**PGFN:** PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art.

43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 03/08/2022, às 09:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10262249** e o código CRC **AC5F469B**.

#### Anexos:

- Certidão PGFN - Não emitida (10262227)

**Data de Envio:**

03/08/2022 14:15:15

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mctic.gov.br>

**Para:**

PRACONT@HOTMAIL.COM  
bandachicanana@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.042754/2018-95

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10262249.html  
Certidao\_10262227\_4PGFN\_\_NAO\_EMITIDA.pdf





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.541.237/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>01/10/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARCOLI</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV OTAVIO MANGABEIRA,</b>	NÚMERO <b>172</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>48.470-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>OLINDINA</b>
UF <b>BA</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRACONT@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(75) 9947-5171/ (75) 9945-2478</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>11/02/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/08/2022** às **11:31:03** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CNPJ:** **26.541.237/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 11:31:24 do dia 29/08/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.541.237/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA

**Endereço:** AV OTAVIO MANGEBEIRA 172 / CENTRO / OLINDINA / BA / 48470-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/08/2022 a 14/09/2022

**Certificação Número:** 2022081604035910014833

Informação obtida em 29/08/2022 11:31:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA**  
**CNPJ: 26.541.237/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:14:03 do dia 21/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2022.

Código de controle da certidão: **2CA0.89F1.4495.691E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.541.237/0001-73

Certidão nº: 28244212/2022

Expedição: 29/08/2022, às 11:32:04

Validade: 25/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.541.237/0001-73**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- todos
- ☒ Tipo
- igual a
- Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção
- contém
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada
- contém
- ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁ

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO ▼

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

- ☒ Situação
- 
- ☒ Tipo
- 
- ☒ Tipo de inspeção
- 
- ☒ Identificação da não Outorgada
- 
- 
- 
- 

Adicionar filtro  Todos

#### > Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>RAIMUNDA MATOS MACIEL</div>

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>26541237000173</div>

Adicionar filtro  Campos [Todos](#)

#### > Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

93297658591

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

01014370566

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="03400664820"/>

Adicionar filtro  [Todos](#)

> Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ Coordenadas Estação

Lat:

Lon:

Raio:

Adicionar filtro  Todos

Opções

Nenhuma informação disponível



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Olindina**.

Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur.**

Informo que, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Em complementação, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10364234).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data **não existe**, na localidade de Olindina/BA, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10364251).

Brasília, 29 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 29/08/2022, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10364263** e o código CRC **AE1ECC6B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.042754/2018-95.**

Entidade: **Associação de Rádio Comunitária de Olindina.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 9931622, e o cumprimento das diligências erigidas neste,

**Recomendação Conjur** - 20.Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo OFÍCIO Nº 10227/2020/MCOM (SEI 6208846), sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

**Justificativa da área - Recomendação atendida por meio do Despacho de Decisão 584 em anexo (10169103).**

**Recomendação Conjur** - 25.Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 7º, §1º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 39), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 6476601). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

**Justificativa da área - Essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento.**

**Recomendação Conjur** - 26.Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do checklist roteiro RadCom (SEI 9878878), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O Despacho COREC\_MCOM 9878717 também assegura a inexistência dos vínculos:

“1.Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga. 2.Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. 3.Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (9878709).”

**Justificativa da área** - foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’, conforme consta no Despacho COREC\_MCOM (10364263).**

**Recomendação Conjur** - 40.Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

**Justificativa da área** - em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC\_MCOM (10364263).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 31/08/2022, às 10:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 31/08/2022, às 14:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10364272** e o código CRC **D1CA8AE8**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CI sob nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:



Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6616, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/09/2022, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10375084** e o código CRC **913DA13B**.

Brasília, 05 de setembro de 2022.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CI sob nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6616, de 05 de Setembro de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/09/2022, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10375087** e o código CRC **061C6785**.



Ofício Interno nº 25025/2022/MCOM

Brasília, 05 de setembro de 2022

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 6616/2022/SEI-MCOM (10375084) e Exposição de Motivos (10375087)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC\_MCOM 10364272), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 6616/2022/SEI-MCOM (10375084) e Exposição de Motivos (10375087), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**William Ivo Koshevnikoff Zambelli**  
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Secretário de Radiodifusão substituto, em 05/09/2022, às 23:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10375664** e o código CRC **F348B15B**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 20/09/2022 17:16:52  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9113663  
**Data prevista de publicação:** 21/09/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
19919482	ATO PORTARIA MCOM NA 6616.rtf	701d14f861acde53db341a1cd74344d1	8,00	R\$ 311,36
19919483	PORTARIA MCOM NA 6617.rtf	764dcb0fbff654c011e34dfcfc21e8cb	8,00	R\$ 311,36
19919484	PORTARIA MCOM NA 6622.rtf	a336f004434820c8e29306b32e3475f6	9,00	R\$ 350,28
19919485	PORTARIA MCOM NA 6623.rtf	1e7ee1a3d4a1734457d4fab4faf10040	9,00	R\$ 350,28
19919486	PORTARIA MCOM NA 6301.rtf	1a3bfe7617b2dca1e8f36999042bb916	26,00	R\$ 1.011,92
19919487	PORTARIA MCOM NA 6303.rtf	7df75a241b7d3962a1a13a83cab3a584	20,00	R\$ 778,40
19919488	PORTARIA MCOM NA 6312.rtf	37dcb95e57ddb422bfd859cce0b212a	10,00	R\$ 389,20
19919489	PORTARIA MCOM NA 6382.rtf	1762d8cad0cb84fabd2f3432e6936d2e	11,00	R\$ 428,12
19919490	PORTARIA MCOM NA 6395.rtf	e1f627025e729287a9432bf57c18ea44	8,00	R\$ 311,36
19919491	PORTARIA MCOM NA 6396.rtf	cd9d21288d8410ee80be6dacda8d11d4	8,00	R\$ 311,36
19919492	PORTARIA MCOM NA 6509.rtf	be41cb6800b051a6a356e87789366b31	8,00	R\$ 311,36
19919493	PORTARIA MCOM NA 6592.rtf	1a6be5ceb6871d14dcf70b8fc9c2be2	8,00	R\$ 311,36
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>132,66</b>	<b>R\$ 5.176,36</b>

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/09/2022 | Edição: 180 | Seção: 1 | Página: 93

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.616, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob nº 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



BOA TARDE  
Alicionete da Silva LuzSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD &gt;&gt;&gt; RADCOM &gt;&gt;&gt; Consultas &gt;&gt;&gt; Geral | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	BA	Distrito:	
Município:	Olindina	Sub Distrito:	
Canal:	285	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA	CNPJ:	26.541.237/0001-73
Nome Fantasia:	Arcoli	Bairro:	Centro
Logradouro:	Av Otavio Mangabeira	Número:	172
Telefone:	(75) 99475171	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

## Dados da Entidade

CNPJ:	26541237000173	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA	
Tipo de Usuário:	Integral	

## Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	48470000	Logradouro:	Av Otavio Mangabeira		
Número:	172	Complemento:		Bairro:	Centro
Município:	Olindina	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	75 99475171				Fax:

## Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	75	99475171	Fax:		E-mail:
					PRACONT@HOTMAIL.COM

## Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	01250042754201895	Fistel:	50443357978
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	6616	Portaria	MC	05/09/2022	21/09/2022	Outorga	Jur.



Tela Inicial



Imprimir

Ofício Interno nº 25652/2022/MCOM

Brasília, 21 de Setembro de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10375087)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6616/2022/SEI-MCOM (10409458), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10375087), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 21/09/2022, às 14:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10410715** e o código CRC **8083727A**.

Brasília, 3 de Outubro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 25436/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.042754/2018-95.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2022, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10438280** e o código CRC **54AB8D9F**.

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO

Processo nº: **01250.042754/2018-95**.

Entidade: **Associação de Rádio Comunitária de Olindina**.

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 06/03/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/03/2023, às 00:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10766623** e o código CRC **B1F621CD**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (10766634).



MINUTA DE  
ENCAMINHAMENTO E MOTIVOS

\* MINUTA DE DOCUMENTO

# MINUTA

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CI sob nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 05 de Setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 06/03/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/03/2023, às 00:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10766634** e o código CRC **D4EE6608**.



Brasília, 23 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CI sob nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2023, às 15:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10803346** e o código CRC **2F30AE39**.



Ofício Interno nº 33397/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10803346)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC\_MCOM 10766623), encaminho a Exposição de Motivos (10803346), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 28/03/2023, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10803350** e o código CRC **72D20F6D**.

Ofício Interno nº 35024/2023/MCOM

Brasília, 27 de Abril de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10803346)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Despacho COREC\_MCOM 10766623), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10803346), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 27/04/2023, às 13:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10878086** e o código CRC **2BD0B1E9**.

Brasília, 5 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 11897/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.042754/2018-95.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subseqüentes, cuja exposição de motivos encontra-se devidamente assinada pelo titular desta Pasta, que trata de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/05/2023, às 13:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10891268** e o código CRC **A119DFFE**.

Brasília, 5 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no DOU de 21/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS  
MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.042754/2018-95**

**INTERESSADO: Associação de Rádio Comunitária de Olindina**

**EMENTA:** I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Olindina, no Estado da Bahia.

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI- MCOM (SEI 9880339)** na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações** diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República.

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1.A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Olindina/BA** com base no Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**.

2.Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que existiu outra entidade interessada na presente seleção: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS PARA VENCER, que foi inabilitada pela existência de vínculo político-partidário, conforme vedado pelo art. 25, inc. III, da Portaria nº 4.334/2015.

3.o resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 9436/2020/SEI-MCTIC (SEI 5461501)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO Nº 10227/2020/MCOM (SEI 6208846)**.

4.Através do **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 9077757**, a área técnica afirmou que **"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"**.

5.Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para exame desta Consultoria.

6.É o relatório.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### 11.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não Jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

### 11.2. Legislação aplicável

11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".

14. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

15. Coube à já citada Lei nº 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

### DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998



**ANEXO****REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

17. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

**PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015**

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

**Da Habilitação**

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado Pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II - estatuto social da entidade atualizado;

III - ata de constituição da entidade;

IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI - comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

### **Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

### **Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

### **Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I - razão social da entidade;

II - número de registro no CNPJ da entidade;

III - serviço objeto da outorga;

IV - Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V - prazo de outorga e;

VI - frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### **11.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária**

19. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "*Checklist*" (doe. SEI nº 9878878) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**.

20. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 10227/2020/MCOM (SEI 6208846)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

21. Dito isso, proceda-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido recebido nesta Pasta em 23/06/2018:

*"3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018."*

22. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em



especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

23. Impende destacar que, por meio do **Despacho** COESA\_MCOM\_ENG ([9077757](#)), a área técnica atestou que "as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTJC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos ([9077745](#))", conforme disposto na **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**.

24. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**:

"4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	Pg. / NÚMERO DO DOCUMENT	
1.	Requerimento d: outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	s. 213 ( <a href="#">9640173</a> ) pg
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	( <a href="#">6476601</a> )
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 4/8 ( <a href="#">3203664</a> )
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	( <a href="#">8570994</a> )
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pg. 4 ( <a href="#">9640173</a> )
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	pgs. 18/131 ( <a href="#">3203664</a> )

LJ	
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 15 ( <a href="#">3203664</a> )
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	( <a href="#">6476549</a> ) - Despacho COESA_MCOM_ENG. ( <a href="#">9077757</a> )
9. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	pg. 1 ( <a href="#">9878709</a> )
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei).	pg. 2 ( <a href="#">9878709</a> )
11. Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	pg. 3 ( <a href="#">9878709</a> )
12. Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 ( <a href="#">9878709</a> )
13. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação da certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 ( <a href="#">9878709</a> )
14. Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9878849</a> )( <a href="#">9878840</a> )

25. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 7º, §1º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 39), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doe. SEI nº 6476601). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

26. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *cheklist roteiro RadCom (SEI 9878878)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O Despacho COREC\_MCOM 9878717 também assegura a inexistência dos vínculos:

*"1. Injormo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.*

*2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7 inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.*

*3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatei - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (9878709)."*

27. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998. Algumas manifestações de apoio vem acompanhadas de comprovante de endereço em nome de terceiro diverso do apoiante. Todavia, tal detalhe perde relevância, visto que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA é a única habilitada.

28. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outra entidade interessada, no entanto, apontou que estas foi inabilitada pela existência de vínculo político-partidário:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.045242/2018-81	Associação Comunitária Unidos Para Vencer	Vínculo Político-Partidário	Art. 25, inciso III

"5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da Associação Comunitária Unidos Para Vencer, constante no processo nº 01250.045242/2018-81, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que se constatou vínculo político-partidário, conforme detalhado na Nota Técnica nº 9430/2020/SEI-MCTIC (5461448), encaminhada à Entidade pelo Ofício nº 17110/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5461464), de 05/05/2020, e recebido em 24/07/2020 (5776103), e novamente em 09/10/2020 (5995520). A Entidade não apresentou, no prazo legal estabelecido, recurso administrativo contra a decisão, conforme relata o Despacho 6194668."



29. Em consulta ao processo 01250.045242/2018-81, observa-se que a Associação Comunitária Unidos para vencer foi inabilitada, nos termos da Nota Técnica nº 9430/2020/SEI-MCTIC (5461448). Após, foi-lhe comunicada a inabilitação, oportunizando-lhe a via recursal, por meio do OFÍCIO Nº 17110/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5461464).

30. A entidade não apresentou recurso ( **Despacho COREC\_MCOM 6194668**).

31. Constata-se, assim, na presente seleção, a observância ao devido processo legal e aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

32. Retomando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 9077757**, por meio do qual a área técnica atesta que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"

33. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, orientava a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

34. Com isso, era determinado que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "idoneidade moral", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitava-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

35. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9878849 e 9878840**, constatou-se que *"até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPFIRG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada"*.

36. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -*, ao passo que o **art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62**, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:

37. A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 38

(..)

*j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990".*  
(g.n.)

38. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 - Lei da Ficha Limpa" (SEI 9640173).

39. A situação fiscal da entidade foi regularizada, conforme indica a certidão da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional mais recente (SEI 9586534).

40. Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

### III - CONCLUSÃO

41. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25, 26 e 40, bem como às demais orientações deste parecer.**

42. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

43. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM (SEI 9880339)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

44. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de maio de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
ADVOGADA DA UNIÃO  
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042754201895 e da chave de acesso b983a6a3

---

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os nonnativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 897982908 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 27- 05- 2022 15:54. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA  
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01172/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.042754/2018-95

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dt". Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Rádio Comunitária de Olindina, na localidade de Olindina/BA.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 20, 25, 26 e 40 do PARECER n. 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Rádio Comunitária de Olindina, na localidade de Olindina/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042754201895 e da chave de acesso b983a6a3



---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 898056307 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-05-2022 08:09. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01181/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.042754/2018-95**

**INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042754201895 e da chave de acesso b983a6a3

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 898924672 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-05 - 2022 10:34. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/09/2022 1 Edição: 180 1 Seção: 11 Página: 93

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.616, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art 9º, inciso li, e o art 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob nº 26.541237/0001-73. cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 6552/2022/SEI-MCOM**Processo nº: **01250.042754/2018-95.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Olindina/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

**ANÁLISE**

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 23/06/2018, pg. 133 (3203664), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral: Osmar Pereira de Santana
Diretora Administrativa: Josefa Maria da Conceição
Diretora de Operações: Raimunda Matos Maciel
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro
Coordenadas geográficas: 11°21'32"S de latitude e 38°19'36"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Endereço: Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de

fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		Pg. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 (9640173)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(6476601)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 4/8 (3203664)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(8570994)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pg. 4 (9640173)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	pgs. 18/131 (3203664)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 15 (3203664)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(6476549) - Despacho COESA_MCOM_ENG. (9077757)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 (9878709)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 (9878709)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 (9878709)

12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 (9878709)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 (9878709)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9878849) (9878840)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da Associação Comunitária Unidos Para Vencer, constante no processo nº 01250.045242/2018-81, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que se constatou vínculo político-partidário, conforme detalhado na Nota Técnica nº 9430/2020/SEI-MCTIC (5461448), encaminhada à Entidade pelo Ofício nº 17110/2020/SECOM/DIPRC/COPRC /CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5461464), de 05/05/2020, e recebido em 24/07/2020 (5776103), e novamente em 09/10/2020 (5995520). A Entidade não apresentou, no prazo legal estabelecido, recurso administrativo contra a decisão, conforme relata o Despacho 6194668.

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.045242/2018-81	<b>Associação Comunitária Unidos Para Vencer</b>	Vínculo Político-Partidário	Art. 25, inciso III

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (9077757), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (9077745)

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Olindina/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 9878717.

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 17/05/2022, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 17/05/2022, às 11:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 17/05/2022, às 18:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 18/05/2022, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9880339** e o código CRC **3B871B5D**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042754/2018-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo

passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA  
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042754/2018-95, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob nº 26.541.237/0001-73, cuja sede se situa na Av. Otávio Mangabeiras, 172 - Centro, na localidade de Olindina, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 10 de maio de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, SALEG e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 73 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 10/05/2023, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4231578** e o código CRC **338B432C** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 1465/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 73/2023.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 73/2023 (4231569), do Ministério das Comunicações, referente à "Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Olindina/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 10/05/2023, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4231855** e o código CRC **2310AE78** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 73/2023 (4231569), do Ministério das Comunicações

**Assunto:** Proposta de outorga de autorização à Associação de Rádio Comunitária de Olindina.

**Trâmite do Processo:**

Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4231578), endereçado aos Protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR, SALEG/SAJ/CC/PR e CC/PR.

OFÍCIO Nº 1465/2023/GM/CC/PR (4231855), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Conclua-se o presente processo na SE/CC/PR, uma vez que os autos encontram-se em análise na SAJ/CC/PR e na SAG/CC/PR, órgão da Casa Civil competentes para tratar do assunto.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 11/05/2023, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4237888** e o código CRC **FD8D8DFE** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.042754/2018-95

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 476 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA (ARCO)
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo nº:</b>	01250.042754/2018-95

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.042754/2018-95, com **outorga** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA (ARCO)** nº 26.541.237/0001-73, na localidade de **Olindina/BA**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [\[1\]](#) e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

## II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.
- Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente



instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [\[4\]](#). Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

### III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.042754/2018-95, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**  
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República  
(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luq. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.  
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 31/05/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 31/05/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 31/05/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5785583** e o código CRC **AD72F80B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 462/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.042754/2018-95.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00073/2023 MCOM, de 5 de maio de 2023, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Olindina (BA).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00073/2023 MCOM (4231569), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.042754/2018-95, acompanhado da [Portaria nº 6.616, de 5 de setembro de 2022](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de Olindina, estado da Bahia, sem direito à exclusividade, para a Associação de Rádio Comunitária de Olindina, inscrita no CNPJ sob o nº 26.541.237/0001-73, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária<sup>[1]</sup>.
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 00373/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AG (4231570), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização, desde que observadas ressalvas pontuais tanto em relação à documentação quanto no que tange à conformidade do processo apontadas no próprio parecer.
  - Nota Técnica nº 6552/2022/SEI-MCOM de 18 de maio de 2022 (4231576), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)<sup>[2]</sup>, ratificada pela EM nº 0073/2023 MCOM (4231569), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
  - Despacho (4230360), de 31 de agosto de 2022, que atesta o atendimento das ressalvas pontuais do parecer jurídico.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão -SRD](#)<sup>[3]</sup>, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (4230366).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 26.541.237/0001-73  
**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE OLINDINA  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** OSMAR PEREIRA DE SANTANA  
**Qualificação:** 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/06/2024 às 20:06 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[4]</sup>.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 21/06/2024, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 21/06/2024, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 21/06/2024, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833737** e o código CRC **0B9D73EF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

---

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.042754/2018-95

SUPER nº 5833737

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Olindina, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Olindina, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR  
Ministra de Estado, substituta



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura digital.

À Senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta  
Casa Civil da Presidência da República  
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº XXX, de X de junho de 2024, ao Congresso Nacional referente ao ato constante da Portaria nº 6.616, de 5 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Olindina, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Olindina, Estado da Bahia.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício (5842285)

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**SÉRGIO VIANA CAVALCANTE**

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos, substituto  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República